

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Manoel Reinaldo Silva Rego

“O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”:  
Juracy Magalhães e a defesa do alinhamento bilateral Brasil/EUA  
(1934 - 1967)

Salvador/BA, outubro de 2021.

Manoel Reinaldo Silva Rego

“O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”:

Juracy Magalhães e a defesa do alinhamento bilateral Brasil/EUA

(1934 - 1967)

Texto de dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação do professor Dr. Carlos Zacarias F. de Sena Júnior.

Salvador/BA, outubro de 2021.

## **Agradecimentos**

Este trabalho de dissertação de mestrado, embora seja de autoria individual, é resultado do esforço de algumas pessoas e instituições que, de forma direta ou indireta, me auxiliaram para que eu chegasse ao texto final que segue.

Agradeço, de forma especial, ao professor Dr. Carlos Zacarias Figueroa de Sena Júnior, orientador de dissertação de mestrado, que, pacientemente e com observações precisas, mostrou caminhos para que eu pudesse chegar ao texto final deste trabalho.

Meus agradecimentos se estendem, também, aos professores Drs. José Alves Dias e Carlos Nássaro da Paixão pelas observações pertinentes que fizeram na banca de qualificação e durante a defesa final.

Agradeço, ainda, ao professor Dr. Grimaldo Carneiro Zachariádhes por ler este trabalho ainda na forma de projeto de pesquisa, antes da submissão à seleção de mestrado.

Sou grato, também, aos meus irmãos Adolfo Silva Rego, José Railton Silva Rego e Cláudio Romero Silva Rego por terem lido alguns fragmentos de texto durante a elaboração desta dissertação. Para Adolfo, um agradecimento de forma especial, pois, por ser licenciado em Letras Vernáculas, recebeu minhas solicitações com mais frequência.

Agradeço, ademais, ao Programa de Pós-Graduação em História da UFBA por ter me aceito enquanto discente do mestrado.

Por último, agradeço à Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e à Secretaria Municipal de Educação (SMED) desse Município por conceder licença, sem prejuízo de remuneração do cargo, para qualificação profissional durante dois anos. Sem a dispensa de minhas atividades laborais seria impossível eu residir em Salvador em 2019 para cursar os créditos do mestrado.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a defesa do alinhamento bilateral entre Brasil/EUA defendido por Juracy Magalhães. Com isso, esta dissertação abordará o posicionamento desse político baiano que, a partir de 1934, à frente do governo do estado da Bahia, começa a demonstrar simpatia pelo modelo político estadunidense como alternativa à polarização entre comunistas e integralistas no Brasil, em especial na Bahia. Pretende-se neste estudo abordar aspectos do posicionamento político de Juracy Magalhães durante o período do Estado Novo, quando ele deixa o cargo de governador da Bahia e volta aos quartéis. Com o surgimento da experiência democrática, entre 1945 e início de 1964, será analisado Juracy Magalhães como um incisivo defensor do alinhamento entre o Brasil e os EUA. Depois, será discutida a reaproximação do político baiano com o varguismo na década de 1950. O enfoque, na década de 1960, mostra que Juracy Magalhães passa a conspirar contra o governo de João Goulart. Por último, será abordado como, a partir do golpe de 1964, o ex-governador da Bahia torna-se um dos intelectuais orgânicos do reposicionamento da política externa brasileira no primeiro governo da ditadura.

Palavras-chave: Bahia, liberalismo, democracia, política internacional.

## **ABSTRACT**

The objective of this work is to analyze the defense of the bilateral alignment between Brazil/USA defended by Juracy Magalhães. Thus, this dissertation will address the position of this Bahian politician who, from 1934 onwards, at the head of the Bahia State government, begins to show sympathy for the US political model as an alternative to the polarization between communists and integralists in Brazil, especially in Bahia. The aim of this study is to approach the biographical aspects of Juracy Magalhães during the Estado Novo period, when he leaves the position of governor of Bahia and returns to the barracks. With the emergence of the democratic experience, between 1945 and early 1964, the incisive position of Juracy Magalhães as a defender of the alignment between Brazil and the US will be analyzed. Afterwards, the approximation of the Bahian politician with Vargasismo in the 1950s will be discussed. The approach, in the 1960s, shows that Juracy Magalhães began to conspire against the government of João Goulart. Finally, it will be discussed how, after the 1964 coup, the ex-governor of Bahia became one of the organic intellectuals in the repositioning of Brazilian foreign policy in the first government of the dictatorship.

Keywords: Bahia, liberalism, democracy, international politics.

## **LISTA DE SIGLAS**

AIB - Ação Integralista Brasileira

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BEW - Board of Economic Warfare

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CABER - Comissão Americana-Brasileira de Educação Rural

CIA – Central Intelligence Agency

CNP - Conselho Nacional do Petróleo

CBAPGA - Comissão Brasileira-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

FEB – Força Expedicionária Brasileira

FBI - Federal Bureau of Investigation

FIS - Foreign Information Service

MPSA - Motion Picture for the America

OCIAA – Office of Coordinator of Inter-American Affairs

OWI - Office of War Information

OSS - Office of Strategic Services

PCA - Production Code Administration

PCB – Partido Comunista do Brasil/Partido Comunista Brasileiro (a partir de 1962)

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SAA - Sociedade Amigos da América

UDB - União Democrática Brasileira

UDN – União Democrática Nacional

UNE - União Nacional dos Estudantes

USAFSA - United States South Atlantic Armed Forces

USAID - United States Agency for International Development

## Sumário

|                                                                                                                                      |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Introdução.....</b>                                                                                                               | <b>8</b>   |
| <b>Capítulo I</b>                                                                                                                    |            |
| <b>Juracy Magalhães e o liberalismo na Bahia em tempos de crises (1934 -1 1937).....</b>                                             | <b>21</b>  |
| 1.1 – Juracy Magalhães e outros projetos para a Bahia: comunistas e integralistas.....                                               | 27         |
| 1.2 – Juracy Magalhães e o Estado Novo .....                                                                                         | 44         |
| <b>Capítulo II</b>                                                                                                                   |            |
| <b>Uma Guerra Fria que começa antes do fim da Segunda Guerra Mundial.....</b>                                                        | <b>54</b>  |
| 2.1 – Clemente Mariani correligionário de Juracy Magalhães, o fim do Estado Novo e os rumos da experiência democrática .....         | 58         |
| 2.2 – Juracy Magalhães e Otávio Mangabeira: as duas UDNs baianas em tempos de experiência democrática .....                          | 68         |
| <b>Capítulo III</b>                                                                                                                  |            |
| <b>Juracy Magalhães e a defesa do alinhamento aos EUA na Experiência Democrática....</b>                                             | <b>77</b>  |
| Juracy Magalhães no Segundo Governo Vargas – Presidente da Petrobrás e da Vale do Rio Doce.....                                      | 83         |
| A Renúncia de Jânio Quadros – Juracy Magalhães participa das conspirações contra o governo de João Goulart.....                      | 91         |
| <b>Capítulo IV</b>                                                                                                                   |            |
| <b>Juracy Magalhães e o golpe de 1964 .....</b>                                                                                      | <b>100</b> |
| “O que é bom para os Estado Unidos é bom para o Brasil:” Juracy Magalhães e a retórica de que o golpe de Estado era democrático..... | 106        |
| Juracy Magalhães e o Brasil como potência média e liderança regional .....                                                           | 115        |
| “Um passo fora da cadência”: Juracy Magalhães e o alinhamento automático do Brasil aos EUA no Governo Castelo Branco.....            | 121        |
| <b>Considerações finais.....</b>                                                                                                     | <b>126</b> |
| <b>Lista de Fontes .....</b>                                                                                                         | <b>131</b> |
| <b>Bibliografia.....</b>                                                                                                             | <b>132</b> |

## Introdução

O escritor carioca Lima Barreto, propagador de uma literatura nacionalista e autor de um clássico sobre a temática, *O triste fim de Policarpo Quaresma*, veio a demonstrar a sua preocupação com a atração pelo modelo estrangeiro copiado no Brasil.<sup>1</sup> Embora nas primeiras décadas da República a fascinação fosse pela cultura francesa e pelo imperialismo inglês, chama a atenção a preocupação desse escritor pela americanização de nossa cultura e costumes.

Nós não estamos ficando surdos com as coisas americanas, mas estamos ficando cegos; e, na clássica imagem, somos como mariposas que e a luz atraí, para matá-las [...]. substituir o ideal coletivo que é espontaneamente o nosso, por outro que vai de encontro à nossa mentalidade e ao nosso temperamento, é suicidar-se.<sup>2</sup>

Esse fragmento de um artigo escrito para a *Revista Contemporânea*, do Rio de Janeiro, publicado em 22/03/1919, evidencia a ambiguidade e a resistência à inserção da cultura dos EUA no Brasil, situado no contexto da década de 1920, em que a Europa estava perdendo espaço nas relações diplomáticas e culturais com a América Latina. Havia, naquela época, um crescente processo de engajamento expansionista da força imperialista dos vizinhos do norte na parte sul do continente. Essa aproximação, na verdade, como apresenta Antônio Pedro Tota, começou em 1928, com a política externa voltada para uma “política de boa vizinhança”.<sup>3</sup> Nas décadas seguintes, as relações culturais do Brasil com os Estados Unidos se intensificaram, com a iminência da Segunda Guerra Mundial.

Apesar das relações políticas e econômicas entre Brasil e Estados Unidos serem bem antigas, remetendo ao final século do XVIII, quando o Brasil ainda era uma colônia de Portugal e os EUA passavam pela experiência do processo de Independência das 13 Colônias, essas relações bilaterais se intensificaram a partir da abertura dos portos por D. João VI, em 1808, como já foi bem analisado por Moniz Bandeira em seu clássico *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Entretanto, é no primeiro governo de Getúlio Vargas, mais especificamente

---

<sup>1</sup> No caso, a categoria do nacionalismo de Lima Barreto deve ser observada levando-se em conta uma questão: este escritor carioca era um crítico a certo nacionalismo ufanista e ingênuo, tal como caracterizou no seu romance *Policarpo Quaresma*.

<sup>2</sup> BARRETO, LIMA. *O nosso ianquismo*. Revista Contemporânea, Rio de Janeiro, 22/03/1919. Apud: TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000. p. 9.

<sup>3</sup> TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor...*, p. 19.

durante o Estado Novo, que esses dois países vão estreitar sua aproximação e praticar mais a reciprocidade em acordos bilaterais que envolvem economia, cultura e estratégias bélicas. Isso no curso da Segunda Guerra Mundial, quando, naquele contexto, o Brasil passa a ser fundamental aos EUA para uma aliança de combate às ofensivas do Eixo, principalmente pela sua posição estratégica no hemisfério sul do continente.

O historiador Antônio Pedro Tota, no livro *O imperialismo sedutor*, demonstra como em tempos de Guerra os EUA conseguiram estabelecer um projeto de aproximação do Brasil no campo das relações internacionais e culturais.<sup>4</sup> Envolveu inclusive o intercâmbio com artistas, merecendo destaque o cosmopolitismo de Carmem Miranda e a vinda ao Rio de Janeiro de grupos empresariais ligados ao cinema para explorar o carnaval carioca.

Nesse contexto, ao que tudo indica, na mesma sedução pelo americanismo estadunidense estava o político baiano Juracy Magalhães, personagem em ascensão no tabuleiro da revolução varguista, tornando-se interventor e depois governador da Bahia, respectivamente em 1931 e 1934. É a partir desse momento que o tenente mancebo, que tinha apenas 26 anos quando assumiu a interventoria, apresenta os primeiros indícios da defesa de um alinhamento com os EUA, ao demonstrar simpatia pelas instituições políticas estadunidenses. Essa posição vai perdurar por toda sua longa carreira no cenário político regional e nacional. Entretanto, vale esclarecer que, a partir da Segunda Guerra Mundial, as posições pró-EUA por parte de Juracy Magalhães vão se tornar mais evidentes e incisivas.

Diferenciando-se de várias lideranças políticas baianas, Juracy Magalhães, que era cearense, movimentou-se para deixar vários registros de sua vida pública, espécies de “lugares da memória”, para utilizar como capital político, por entender que sua trajetória se confundia com distintos momentos da História do Brasil e, principalmente, com a da Bahia. Esse esforço de edificação de uma memória própria resultou na edição de quatro livros de memória organizados por aliados políticos, jornalistas, historiadores e cientistas sociais e pelo próprio Juracy, obras nas quais o político buscava se mostrar para o público e guardar um lugar na posteridade.

---

<sup>4</sup> Na introdução do livro *O Imperialismo sedutor*, Pedro Tota apresenta como começa a “política de boa vizinhança,” na qual os EUA utilizaram de alguns mecanismos para construir uma imagem dos valores norte-americanos na sociedade brasileira. Merece destaque a cooptação de intelectuais e dos músicos na era do rádio e do nascimento do cinema. TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000. p. 9- 40.

Embora muitos argumentos e fatos se repitam nas narrativas, há diferenças, quanto ao contexto histórico, aos objetivos e à metodologia adotada nas várias memórias. A primeira obra, *Minha vida pública na Bahia*, organizada e prefaciada pelo correligionário político Rui Santos, publicada em 1957 e reeditada em 2008, vem no ensejo das comemorações do aniversário de 25 anos da posse na Interventoria Baiana. Nessa obra, destaca-se o desenho biográfico do político, desde o tempo de soldado até a época da publicação. Constan também narrativas de amigos, aliados políticos, vários discursos e pronunciamentos, além dos feitos do gestor quando estava à frente da Interventoria, no governo, em mandato de deputado federal e como presidente de empresas estatais. É complementada, ainda, por diversos documentos que procuram ilustrar as passagens anotadas, com atenção à demonstração da prova de veracidade.

No livro de memórias *Minha experiência diplomática*, Juracy Magalhães expõe sua atuação no governo pós-golpe. O livro, organizado por Cláudio Garcia de Sousa, reúne uma série de discursos, conferências, pronunciamentos e saudações a lideranças estrangeiras no momento que o político ocupou o cargo de embaixador em Washington e, posteriormente, quando chefiou o Ministério das Relações Exteriores.

Essa obra, de certa forma, constitui um texto mais voltado para a atuação de Juracy como embaixador. Traz também elementos que permitem perceber que os agentes do golpe de Estado de 1964 tiveram dificuldade em convencer, inclusive a sociedade estadunidense, de que a “ditadura não era ditadura”. Nesse contexto, segundo o livro de memórias, o político baiano vai se esforçar para convencer a opinião pública dos EUA de que a intervenção militar foi para salvar as instituições democráticas e trazer a normalidade para o Brasil. Entretanto, a ida de Juracy Magalhães para assumir a embaixada em Washington marca, por um lado, o processo de realinhamento, reposicionamento da política externa do Brasil, que abandonou a linha da independência, que teve vigência até 1964, e assumiu a defesa do “mundo livre”, subordinando-se à influência dos EUA. Por outro lado, era uma garantia de que os interesses do capital estadunidense estavam seguros em terras brasileiras.

*Minha Experiência diplomática* foi publicada em 1971, momento político em que a ditadura militar endurecia o regime, consolidando a direção dos setores da linha dura. Juracy Magalhães, apesar de dar continuidade e apoio à política dos generais, encontrava-se no ostracismo no âmbito federal, motivado pelo passado com ligações a Castelo Branco, posto que, na esfera estadual, seu apadrinhado político, Antônio Carlos Magalhães, governador biônico da Bahia, tomava posições que levaram ao distanciamento entre a cria e o criador. O

livro tem como finalidade a construção da imagem de um grandioso homem público, estadista e diplomata, que prestou ao longo da vida valioso serviço à Nação. Além disso, percebe-se que a obra tem como meta apresentar a importância do político baiano nos rumos do movimento vitorioso em 1964. Representa, em verdade, a atitude de um cidadão ressentido, que se vê diante de um declínio de sua importância no governo dos generais, o qual ajudou a construir e legitimar.

Outras duas obras de memórias foram publicadas posteriormente. A primeira delas faz parte de um projeto amplo da Fundação Getúlio Vargas, tendo como meta montar um sofisticado acervo sobre o personagem marcante na política brasileira, principalmente a partir da década de 1930. Com esse objetivo é que foram pensadas as *Minhas memórias provisórias*, livro com caráter biográfico, com depoimentos do autor sobre sua longa trajetória política.

É nesse livro que Juracy Magalhães vai citar suas posições pró-Estados Unidos antes e durante a Segunda Guerra. Esse é também o único livro de memórias no qual Juracy Magalhães vai se posicionar de forma clara sobre a sua atuação política de conspirador durante o Estado Novo. Isso foi possível em decorrência da condução da entrevista feita pelos organizadores da obra em questão, já que nas outras obras o político baiano demonstrou um certo silêncio sobre o período da ditadura varguista.

A obra derradeira de Juracy Magalhães, *O último tenente*, publicada em 1996, faz um levantamento a partir das memórias do político baiano, elencando os principais feitos do único tenente que ainda continuava vivo naquela época. Essa última publicação são fragmentos de sua vida pública que muitas das vezes apenas repetem partes das publicações anteriores. Ela se torna importante para esse trabalho na medida em que o ex-tenente mancebo demonstra sua versão sobre as tentativas de chegar à Presidência da República, duas vezes durante a experiência democrática e durante a ditadura militar, mais precisamente no momento da sucessão de Castelo Branco.<sup>5</sup>

Também no livro *O último tenente* é possível perceber que Juracy Magalhães demonstra ressentimento pelas consequências da frase “O que é bom para os Estados Unidos

---

<sup>5</sup>A primeira tentativa de Juracy Magalhães tornar-se Presidente da República foi concretizada na convenção da UDN, em 1960, quando esse político baiano se coloca à disposição do partido e apresenta sua candidatura a Presidente da República. Porém, os udenistas optam por apoiar Jânio Quadros. A segunda tentativa feita por Juracy Magalhães foi de forma indireta. Sua candidatura ao Senado pelo Estado da Guanabara, em 1962, visava se projetar melhor nas articulações da política nacional como caminho para chegar ao cargo supremo do país. E, por trás dessa estratégia, estavam os interesses dos EUA, como será abordado no terceiro capítulo deste trabalho.

é bom para o Brasil” e apresenta sua versão sobre o ocorrido, o que será abordado no último capítulo deste trabalho.

Além de suas memórias, existe uma considerável bibliografia, fruto de trabalhos acadêmicos sobre a trajetória política de Juracy Magalhães. Na maioria das vezes, os trabalhos historiográficos tendem a analisar o personagem pela ótica da política baiana através da construção de sua liderança longa dentro do Estado que governou por muitos anos e adotou como seu. Nessa perspectiva, podemos citar a dissertação de mestrado de Patrícia Carneiro Santos Moreira de Carvalho, *Juracy Magalhães e o Juracismo: um perfil da política baiana*. Nela, a autora discorre como se ascendeu uma liderança no tabuleiro político da Bahia, um sujeito adventício, forasteiro. De acordo com Patrícia Carvalho, algumas características pessoais foram fundamentais para Juracy Magalhães ter sucesso na empreitada de ser um Interventor na Bahia, já que, num período inferior a um ano, havia passado quatro pessoas pelo cargo.<sup>6</sup>

Segundo a historiadora, o pragmatismo político, a pessoa acessível e o exímio articulador formavam os ingredientes para o sucesso nas terras baianas do jovem interventor cearense no cargo. Porém, foi sua acomodação diante da política do Estado e as alianças com os coronéis do interior que deram a Juracy as condições para construir uma base política que possibilitou a eleição de 20 dos 22 deputados baianos para a Assembleia Constituinte de 1934, além de sua própria eleição para governador.

Outro apoio fundamental que possibilitou a Juracy Magalhães sucesso na difícil empreitada consistiu nos acordos que ele teve da poderosa Associação Comercial da Bahia. Diante dessa entidade, o tenente interventor construiu uma sólida atuação classista que perdurou por mais de 40 anos.<sup>7</sup> Dessa forma, a Associação Comercial da Bahia e a aliança com os coronéis do sertão, somando-se com o recrutamento para a política de intelectuais urbanos e profissionais liberais, além da adaptação ao modelo de se fazer política neste Estado, através do personalismo, fez com que Juracy Magalhães conseguisse construir uma nova corrente política no pós-Revolução de 1930: o juracismo.

---

<sup>6</sup> CARVALHO, Patrícia Carneiro Santos Moreira. *Juracy Magalhães e o Juracismo: um perfil da política baiana*. Dissertação de mestrado em História, Salvador: UFBA, 2005.

<sup>7</sup> Existe uma ampla documentação no CPDOC e nas memórias produzida em torno da vida pública de Juracy Magalhães que evidencia que esse político pautou sua trajetória na defesa dos grandes comerciantes, industriais, banqueiros e latifundiários. Diante disso, defendemos um argumento que o personagem em questão tornara-se por convicção e prática um intelectual orgânico dessa elite econômica liberal burguesa.

Na citada entidade corporativa, parte constitutiva do juracismo no campo classista, Juracy Magalhães tornou-se *intelectual orgânico* de uma fração da elite liberal burguesa baiana, onde obteve os primeiros contatos a partir de 1932 e passou a ser um dos mais destacados representantes de seus interesses de classes. Os coronéis do interior possibilitaram a esse político forasteiro construir uma sólida articulação, que ia muito além das já conhecidas bases de sustentação políticas na Primeira República, na qual o interior era pouco alvo dos políticos soteropolitanos.

O pragmático tenente, logo nas suas primeiras ações como interventor, entendeu o personalismo na política baiana, conforme analisado no clássico livro de Consuelo Novais Sampaio, *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*, no qual a autora destaca que os partidos não tinham vida própria, gravitavam sobre o personalismo de alguns indivíduos, como foi o *seabrismo*, relacionado à figura de José Joaquim Seabra, algo que permanecia posteriormente. Assim, Juracy Magalhães, ao que parece, entendeu essa peculiaridade marcante na política baiana e construiu em torno de si um projeto personalista.

Com objetivos parecidos com os de Patrícia Carvalho, porém com interpretações diferentes, encontra-se o trabalho de Ana Luiza Caribé Araújo Pinho, voltado para entender as estratégias utilizadas por Juracy Magalhães, um forasteiro que chega à Bahia em 1931, como interventor da Revolução de 1930, e consegue, nas palavras da historiadora, “unanimidade na interventoria”, até a constituinte de 1934. Tal conclusão pode ser questionada, apesar da sua avassaladora vitória nas eleições parlamentares para a Constituinte de 1934.<sup>8</sup>

A importância dessa obra reside no fato de que um dos pontos analisados pela autora é sobre a construção de aliança e as estratégias utilizadas por Juracy Magalhães para montar uma base de apoio que possibilitasse a edificação de uma aceitação em torno de seu nome no comando do estado da Bahia no pós-Revolução de 1930, o que se torna relevante para o nosso trabalho, já que pretendemos abordar como Juracy Magalhães constrói em seu círculo político um bloco de apoio de lideranças que irão contribuir para sua trajetória longa na política baiana. Entretanto, o estudo de Ana Luiza vai diferir deste trabalho na medida em que pretendemos ter outro norte de abordagem sobre Juracy Magalhães, privilegiando as estratégias desse político para um alinhamento aos EUA, que, iniciado em 1934, aprofunda com o passar dos anos. Além disso, a supracitada pesquisa volta para o tenente interventor,

---

<sup>8</sup> PINHO, Ana Luiza Caribé de Araújo. *De forasteiro a unanimidade: a interventoria de Juracy Magalhães na Bahia (1931-1934)*. Dissertação de Mestrado em História Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro: FGV, 2010.

outro ponto que diferencia ambas as abordagens, posto que o caminho percorrido nesta pesquisa avança para os períodos posteriores à interventoria.

Mais próximo deste trabalho está a pesquisa fruto de uma dissertação de mestrado de Aruã Silva de Lima, *Uma democracia contra o povo: Juracy Magalhães, Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927 – 1946)*. Nela o autor aborda a construção de um projeto de direção montado por esses atores políticos, defendendo um liberalismo excludente, um alinhamento aos EUA como forma de evitar a participação das camadas populares em um projeto político para o Brasil.<sup>9</sup>

O referido autor aborda a relação entre esses dois personagens da política baiana analisando os vínculos e a simpatia de ambos pelos Estados Unidos. Da mesma forma, pretendemos, neste trabalho, fazer menção a Otávio Mangabeira e Juracy Magalhães e a defesa do alinhamento ao governo dos EUA. Entretanto, em contexto histórico diferente. A nossa abordagem será sobre o período da experiência democrática, durante o governo Gaspar Dutra. Oportunamente, discutiremos dois aspectos: primeiro, a subordinação aos EUA defendida por esses dois personagens; segundo, como esses dois políticos, membros da UDN baiana depois que essa perde a eleição presidencial de 1946, vão defender uma aproximação com o presidente eleito pelo PSD varguista.

Importante também é a tese de doutorado de Carlos Nássaro Araújo da Paixão, *De ‘tenente mancebo’ a experiente embaixador: Juracy Magalhães e a construção de suas memórias sobre o desenvolvimento econômico no Brasil (1930-1967)*. Nela o autor caracteriza o modelo oligárquico da política baiana, no qual Juracy estava inserido, bem como apresenta o projeto de desenvolvimento econômico que esse personagem defende para o País. Esse trabalho, que se trata de uma tese de doutorado defendida recentemente, é, na nossa opinião, o trabalho com mais fôlego sobre Juracy Magalhães e que nos traz uma contribuição muito relevante quanto à discursão do posicionamento desse político sobre o desenvolvimento econômico do Brasil.<sup>10</sup>

Na medida em que o presente estudo objetiva abordar a defesa do alinhamento aos EUA por parte do mencionado político, será necessário recorrer às ideias que o mesmo teve sobre as estratégias defendidas para o desenvolvimento da economia brasileira. Carlos

---

<sup>9</sup> LIMA, Aruã da Silva. *Uma democracia contra o povo: Juracy Magalhães, Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927 – 1946)*. Dissertação de Mestrado, Feira de Santana: UEFS, 2009.

<sup>10</sup> PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo. *De ‘tenente mancebo’ a experiente embaixador: Juracy Magalhães e a construção de suas memórias sobre o desenvolvimento econômico no Brasil (1930-1967)*. Tese de doutorado em Memória, Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista: UESB, 2018.

Nássaro vai aludir também à atuação do político baiano como experiente embaixador, fazendo uma análise sobre a reaproximação diplomática com Portugal. Concordamos com esse posicionamento do pesquisador ao apresentar o personagem de seu objeto de estudo como uma pessoa tarimbada na pasta em que atuava. A guinada da política externa da ditadura para uma reaproximação com a Europa, em especial com Portugal, foi o resultado encontrado a partir do governo de Costa e Silva, após os sucessivos erros do primeiro governo golpista e seu alinhamento automático e subordinado aos EUA. Entretanto, vale esclarecer que Juracy Magalhães entendia que Portugal fazia parte do “mundo livre”. Porém, o conflito entre EUA e o país europeu, em decorrência do colonialismo português, é que fez o diplomata brasileiro ter atritos com os lusitanos.

É temática central no nosso trabalho a atuação de Juracy Magalhães na política exterior do Brasil. Nesse caso, diferenciamos o norte da abordagem, na medida em que pretendemos analisar primeiro a atuação do supracitado personagem como embaixador do Brasil nos EUA; em seguida, como Ministro das Relações Exteriores. Diferenciamos também o ângulo e o recorte temporal da abordagem. Analisaremos os primeiros momentos do ex-tenente na Embaixada dos EUA, as fontes consultadas nos fornecem argumentos de que a atuação do político baiano à frente da política externa brasileira foi marcada por precipitações, controvérsias e decisões equivocadas, como foi o caso com o Paraguai, no episódio da Hidrelétrica na região de Sete Quedas, que será abordado na parte final deste trabalho.

Da mesma forma, será relevante a recente tese de Raquel Oliveira Silva, *A imprensa baiana e o americanismo na guerra contra o EIXO (1942 – 1945)*. Esse trabalho é importante, posto que a autora aborda toda a conjuntura e repercussão nos jornais da Bahia da inclinação para uma americanização do conflito mundial a partir da aproximação de algumas personalidades políticas do Estado com o ambiente cultural dos Estados Unidos. Embora Raquel Silva não tenha desenvolvido um estudo sobre o personagem em questão, sua abordagem de uma temática que tem relação com a deste trabalho nos faz compreender a forma como o imperialismo atuou para seduzir o Brasil e cooptar diversos intelectuais, numa conjuntura essencial para o estabelecimento de uma hegemonia no cone sul do ocidente.<sup>11</sup>

Com efeito a autora aborda alguns pontos de suma importância para o nosso trabalho, a começar pela política de aproximação entre os dois países, a atuação do multimilionário Nelson Rockefeller e suas ações na defesa de um pan-americanismo no

---

<sup>11</sup> SILVA, Raquel Oliveira. *A imprensa baiana e o americanismo na guerra contra o EIXO (1942 – 1945)*. Tese de Doutorado em História, Salvador: UFBA, 2018.

período da guerra, bem como a discussão sobre a instalação e os objetivos da organização da *Agência do Coordenador de Assuntos Interamericanos* (OCIAA), que se tornou uma fábrica de ideologia no Brasil no período da guerra, a qual teve continuidade e intensificou suas ações no pós-guerra. O trabalho de Raquel Oliveira é norteado, principalmente, pelas fontes encontradas no jornal *O Imparcial*. A partir desse periódico, a autora faz uma importante análise sobre o processo de alinhamento do Brasil defendido por jornalistas, intelectuais e políticos nas páginas do diário, abordando, também, a repercussão, em especial na Bahia, do crescimento da simpatia para com os EUA diretamente proporcional a diminuição de defensores dos alemães no contexto do conflito mundial.

Dialogando com tal historiografia, o presente trabalho abordará, ainda, esse período de conflito mundial demonstrando as ações da diplomacia estadunidense liderada por Nelson Rockefeller para conseguir, a partir de várias estratégias e ações, apoio para o sucesso da aceitação do *american way of life* no Brasil.

Diferenciamos o norte da abordagem de Raquel Silva na medida em que analisaremos o processo de defesa do panamericanismo liderado por Juracy Magalhães e aliados, como foi o caso do banqueiro Clemente Mariani. Nesta oportunidade, tentaremos demonstrar como a Bahia faz parte de um projeto de oposição ao Estado Novo que também era parte de um projeto de alinhamento com os EUA. A ideia que nos moveu para conduzir este trabalho para esse caminho se baseia em dois pontos poucos abordados que estão interligados e que se relacionam ao personagem em questão: o alinhamento de Juracy Magalhães aos EUA e a montagem de um grupo econômico, político e intelectual no seu entorno, que vai dar sustentação a sua trajetória longa na política.

Assim, esta dissertação parte do princípio de que a influência que os EUA exerciam sobre Juracy Magalhães era bem mais antiga do que ficou marcado na conhecida frase “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”, dita em uma entrevista na Câmara do Comércio, em São Paulo, em 1964, quando o político baiano se preparava para assumir a embaixada brasileira em Washington. Dessa forma, a frase acima mencionada, que muitas vezes foi utilizada por opositores, intelectuais e imprensa de um modo geral como símbolo do “entreguismo”, não só se refere a um momento em que o Brasil, nas relações internacionais, passou a ter um alinhamento automático aos EUA, após o golpe de 1964, que passou a contar com o apoio daquele país e na conjuntura da Guerra Fria. Na verdade, essa posição de subordinação aos vizinhos do norte já era praticada por Juracy Magalhães e outros

atores mesmo antes da polarização entre Estados Unidos e União Soviética no pós-Segunda Guerra.

Do mesmo modo, demonstraremos que essa impregnação da defesa dos valores e de um modelo norte-americano de fazer política por parte de uma fração da burguesia no Brasil (no caso, na Bahia) vai tomar corpo nos meados na década de 30, no período entre guerras, com Juracy Magalhães fazendo parte dos *intelectuais orgânicos* desse projeto de uma incipiente burguesia baiana defensora de capital associado ao império ianque.

A propósito do assunto, o livro *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918 – 1986*, de René Dreifuss, é de grande valia nesse momento, porque partimos de um argumento de análise das *estratégias e táticas* políticas de um segmento do empresariado para operacionalizar a condução das ações requeridas de todos os campos para alcançar suas metas. Para o autor, estudar esses grupos empresariais transnacionais é necessário para:

visualizar objetivos estratégicos e táticos em cenários modificáveis, e a noção de estado-maior, um órgão capaz de operacionalizá-lo, modificando com suas ações as relações de forças. Trata-se, por conseguinte, de um núcleo de vanguarda político intelectual e de um braço operacional, *organicamente vinculado* a uma classe, bloco ou fração. Trata-se de uma elite, diríamos.<sup>12</sup>

Da mesma forma, ancoramo-nos no conceito de *intelectual orgânico* desenvolvido por Gramsci e largamente utilizado por René Dreifuss na obra em questão. Nesse sentido, entendemos que o nosso objeto de estudo, Juracy Magalhães, principal personagem desta dissertação, vai ter uma função de organicidade para uma fração da classe dominante, a princípio local e, com o passar do tempo, ampliada para o Nordeste, para, posteriormente, tornar-se baiano-nacional. Buscaremos compreender como essa atuação se fez no esteio de determinadas frações da burguesia do País.<sup>13</sup> Com isso, um dos objetivos centrais deste trabalho é demonstrar que foi gestado nas décadas de 1930, na Bahia, um bloco de poder composto por vários segmentos do empresariado da classe dominante local, que vai se desenvolvendo com ações políticas classistas e se adaptando a cada contexto nas sucessivas crises brasileiras, consequências dos reflexos do beligerante século XX. Essa forma coesa leva à longevidade e à ampliação dessa fração da classe dominante, ao ponto de esse bloco,

---

<sup>12</sup> DREIFUSS, A Renê. *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918 – 1986*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 24

<sup>13</sup> O conceito de baiano-nacional foi utilizado por Paulo Fábio Dantas Neto no livro *Tradição, Autocracia e Carisma: A Política de Antônio Carlos Magalhães*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. É uma obra de referência para analisar a trajetória do referido político baiano.

liderado pelo político baiano, ser um dos norteadores da institucionalização da ditadura nos seus primeiros anos.

Dessa forma, este trabalho tem um foco voltado para compreender a inserção e a defesa, nas relações exteriores, de um grupo político, fração da classe dominante brasileira que teve forte presença na Bahia, liderada por Juracy Magalhães. Ele tem como objetivo analisar como esse grupo ampliou, se adaptou a cada contexto e circunstância histórica para defender seus interesses e chegou ao auge no governo Castelo Branco, durante a instauração de uma ditadura militar.

Assim, no primeiro capítulo, analisaremos como Juracy Magalhães, a partir de 1934, começa a dar sinais de posicionamento político que converge com parte da diplomacia privada dos EUA para o Brasil. Naquele contexto, depois ter sido eleito governador, de forma indireta, Juracy passa a combater qualquer organização política que se posicionasse ao extremo do espectro político, sejam os integralistas fascistas, sejam os comunistas. É nessa oportunidade que o ex-tentente começa a desenvolver ações para a sua longa carreira política e empresarial, com a defesa abstrata do conceito de democracia.<sup>14</sup>

No segundo capítulo, analisaremos o Brasil e a montagem da transição do pós-Estado Novo, a influência dos estadunidenses nesse processo e, também, será abordado o momento da reorganização da atividade partidária e a inserção de Juracy Magalhães nesse contexto. Para isso, também será abordada a participação de Clemente Mariani e Otávio Mangabeira, que, juntamente com Juracy Magalhães, farão parte da arquitetura, a partir da Bahia, da defesa do alinhamento Brasil/EUA no pós-guerra.

No terceiro capítulo, será analisada a atuação de Juracy Magalhães no contexto da experiência democrática, tanto no Parlamento como no Executivo.<sup>15</sup> Nesse momento, discutiremos a atuação de Juracy Magalhães na Assembleia Nacional Constituinte. Posteriormente, abordaremos a reaproximação do político baiano com Getúlio Vargas, bem

---

<sup>14</sup> Para o entendimento do conceito de democracia, partimos da concepção elaborada por Norberto Bobbio em BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Edipro, 2017.

<sup>15</sup> Utilizamos, ao longo deste trabalho, o conceito de “Experiência Democrática” para abordar o período entre 1945 e 1964, conforme empregado por Jorge Ferreira e Lucília Neves Delgado Neves no terceiro volume da coleção sobre a História da República no Brasil. FERREIRA, Jorge. NEVES, Lucília de Almeida Neves Delgado. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da redemocratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Entretanto, sabemos que o conceito de *Experiência Democrática* traz controvérsias e não é consenso no meio acadêmico. Por exemplo, Luiz Alberto Moniz Bandeira, em seu clássico *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, denominou o período entre 1945 a 1964 de “Democracia Burguesa”. BANDEIRA, Luiz Alberto. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

como a relação de Juracy Magalhães com o governo de Juscelino Kubitschek. Em seguida, será avaliada a tentativa frustrada do ex-tenente de se candidatar à Presidência da República e as conspirações contra João Goulart.

No quarto e último capítulo, discutiremos a ação de Juracy Magalhães como um dos intelectuais orgânicos na instauração da Ditadura Militar no Brasil e sua atuação como um dos norteadores da política exterior do governo Castelo Branco, em um cenário em que o político baiano tornava-se relevante por ser uma figura híbrida, que se apresentava em versões diferentes, dependendo do contexto, ora como militar de alta patente, ora como tecnoburocrata do Estado ou, ainda, como experiente político civil, com larga vivência na militância partidária nacional. Para isso, será analisada as ações de Juracy Magalhães como representante de uma burguesia de capital associado aos EUA e as estratégias que o ex-governador da Bahia, na condição de embaixador em Washington, teve para convencer a sociedade estadunidense de que eram os golpistas que defendiam a democracia. Também abordaremos as ações do ex-tenente e suas atenções voltadas para a América Latina, reivindicando para o Brasil o lugar de potência média no plano do alinhamento ocidental, aceitando a liderança dos EUA no continente, porém, reivindicando uma subliderança diante dos vizinhos, posição que foi fundamental na conformação de um projeto de inserção subordinada do país no cenário mundial. Nesse momento, será abordado o retorno ao projeto da construção de refinadoras de petróleo entre Brasil e Bolívia, a intervenção na República Dominicana, e o episódio do incidente diplomático com o Paraguai, o caso Sete Quedas.

No curso da execução deste trabalho, vali-me de fontes do Centro de Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), que passaram a se constituir nos principais acervos pesquisados. Com efeito, muito especialmente os acervos pessoais de Juracy Magalhães, Clemente Mariani e Getúlio Vargas foram vastamente usados na feitura desta dissertação. A documentação existente nessa instituição possibilita um entendimento, para este estudo, sobre a relação Brasil/EUA com análise a partir da posição do personagem em questão. Além dos acervos disponíveis no CPDOC/FGV, outras fontes serão também utilizadas no texto, como, por exemplo, alguns discursos parlamentares que têm relação com a temática. Nesse caso, foram consultados os diários do Congresso Nacional.

Somando-se a isso, também temos consultado publicações internacionais, como as revistas *Seleções* e *La fortune*. Essas revistas, de visão editorial diferente, tinham objetivos parecidos em defender posições estadunidenses e fazendo parte da Guerra Cultural projetada

pelos EUA para a América Latina, no caso específico deste estudo, durante a Guerra Fria. Jornais e revistas brasileiras também vêm sendo utilizados no decorrer do texto, como é o caso de uma entrevista do então Embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon, à *Revista Manchete*, na qual o diplomata estadunidense menciona o posicionamento de Juracy Magalhães diante da política externa brasileira. Incorpora-se a este trabalho, também, algumas matérias de jornais, como exemplo publicações do *Estado de São Paulo*.

Os livros de memórias compõem o leque de acervos e possibilidades que nos dão suporte na realização deste trabalho, principalmente os quatro livros de memórias de Juracy Magalhães. Mas não apenas a memorialística de Juracy vem sendo consultada, visto que temos nos valido das memórias de outros personagens, como *Diplomacia em Alto Mar*, de Vasco Leitão da Cunha, e *Desde as Missões*, de Daniel Krieger, bem como *A Lanterna na Polpa*, de Roberto Campos. Todas essas obras nos servem de suporte para pensar o modo no qual Juracy Magalhães edificou seu alinhamento com os Estados Unidos e buscou constituir uma política externa para o Brasil.

## CAPÍTULO I

### Juracy Magalhães e o liberalismo na Bahia em tempos de crises (1934-1937)

As complexidades e contradições para um entendimento do processo político que desencadeou na Revolução de 1930, que muitos, utilizando o conceito de Antônio Gramsci, denominam de Revolução Passiva<sup>16</sup>, constitui uma reorganização conservadora entre as elites, sem modificar as estruturas do Estado oligárquico. Entretanto, não houve um segmento da classe dominante que se tornou protagonista no processo. O Estado foi o vetor na arrumação da nova ordem.

Os novos detentores do poder na Bahia reivindicam para si um projeto que se sustentava no liberalismo, como se percebe no próprio nome da agremiação partidária. Entretanto, havia certa heterogeneidade na composição da Aliança Liberal.<sup>17</sup> Por outro lado, pode-se destacar que, na Bahia, os derrotados com a chegada de Vargas ao Catete foram sempre defensores de um projeto com os ditames do liberalismo e mesmo no ostracismo não mudaram essa concepção de fazer política, ainda que se restringindo apenas ao discurso.

Com isso, surgem na Bahia, em meados dos anos de 1930, duas frações da classe dominante que se constituíam como oposição entre si, porém se intitulavam de liberais: os autonomistas, grupo político oriundo da Primeira República; e o PSD, fundado em 1933 e liderado por Juracy Magalhães, que se constituía uma corrente política em plena ascensão e que foi se afastando dos objetivos dos Revolucionários de 1930, ancorando-se em uma prática tradicional de fazer política no Estado: o apelo pelas articulações entre oligarquias e o personalismo político.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> O conceito de *Revolução Passiva* foi desenvolvido por Gramsci. GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 5. *O Risorgimento: notas sobre a história da Itália*. Edição e tradução de Luiz Sérgio Henrique; coedição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Os autores mais importantes que recorreram ao conceito para analisar a Revolução de 1930 foram Boris Fausto e Francisco Weffort, embora esses autores não mencionassem de forma clara esse termo mais precisamente nas respectivas obras: FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. Companhia das Letras, Rio de Janeiro, 16 edição; 1997. WEFORT Francisco. *O populismo na política brasileira*. 5ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

<sup>17</sup> A heterogeneidade do projeto em disputa, após a Revolução de 1930, pode ser vista no 1º capítulo do texto clássico de SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Várias edições, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

<sup>18</sup> O PSD fundado na Bahia e liderado neste Estado por Juracy Magalhães não tem relação com o PSD ligado a Getúlio Vargas, fundado no final do Estado Novo. Sobre o PSD baiano, ver SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e representação: o legislativo da Bahia na Segunda República (1930-1937)*. Salvador: Assembleia Legislativa, 1992. p. 91 – 92.

Entretanto, é possível perceber um projeto de liberalismo diferente nas duas correntes partidárias. Os Autonomistas eram um agrupamento de pessoas que tinham um objetivo em comum: combater o projeto político de Getúlio Vargas e, de forma mais incisiva, conter o avanço do “juracismo”. Assim, os Autonomistas se envolvem, no decorrer dos anos de 1930, em um projeto político marcado por duas frentes principais de atuação, que se interligavam entre si. A primeira delas, voltada para reivindicar a importância da Bahia na história política do Brasil. A segunda, a defesa do liberalismo. Ambas convergiam na oposição ao interventor/governador, tido como forasteiro a ser combatido no terreno político.

Na recente tese de Eliana Evangelista Batista, *A Bahia para os baianos: acomodação e reação política ao governo de Getúlio Vargas (1930 – 1937)*, a autora demonstra o modo como se deu a conturbada eleição para a Constituinte de 1933. A chapa *A Bahia ainda é a Bahia*, da *Concentração Autonomista*, travou várias batalhas acusando a ocorrência de fraude no pleito eleitoral.<sup>19</sup> As acusações se intensificaram em razão da demora das apurações da votação e do avassalador desempenho, nas urnas, que teve Juracy Magalhães no interior do Estado. Assim, o combate a Getúlio Vargas e seu aliado da Bahia foi muito além da disputa eleitoral, adentrando em várias formas de enfrentamento, ora por meios de ações judiciais, ora por acusações na imprensa.

A respeito do assunto, Paulo Santos Silva menciona como os autonomistas recorrem ao passado para reivindicar uma importância da Bahia no cenário nacional, supostamente perdida com a chegada dos aliancistas ao poder em 1930. Retirados das posições de destaque do aparelho do Estado, esses baianos ilustres começam a se mover em várias formas possíveis para se demarcar como opositores ao varguismo e, principalmente, ao seu apadrinhado político no Estado.<sup>20</sup>

Os Autonomistas pertencem a uma fração da classe dominante do Estado e posicionam como intelectuais orgânicos na defesa dos interesses de sua classe social, como é o caso de Luís Viana Filho, que, como forma de se opor ao Estado Novo, partiu para a empreitada de escrever a biografia de baianos ilustres, como Rui Barbosa, e sobre movimentos de resistência na Bahia, como foi a Sabinada.<sup>21</sup> O discurso liberal torna-se ferramenta de combate para esses intelectuais e políticos que, destituídos do poder em 1930,

---

<sup>19</sup> BATISTA, Eliana Evangelista. *A Bahia para os baianos: acomodação e reação política ao governo de Getúlio Vargas (1930 – 1937)*. Tese de Doutorado, Salvador: UFBA, 2018. p. 243.

<sup>20</sup> SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 161

<sup>21</sup> VIANA FILHO, Luiz. *Sabinada (A república baiana de 1837)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.  
\_\_\_\_\_. *A vida de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Companhia Nacional, 1941.

possam se inserir novamente. A Bahia supostamente humilhada, desprestigiada pela nova ordem vigente, é o que leva essa fração da classe dominante a se mobilizar em torno de bandeiras convergentes como “A Bahia ainda é a Bahia” e o uso do conceito denominado de “tradição liberal” ao reivindicar para este Estado a recuperação do prestígio dessa elite retirada do poder pela Revolução de 1930.<sup>22</sup>

O discurso liberal defendido era uma forma de oposição aos ideais da Aliança Liberal, que se consolidava no poder. Pode-se dizer que a defesa desse conceito situa-se no plano da invenção de uma tradição no sentido atribuído por Eric Hobsbawm e Terence Ranger.<sup>23</sup> Primeiro a reivindicação da participação de baianos ilustres no aparelho do Estado, o que, segundo os Autonomistas, era uma prática desde o Império. Segundo, voltava-se para a defesa dos valores assegurados na primeira Constituição Republicana. Esses dois pontos tinham uma referência em comum, pois a Concentração Autonomista era saudosista na defesa daquilo que se chama de “liberalismo excludente”, nomenclatura que alguns historiadores e cientistas sociais denominaram o período da Primeira República. Porém, essa afirmação não autoriza dizer que o projeto político da Aliança Liberal era inclusivo. Na verdade, os vários agrupamentos políticos que chagam ao poder com a Revolução de 1930 configuram uma feição bastante heterogênea e com projetos distintos na sua base. O resultado disso foi o que Dulce Chaves Pandolfi denominou de um regime de “incertezas”.<sup>24</sup>

Fazendo parte desse projeto em disputa dos nortes a ser seguidos na Bahia, o tenente mancebo construiu em torno de si uma rede de apoio e um bloco de poder com indivíduos oriundos dos mais variados segmentos da elite baiana. Articulando e nomeando prefeitos nas cidades do interior, projetando a carreira de novos líderes políticos, cooptando empresários e banqueiros locais, como foi o caso de Rui Santos e Clemente Mariani, respectivamente médico e empresário ligado à atividade financeira.<sup>25</sup> Em correspondências

---

<sup>22</sup> Os conceitos de *classe dominante* e *fração de classe* utilizados neste trabalho está baseado na contribuição teórica de POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. 2ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 1978. p. 77 - 84.

<sup>23</sup> Eric Hobsbawm afirma que a “tradição inventada” constitui reações a situações novas que, ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através de repetição. Para esse autor, a *invenção das tradições* tem por função “dar a qualquer mudança desejada (ou a resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme expresso na história. (p. 10)”. HOBBSAW, Eric e TERENCE Ranger. *A invenção das tradições*. 6ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

<sup>24</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. *Os anos 1930: as incertezas do regime*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 13 – 38.

<sup>25</sup> A dissertação de Patrícia Moreira Santos de Carvalho analisa como Juracy Magalhães liderou a estruturação do PSD utilizando-se de estratégias de dominação e acomodação para neutralizar os adversários na Bahia oriundos da República Velha. CARVALHO, P. M. S. *Juracy Magalhães e a construção do juracismo: um perfil da política baiana*. Dissertação de mestrado, Salvador: UFBA, 2005.

para Getúlio Vargas, o político baiano menciona as estratégias utilizadas para conseguir o apoio necessário para que as eleições fossem favoráveis, neste Estado, aos correligionários da Revolução de 1930:

Foi um brilhante sucesso a organização do Social Democrático baiano. Uma magnífica assembleia constituída de 346 representantes municipais e distritais elaboraram o programa, os estatutos e o regime interno do partido, terminado por votar uma expressiva moção de apoio a Vossa Excelência, moção que demonstra a evidência, que o partido está organizado visando a luta que todos os terrenos.<sup>26</sup>

Além da articulação com as lideranças do interior, muito deles coronéis contrários ao processo revolucionário de 1930<sup>27</sup>, constam nas próprias missivas o relato do interventor ao titular do Palácio do Catete afirmando que em várias localidades do interior chegaram-se a montar dois diretórios do partido da situação, para acomodar sobre sua liderança pessoas com divergências locais. Diante disso, Juracy assegura ao Presidente da República que a Bahia seria o Estado em que o apoio ao seu governo estava assegurado de modo em que se podia mais tranquilamente confiar.

Juracy Magalhães entendeu as fragmentações das lideranças soteropolitanas, o que dificultava um projeto de uma oposição unificada, chegando a relatar a Vargas esse fato: “Vossa excelência bem sabe, a política baiana é cheia de grupinhos, formados em geral por incompatibilidades pessoais”.<sup>28</sup> E o ex-tenente mancebo começa a traquejar em utilizar essas divisões em benefício próprio para construir um projeto de poder com êxito eleitoral. Além disso, Juracy Magalhães foi o responsável por colocar dentro do aparelho estatal parte de uma intelectualidade baiana das *camadas médias*<sup>29</sup> da sociedade, que, em momento anterior, não estava inserida na máquina pública.

Figuras como Clemente Mariani, eleito deputado constituinte, empresário, banqueiro e professor da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia, torna-se um aliado político, ideológico e pessoal do ex-tenente durante toda a sua trajetória na vida pública. Talvez seja Mariani o indivíduo que mais influenciou e colaborou com a trajetória longa de Juracy Magalhães. A condição de banqueiro, empresário e intelectual fez desse indivíduo

---

<sup>26</sup> MAGALHÃES. J. *Minhas memórias provisórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 236-237.

<sup>27</sup> Eul-Soo Pang, em seu livro clássico sobre o coronelismo na Bahia, defende uma tese na qual Vargas e a Revolução de 1930 só fizeram disciplinar os coronéis do sertão em um partido político. Dos grandes líderes do interior, a exceção ficou, praticamente, com Horário de Mattos, que foi preso após a vitória da Revolução e quando conseguiu a liberdade foi assassinado. PANG. E. S. *Coronelismo e oligarquias, 1889-1934: a Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

<sup>28</sup> MAGALHÃES..., p. 237.

<sup>29</sup> Conceito utilizado por Boris Fausto no livro *A Revolução de 1930: história e historiografia*, várias edições.

componente importante para a construção e defesa de um projeto político que caminhava, senão em outro direcionamento ao varguista, porém com norte próprio na Bahia na década de 1930.<sup>30</sup>

Juracy Magalhães, também, se articulou com organismos setoriais do empresariado, entidades classistas, como a Associação Comercial, entidade patronal que, na Primeira República, já se constituía um forte setor empresarial, como menciona Mario Augusto Santos<sup>31</sup>, além do Instituto do Fumo e o Instituto do Cacau.<sup>32</sup> Apesar da função institucional do Estado brasileiro na sua forma organizativa, essas entidades com caráter classista vão formar *Aparelhos Privados de Hegemonia buscando uma combinação de força e consenso*<sup>33</sup> que se constituíam como grupos de pressão e conseguiam propor políticas de desenvolvimento econômico vinculadas aos seus interesses, e para isso reconheciam no ex-tenente mancebo um líder orgânico capaz de representar suas demandas classistas.<sup>34</sup>

O cearense interventor federal na Bahia era defensor da manutenção do regime discricionário chamado de Governo Provisório. Apenas diante da inevitabilidade da abertura constitucional, principalmente com os levantes ocorridos em São Paulo, é que Juracy Magalhães tratou da construção da arregimentação política que resultou na formação do PSD e passou a se arvorar de defensor da democracia e das eleições.

Assim, é a partir de 1934 que o então eleito governador da Bahia vai transfigurar-se em uma roupagem de liberal para nortear a orientação política do seu governo a partir de sua eleição indireta. É nesse momento que Juracy Magalhães inicia uma incisiva articulação para uma saída eleitoral para suceder a Getúlio Vargas. Dessa forma, não resta dúvida de que fazia parte dos discursos e dos planos do referido político a ideia de legitimar o poder através de eleições. As fontes consultadas caminham nesse sentido, o que nos leva a uma afirmação de que o governador da Bahia tentou de várias formas conter o avanço dos comunistas utilizando uma saída eleitoral e, através desse mesmo mecanismo, frear a simpatia que

---

<sup>30</sup> [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/clemente\\_mariani](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/clemente_mariani).

<sup>31</sup> SANTOS, Mário Augusto. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2011.

<sup>32</sup> Vale esclarecer que foram criados outros Institutos com fins semelhantes ao Instituto do Cacau e os objetivos eram fazer parte de um movimento mais amplo do Estado brasileiro pós-1930, visando, sobretudo, uma intervenção e um planejamento estatal no âmbito da economia.

<sup>33</sup> Antônio Gramsci discute o conceito de *aparelhos hegemônicos* em sua obra carcerária traduzida por Carlos Nelson Coutinho para a língua portuguesa, mais precisamente no 3º Volume. GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o estado e política. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000. p. 95.

<sup>34</sup> Vale esclarecer que a fundação de Institutos, como foi o caso do Cacau na Bahia, tornou-se uma política fomentada por Getúlio Vargas em âmbito nacional a partir de 1930. Nesse contexto, foi criado o Departamento Nacional do Café, Instituto do Alcool e Açúcar, entre outros.

Getúlio Vargas tinha pelo fascismo europeu, o que já demonstrava sinais de que não estava disposto a planejar uma sucessão presidencial.<sup>35</sup> Porém, o liberalismo do ex-tenente, no terreno político, apresentava suas restrições.

Juracy Magalhães, a partir do momento que se tornou governador da Bahia, eleito de forma indireta, passou a ser um defensor do voto como forma de acesso ao poder. Entretanto, quando as eleições o colocavam em situação de risco de derrota, sempre que pôde, utilizava da criminalização das oposições e seu impedimento de participar do jogo eleitoral como mecanismo natural de disputa. Isso foi um dos pontos que o levou ao rompimento com o seu padrinho político, Getúlio Vargas. O presidente se opôs primeiro ao aconselhamento; em seguida, às tentativas de Juracy Magalhães, na Bahia, de tratar os Integralistas como caso de polícia.<sup>36</sup>

Essa posição de estratégia do governador da Bahia levou a um fato contraditório que aconteceu neste Estado no contexto mencionado, como já tinha chamado a atenção à historiadora Laís Mônica em seu trabalho sobre o integralismo.<sup>37</sup> A Ação Integralista, a partir de 1936, teve proibida a organização e atuação em terras baianas, mesmo que no restante dos entes federados a sua atuação fosse consentida e autorizada pela legislação eleitoral vigente.

Além disso, o governador baiano utilizava-se de construções abstratas das ideias de liberalismo, restringindo a existência de eleições ao mesmo tempo em que construía mecanismo para evitar a participação de setores subalternos nas decisões políticas de um projeto de país que ele projetava. Não se vê nas fontes consultadas nada que faça referência à ampliação dos atores políticos que ele defendia em uma democracia liberal mais ampla.

Liberalismo para o ex-tenente, ao que parece, resumia-se na defesa da liberdade individual de parcela da população composta, sobretudo, por setores da burguesia e das classes dominantes letradas. Com efeito, o tema da democracia estava relacionado de modo restrito à maneira como os cidadãos escolhiam seus representantes por via do voto, porém evitando uma ampla discussão política e social mais sobre um projeto de país, bem como

---

<sup>35</sup> Nos seus livros de memórias, Juracy Magalhães publicou algumas das correspondências que ele enviou para Getúlio Vargas tratando da sucessão presidencial. Foi publicado em seu livro *Minhas memórias provisórias* várias cartas trocadas entre o governador da Bahia e aliados de vários estados articulando a sucessão do titular do Palácio do Catete.

<sup>36</sup> As fontes referem-se às correspondências e discursos de Juracy Magalhães arquivados no CPDOC/FGV. Alguns desses discursos foram reproduzidos no livro *Minha vida pública na Bahia*.

<sup>37</sup> Correspondência de Juracy Magalhães para Getúlio Vargas. CPDOC/GV c 1934.03.07/1.

<sup>37</sup> FERREIRA, Laís Mônica Reis. *Integralismo na Bahia: gênero, educação e assistência social em O Imparcial 1933 – 1937*. Salvador: Edufba, 2009.

evitando-se, tanto quanto possível, a inclusão de setores mais vastos da população no processo eleitoral.

Parece necessário reconhecer que Juracy Magalhães sempre dizia ser um partidário da existência de eleições. Como já foi mencionado, a exceção ocorreu quando foi interventor na Bahia, nomeado por Getúlio Vargas, entre 1931 a 1932, até o final da “Revolução Constitucionalista” ocorrida em São Paulo, época em que Juracy era defensor da manutenção do regime discricionário chamado de Governo Provisório. Apenas diante da inevitabilidade da abertura constitucional é que ele tratou da arregimentação política que resultou na formação do PSD e passou a se arvorar de defensor da democracia e das eleições. Após esse momento, o ex-tenente sempre se posicionou a favor de disputas eleitorais. Durante a Ditadura Militar, no governo Castelo Branco, no qual ele teve muita influência nos primeiros Atos Institucionais, existem evidências (as quais serão analisadas posteriormente) que demonstram que o ex-tenente era um defensor da eleição em 1965, porém, quando o resultado do pleito não o favoreceu, ele mudou de opinião.

Além disso, o político baiano, em toda a sua trajetória, apresentou uma postura que demonstra sua dificuldade em conviver com críticas e com oposições. Nesse sentido, pode ser referido o momento em que ele, para reprimir seus opositores, perseguiu e prendeu docentes e discentes do curso de Medicina da Universidade da Bahia e suspendeu a circulação do jornal *A Tarde*, em 1934.<sup>38</sup> Assim, Juracy Magalhães denominava a manifestação política em praça pública como “corrilho, anarquias das ruas”.<sup>39</sup>

### **Juracy Magalhães e outros projetos para a Bahia: Comunistas e Integralistas**

Ao longo da década de 1930, vários projetos políticos apareceram como alternativa ao governo de Getúlio Vargas em todo o Brasil.<sup>40</sup> Na Bahia, dois merecem destaque de modo especial. Um deles, representado pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), e o outro encampado pela Ação Integralista Brasileira (AIB). Esses dois projetos que, no referido contexto histórico, digladiavam-se na arena política brasileira e também internacional, de algum modo representado pela disjuntiva entre revolução e contrarrevolução, tiveram em terras baianas efetivas disputas pelas suas bandeiras

---

<sup>38</sup> CARVALHO, Patrícia carneiro. *Juracy Magalhães e a construção do Juracismo*: um perfil da política baiana. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: UFBA, 2005. p. 102.

<sup>39</sup> MAGALHÃES, J. *Minha vida pública na Bahia*. 2ª edição, Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2008. p. 167 -168.

<sup>40</sup> Esses projetos foram abordados no livro. OLIVEIRA Lúcia Luppi (org.). *Elite Intelectual e Debate Político nos Anos 30*. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

programáticas e pelas suas tentativas de influenciar contingentes massivos, em busca de maior representação política.

A ANL e a AIB, com bandeiras totalmente antagônicas, polarizaram uma luta entre si com ações que envolviam as massas em uma época na qual, no Brasil, o liberalismo excludente era bastante questionado, mas seguia elegendo os governantes entre os membros das oligarquias regionais. Mais tarde, esses projetos, além da polarização antagônica entre ambos, e em momentos específicos, entraram em conflito com o varguismo.

Convém mencionar que a polarização no Brasil era um reflexo do contexto internacional da época, como se disse acima, e a aproximação de Getúlio Vargas com a Alemanha nazista não estava somente ligada à questão ideológica do presidente do Brasil com o regime liderado por Hitler. A chegada do político gaúcho à Presidência em 1930, portanto antes do Terceiro Reich ascender ao poder, configurou uma transformação qualitativa, tanto do ponto de vista político quanto no padrão de acumulação, não obstante tenha se iniciado através de um golpe de Estado. Com efeito, Vargas já havia direcionado sua política externa para uma aproximação com a Alemanha com o objetivo de firmar as bases de um comércio bilateral entre os dois países nos marcos da edificação de um estado nacional politicamente centralizado e economicamente sustentado em bases não exclusivamente agrícolas, mas também industriais.

Essa nova configuração da política externa foi consequência da conjuntura do pós-crise econômica mundial de 1929, na qual o governo brasileiro precisava encontrar novos mercados para a venda de produtos agrícolas, principalmente o café e o cacau, ao mesmo tempo em que buscava capitais dispostos a auxiliar o investimento estatal na indústria de base. Posteriormente, com a chegada de Adolf Hitler ao poder, em 1933, as relações comerciais entre os dois países se intensificaram. E estavam em pauta os objetivos do governo brasileiro de construir um parque industrial, para o qual via no referido país europeu a possibilidade de aquisição de capital e tecnologia de ponta para tais pretensões.

Em *O 'milagre alemão' e o desenvolvimento do Brasil – 1949 – 2011*, Luiz Alberto Muniz Bandeira alude que a intensificação desse comércio ocorreu quando os dois países instituíram um esquema de pagamento bilateral mediante a compensação de marcos (ASKI-MARK), limitando às compras feitas na Alemanha. Segundo Muniz Bandeira, mesmo diante do acordo de favorecimento de câmbio, era interessante para o governo brasileiro.

Esta proposta ao governo Vargas convinha, pois a Alemanha, no comércio com o Brasil, propiciara-lhe um saldo favorável de ordem de 1,2 milhão de

libras, abaixo apenas dos Estados Unidos (10,2 milhões de libras) e da França (2,1 milhões de libras).<sup>41</sup>

Entretanto, menciona o autor que esse tratado com o governo nazista trouxe alguns inconvenientes. Entre esses, estava o fato de as concessões tarifárias ferirem alguns tratados comerciais com outros países, principalmente com os EUA, o principal parceiro comercial do Brasil à época, e com o qual Vargas tentava, através do seu ministro Osvaldo Aranha, ampliar as parcerias comerciais. Com isso, os vizinhos do norte protestaram contra o acordo com os alemães na medida em que o país europeu vinha propagando práticas antiliberais e anti-livre mercado defendida pelos estadunidenses. Entretanto, apesar da pressão, Vargas não cedeu. Considerando que o acordo não se resumia à compra de produtos agrícolas, pois estava em jogo a possibilidade de o governo brasileiro trocar matéria-prima por apetrechos bélicos para o Exército e para a Marinha, os interesses pareciam ir muito além dos simples laços comerciais.

É nesse cenário do entreguerras, com novos sistemas de poder, que se despontam na comunidade internacional os EUA, a então União Soviética e a Alemanha. Com isso, as influências dos regimes políticos destas novas potências que surgem tornam-se alvo das atenções de muitas organizações políticas na América Latina. No Brasil, Getúlio Vargas vai buscar um equilíbrio possível na condução da política externa traçando acordos importantes com os EUA e com a Alemanha nazista.

Entretanto, a União Soviética, como afirma Gerson Moura, apesar das convulsões internas, com a decisão de coletivizar a economia na década de 1930, conseguiu um salto na capacidade de produção graças à planificação econômica. Segundo esse autor, na URSS:

O resultado do seu crescimento lhe permitiu, em meados da década de 1930, ser considerado um parceiro ou um adversário respeitável no quadro a candidatos a grade potência; desse modo; à sua influência ideológica, somava-se então ao seu poder político no continente europeu.<sup>42</sup>

Com isso, os simpatizantes do regime soviético conseguiram ampliar o seu número de correligionários no Brasil, de modo a ampliar as bases de inserção da ANL no País. Além disso, as incertezas do regime liderado por Getúlio Vargas a partir de 1930 possibilitaram aos comunistas fazerem parte de uma aliança política mais ampla, com um projeto político alternativo, o que resultou em um precipitado levante de quartéis

---

<sup>41</sup> BANDEIRA, M. A. O *'Milagre a alemão' e o desenvolvimento do Brasil. (1949 – 2011)*. São Paulo, 2ª edição revista e ampliada, São Paulo: Unesp, 2011. p.60

<sup>42</sup> <sup>42</sup> MOURA, G. *Autonomia da dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 54.

protagonizados por militantes da ANL, uma circunstância em que os militantes anti-imperialistas chegaram a tomar o poder por alguns dias em Natal.<sup>43</sup>

Com o levante de 1935, os comunistas passaram a ser perseguidos ou presos em boa parte do território nacional. No estado da Bahia, por algumas razões, os militantes da ANL não foram perseguidos como em outras partes do País. Primeiro, talvez, porque a atuação dos comunistas na “Intentona” não teve no Estado grande quantidade de adeptos ou atos espetaculares.<sup>44</sup> Além disso, ao que parece, Juracy Magalhães estava mais preocupado era com a atuação dos Integralistas, somando-se ao fato de o governador baiano ter um irmão diretamente envolvido com os comunistas no levante, o que levou o político baiano a ajudar na proteção do membro da família.<sup>45</sup>

Com uma comissão criada, com caráter misto, de parlamentares e oficiais das Forças Armadas, para investigar a atuação dos comunistas, denominada de Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (CNRC), a onda repressiva chegou a pessoas graúdas das classes favorecidas. Isso fez com que Juracy Magalhães demonstrasse preocupação com a situação do irmão mais novo, Eliezer Magalhães, envolvido no levante aliancista. O governador da Bahia tentou intervir, chegando a pedir a interferência de Getúlio Vargas a favor de seu irmão e de Pedro Ernesto, parceiro na Revolução de 1930, que exercia o cargo de prefeito do Distrito Federal. Em telegrama para o Presidente da República, Juracy chama a investigação de “mesquinha”, “escandalosa” e adverte: “não trepidarei lutar contra caricatos Robespierre, que usam impor pela violência a consideração dos homens públicos do país.”<sup>46</sup>

No seu último livro de memórias, Juracy Magalhães chega a aludir ao fato. Segundo ele, seu irmão foi obrigado a fugir do Brasil, e, voltando a atacar a CNRC, considerou que a investigação parlamentar tornara-se como uma espécie de Santo Ofício da nova política de Vargas, que buscava conter ideias contrárias ao sistema. O político baiano também relata que essa investigação foi prorrogada várias vezes até a instauração do Estado Novo.<sup>47</sup>

---

<sup>43</sup> Sobre o assunto ver; VIANNA, Marly Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonhos e realidade*. 2ª edição, São Paulo: Expressão popular, 2011.

<sup>44</sup> Sobre o tema ver PRIMO, Jacira Cristina Santos. *Tempos Vermelhos. A Aliança Nacional Libertadora e a Política Brasileira*. (1934 – 1937). Salvador: Sagga editora, 2017.

<sup>45</sup> PRIMO, Jacira Cristina Santos. *Tempos Vermelhos...* p. 168.

<sup>46</sup> Telegrama, 10/03/1936. CPDOC, Getúlio Vargas e 1936 03.10.1

<sup>47</sup> MAGALHÃES, Juracy. *O último tenente: depoimentos a J. A. Gueiros*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 174.

As posições do ex-tenente levaram a polícia política varguista, aliada, a acusar o governo da Bahia de aliança com os vermelhos. O então deputado federal, correligionário de Juracy Magalhães na Bahia, Clemente Mariani saiu em sua defesa demonstrando que o governador não mantinha simpatia pelos comunistas, e para isso o parlamentar apresentou as ações policiais anticomunistas da polícia baiana.<sup>48</sup>

O fato é que tanto a ANL quanto a AIB, durante nos anos 1930, estiveram empenhadas em produzir suas respectivas transformações tentando atrair contingentes cada vez maiores para as suas fileiras. Amélia Saback Alves Neta, ao fazer um estudo sobre os integralistas no interior do Estado aborda que muitos desses militantes tinham sua origem em cidades sertanejas, sendo filhos de antigas lideranças políticas locais e a tarefa em conseguir adeptos, com isso, era facilitada. Entre esses integralistas, por exemplo, estava Rubem Nogueira, intelectual que se dedicava à atividade jornalística e partidária na capital e também em Alagoinhas e principalmente em Serrinha sua cidade natal. Segundo essa autora, as ações dos integralistas foram desenvolvidas em vários municípios, e com objetivos de ampliar a quantidade de adeptos na Bahia, essa organização, chegou a montar caravanas e bandeias no nordeste da Bahia.<sup>49</sup>

As duas organizações começam a despertar apoio popular de pessoas que se posicionavam em polos opostos do espectro político, criando uma situação de certa forma desconhecida na cena política nacional, com militantes organizados e atuando em busca de apoio, principalmente, entre os trabalhadores, no caso da ANL, e entre os setores médios, no caso da AIB. Se por um lado os comunistas não sofreram rigorosa perseguição após o levante de 1935, pelo menos, no mesmo nível dos outros estados, a organização integralista viu-se gradativamente em processo de aproximação com Vargas, em conformidade com seus posicionamentos políticos no plano interno e externo. Entretanto, a AIB na Bahia tornou-se alvo de perseguição por parte do governador e da polícia política sob seu comando. E essa perseguição não estava voltada para uma questão meramente ideológica. O certo é que os integralistas estavam ocupando neste Estado a mesma base política do governador, e isso o incomodava.

---

<sup>48</sup> Existe documentos no CPDOC/FGV sobre a correspondência entre Juracy Magalhães e aliados, governadores e até mesmo para o presidente Getúlio Vargas, nas quais o governador da Bahia se defende de tais acusações. Merece destaque nessa documentação os telegramas existentes no acervo de Clemente Mariani (CMA dcf1 c 1935.11.24) e a defesa de seu correligionário que o parlamentar faz na Câmara dos Deputados (CMA pi Mariani, C. 1935.11.27).

<sup>49</sup> ALVES NETA, Amélia Saback. *Os verdes às portas do sertão: doutrina e ação política dos integralistas na Bahia. (1932 – 1945)*. Salvador: Saggá Editora, 2018.

Três fatores podem ser elencados para o combate feito pelo Governador a essa organização. O primeiro deles é a disputa de espaço na capital e no interior. Tanto Juracy, via PSD, quanto a AIB buscavam na capital adeptos oriundos da classe média e da intelectualidade, bem como de lideranças políticas do interior. Isso fez com que Juracy alertasse Getúlio Vargas dos riscos representados pelos integralistas ao projeto dos Revolucionários de 1930.<sup>50</sup> Outro fator que levou Juracy a se incomodar com os seguidores da organização, que tinha como um dos principais líderes Plínio Salgado, foi a maneira do ex-tenente fazer política. A trajetória longa do ex-interventor da Bahia é marcada por vários momentos em que esse político demonstra sua dificuldade em conviver com oposições quando essas colocam seu pragmatismo em risco. Nesse sentido, merece destaque a forma de atuação dos correligionários do líder da AIB na Bahia, buscando aliados nas camadas médias da sociedade, minando assim as bases de apoio de Juracy Magalhães, a ponto de, em suas memórias, o próprio Juracy Magalhães vir a mencionar o fato: “no meu tempo de interventor na Bahia, cheguei a advertir Getúlio, numerosas vezes, sobre o preocupante crescimento do integralismo no estado.”<sup>51</sup>

Ao lado do que foi dito acima, o fato de o governador da Bahia começar a marcar uma postura pró-estadunidense nas posições ideológicas do espectro político parece ser também um ponto que lhe opunha aos integralistas.<sup>52</sup> Com isso, a política de “ideologia externa”, termo utilizado como oposição à democracia liberal, é utilizada para denominar as organizações partidárias ANL e AIB. Assim, esse bloco de poder começa a configurar com mais clareza suas posições e ideologia sobre o alinhamento político.

Um dos mais fiéis aliados de Juracy Magalhães, o banqueiro Clemente Mariani, é um dos componentes desse bloco de poder em sintonia com o liberalismo estadunidense. Em discurso na campanha de José Américo de Almeida para a Presidência da República, em 1937, o parlamentar do PSD baiano defende um projeto para o Brasil do futuro apelando para

---

<sup>50</sup> Correspondência de Juracy Magalhães para Getúlio Vargas. CPDOC/FGV, GV c 1934.03.07/1.

<sup>51</sup> MAGALHÃES, Juracy. *O último tenente...*, p 191.

<sup>52</sup> Getúlio Vargas, depois da eleição indireta, em 1934, começa a demonstrar uma inclinação para o fascismo e nazismo europeu. Entretanto, isso não inviabilizou que, entre os seus aliados, houvesse simpatizantes que estabeleciam laços com a defesa do livre mercado e com a democracia liberal estadunidense. Entre esses, a figura mais destacada, sem sombra de dúvida, foi Oswaldo Aranha, que foi embaixador nos EUA entre 1934 a 1936. Juracy Magalhães, em seu livro *O último tenente*, vai elogiar a atuação do correligionário gaúcho à frente da referida embaixada, bem como fazer elogios aos EUA e, segundo ele, “ao clima amistoso que os vizinhos do norte mantêm com o Brasil até hoje” (pág. 164). Na mesma oportunidade, Juracy vai mencionar a amizade com o ex-embaixador, que perdurou por décadas. No decorrer deste trabalho, vamos analisar esse contato entre o político baiano e o diplomata gaúcho, no qual iremos defender uma posição de que o vínculo ia muito além da amizade e tinha a ver com a posição política pró-estadunidense de ambos, que ora se aproximava do varguismo, ora rompia, sem porém se distanciar da pessoa de Getúlio Vargas.

a fé Cristã, um modelo de democracia liberal que cita, inclusive, o ex-presidente estadunidense Abraham Lincoln. Para ele, o país precisava:

que o pleito de 03 de outubro terá constituído uma prova da vitalidade de nossas instituições democráticas; mas por si só, não resolverá nossos problemas. Se a ordem social parece preservada, mercê da ação drástica em que todos colaboramos, a ordem política está a merecer toda a nossa vigilância e desvelo.<sup>53</sup>

A afirmação do discurso do político e banqueiro baiano é uma ilustração do projeto de democracia que esse bloco de poder constituído de uma fração da classe dominante liberal burguesa projetava para o Brasil. A ideia de que o modelo de um poder representativo fosse a saída para o País, ao mesmo tempo em que a representatividade tornasse possível uma diligência e vigilância para um equilíbrio, para o desenvolvimento econômico e cultural visando uma confiança na autonomia política, era o que dava o tom desse discurso.

Na verdade, é de se perceber que na mesma mensagem do parlamentar o que mais preocupava no projeto que ele defendia era a ascensão da classe proletária e como incluí-la em um contexto no qual pudesse, ao mesmo tempo, controlar sua autonomia. Para Clemente Mariani, era preciso que houvesse.

A gradativa elevação das classes proletárias, não por processo de agitação interna, mas por efeito de uma assimetria desveladas de sábias e prudentes concessões, exige que seja continuada no ritmo brasileiro e cristão que vimos seguindo.<sup>54</sup>

No mesmo discurso, o empresário e representante do PSD da Bahia apresentava a necessidade de desenvolver um projeto de segurança nacional, aparelhar as Forças Armadas e, também, segundo ele, “elevar o padrão do nosso povo”.<sup>55</sup> A inserção das camadas populares na política não era cogitada nos planos do parlamentar. A democracia para ele era um conceito abstrato que se resumia em eleger a classe dirigente. Competia a esses eleitos definir um mecanismo de vigilância para evitar agitação. E para isso era necessária a participação dos militares.

Juracy Magalhães caminha nesse mesmo sentido desde 1934, quando começa a fazer um sistemático combate às oposições e, no contexto específico, aos integralistas na Bahia. No ano seguinte, esse enfrentamento vai ser mais contundente, ao ponto de teorias conspiratórias serem arquitetadas na Bahia através dos órgãos estaduais de segurança pública. Encontra-se no arquivo de Clemente Mariani um dossiê que menciona detalhes de um suposto

---

<sup>53</sup> CPDOC. CMa PI, MARIANI, C. 1937, 04/05.

<sup>54</sup> CPDOC. CMa PI, MARIANI, C. 1937, 04/05.

<sup>55</sup> Idem...

ataque integralista no Estado. Impressiona a riqueza de informação com que a ação é mencionada nesse documento de 58 páginas, que se trata de uma correspondência oficial, entre um delegado de polícia e o governador do Estado.<sup>56</sup>

Como já foi mencionado, Laís Mônica Reis Ferreira, em *Integralismo na Bahia*, apresenta como essa organização, a partir de 1935, vai crescendo no Brasil ao mesmo tempo em que na Bahia vai se tornando um caso de polícia.<sup>57</sup> Os integralistas, que passaram a ser um movimento político de caráter nacional, passam a ter no Estado governado por Juracy Magalhães suas atividades proibidas mesmo que no restante do País não a fosse.

Com o pretexto de combater os extremos do espectro político em um contexto em que se desencadeia a possibilidade de uma Segunda Guerra Mundial, em meados da década de 1930, e os preparativos para uma sucessão de Getúlio Vargas, com as eleições presidenciais marcadas para 1937, Juracy Magalhães começa a demonstrar, com mais clareza, as evidências do seu posicionamento ideológico e político. Segundo ele, a democracia era vista como a possibilidade de enfrentar os desafios encontrados pela sociedade cristã.<sup>58</sup>

Afinal, qual o significado de uma democracia para o governador da Bahia daquela época? A base teórica utilizada pelo ex-tenente mancebo sobre o referido conceito foi extraída de um livro de Rodolpho Laun, *Democracia*, publicado em língua portuguesa pela Companhia Nacional em 1936.<sup>59</sup> Portanto, no calor da hora das efervescências que mais tarde iria culminar com o Estado Novo.

Esse livro, que na verdade é um compêndio na área de Direito Público e trata-se de uma abordagem sobre sociologia jurídica e filosofia política, passa a ser uma referência para o governador da Bahia em seus discursos. Mais de uma vez são encontradas menções a essa obra nas palestras ou eventos em que o referido político baiano torna-se orador e que a democracia é a pauta da temática. Afinal, o que levou esse livro a ser tão mencionado por Juracy Magalhães? Talvez seja uma convergência de ideias que ligam o dirigente do PSD ao ideal de democracia defendido por Rodolpho Laun.

---

<sup>56</sup> Relatório referente à apuração das responsabilidades das pessoas envolvidas no movimento deflagrado na Bahia pela "Ação Integralista Brasileira". Salvador. CPDOC/FGV. CMA pi Matos, A. P. de 1936.12.11.

<sup>57</sup> FERREIRA, Laís Mônica Reis. *O integralismo na Bahia: gênero, educação e assistência social em o imparcial 1933-1937*. Salvador: UFBA, 2009.

<sup>58</sup> MAGALHÃES, J. *Minha vida pública Bahia*. 2ª edição, Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2008. p. 115.

<sup>59</sup> Rodolpho Laun foi um jurista alemão e professor da Faculdade de Direito da Universidade de Hamburgo. O referido livro teve sua primeira edição em língua francesa. Publicado pelo Instituto Internacional de Direito Público de Paris, em 1934. A obra foi uma encomendada, ao autor, pela mencionada instituição francesa.

O livro trata-se de uma abordagem ampla sobre o significado da democracia. Na primeira parte da obra, o autor aborda a perspectiva da sociologia política como se apresenta a democracia na estrutura social. Na segunda parte do livro, Rodolpho Laun apresenta a relação da democracia com o campo do direito. Na terceira parte da obra, que trata da temática da democracia no campo da filosofia política, o autor fundamenta, no campo jurídico e moral, o desenvolvimento do conceito de democracia ao longo da história, desde as primeiras concepções entre os gregos, chegando aos modelos de democracia burguesa e democracia socialista.

Para esse autor, a democracia está voltada para a liberdade do indivíduo. Assim, ele chega a afirmar que “a luta doutrinária contra o individualismo é, pois, na realidade, uma luta contra a democracia.”<sup>60</sup> Dessa forma, Laun vai de encontro com as forças políticas fascistas e comunistas que ascendem em diferentes regiões da Europa nos meados da década de 1930. Com isso, o jurista caminha para uma defesa de uma democracia que pregava o individualismo como forma de organizar o Estado.

Outro fator importante a ser mencionado na obra de Rodolpho Laun é sua defesa do presidencialismo como forma de governo. Para o autor, as democracias parlamentares são mais frágeis e mais propícias às crises. Nesse sentido, ele sustenta que democracias presidencialistas são muito menos atingidas pelas tentações ditatoriais e cita os exemplos da Suíça e dos Estados Unidos da América.

O autor de *Democracia*, de forma indireta, defende as teses de Wilson e os tratados de paz do pós-Primeira Guerra Mundial, embora venha mencionar, com certo pessimismo, a aceitação desse tratado internacional que ele denomina de “ideal democrático, como força moral”<sup>61</sup> na comunidade internacional. Apesar disso, Laun não deixa de acreditar que uma saída para o mundo consistia no convencimento da importância da democracia como valor possível para apaziguar as turbulências mundiais durante as crises do liberalismo na década de 1930. A esse respeito, pondera: “Não exprimimos um desejo político, mas simplesmente uma apreciação da difusão e da intensidade prováveis da opinião democrática no mundo.”<sup>62</sup>

Assim, esse autor defende que as tensões eram motivadas pela forma conhecida como uma democracia burguesa. Para ele, a crise não era do estado democrático, mas sim da

---

<sup>60</sup> LAUN, Rodolpho. *Democracia: ensaio sociológico, jurídico e de filosofia política*. São Paulo: Companhia Nacional, 1936. p. 287.

<sup>61</sup> LAUN, Rodolpho. *Democracia: ensaio sociológico, jurídico e de filosofia política...*, p. 354.

<sup>62</sup> LAUN, Rodolpho. *Democracia: ensaio sociológico, jurídico e de filosofia política...*, p. 355.

não existência de uma democracia social que reconhecesse o sentimento de justiça e a consciência dos homens. Para isso, segundo esse autor, a forma para enfrentar as massas que surgiam reivindicando participação na política do século XX seria incluí-las no projeto econômico e liberal do Estado como forma de justiça.

É evidente que alguns dos fundamentos arguidos por Laun estavam inseridos no regime político defendido por Juracy Magalhães. Três textos de autoria do político baiano, publicados em *Minha vida pública na Bahia*, oriundos de discursos pronunciados em 1936, em um contexto em que o governo federal começa a reorganizar as suas bases políticas, podem trazer uma melhor elucidação do projeto de conformação do intelectual orgânico que terá longa trajetória na política, na vida empresarial e na diplomacia.

Em um encontro com o colega governador de Sergipe Eronildes de Carvalho, em abril de 1936, o então chefe do executivo baiano faz um pronunciamento no qual procede a uma análise da conjuntura, inserindo o Brasil no contexto mundial. No discurso, em que menciona o seu ponto de vista pessoal sobre o cenário político brasileiro do momento, Juracy faz alusão à confusão ideológica que caracteriza o momento histórico: a criação de uma mentalidade política profundamente impregnada na “filosofia da força”, que permite, segundo ele:

A incoercível inquietação do domínio econômico, os anseios mal definidos pela realização de ideias de profunda modificação social não permitido, é certo, a eclosão vitoriosa dos surtos subversivos das instituições democráticas.<sup>63</sup>

Para ele, esgotando os motivos emocionais de agitação interna, atiram-se os dominadores de nações escravizadas pela força às aventuras de uma guerra exterior. Segundo o político baiano, a solução passaria por uma fórmula inerente à democracia, e que:

Tudo o que há de bom nas doutrinas extremistas pode e deve ser incorporado, como em grande parte já está, ao regime brasileiro, de vez que a democracia oferece a elasticidade necessária à marcha evolutiva da nossa civilização.<sup>64</sup>

Na mesma oportunidade, Juracy Magalhães menciona que a democracia era o regime do Brasil, que não precisávamos de ideologias exóticas em um habitat inteiramente diverso. E pregava, a todo custo, o sacrifício contra os impenitentes pregadores de toxinas até a completa extirpação dos extremistas não brasileiros, antinacionais, do organismo brasileiro. E para isso era necessário que a democracia se organizasse para um bom combate de

---

<sup>63</sup> MAGALHÃES, Juracy. *Minha vida pública na Bahia...*, p. 108.

<sup>64</sup> Idem..., p. 108.

vigilância anticomunista e antifascista, numa ação repressiva na defesa das instituições. Para Juracy, a vitória da bandeira social-democrática era a que melhor se acomodava às brisas brasileiras. O governador da Bahia termina o discurso citando o profeta Jeremias: “pode se submeter um povo, mas não o seu espírito. E o espírito político do povo brasileiro é democrático.”<sup>65</sup>

Juracy até defende incluir pontos de reivindicações das massas no projeto político de democracia ao qual ele diz defender. Entretanto, a participação dessas na política, para ele, é outra coisa. Esse é um dos pontos que o difere do teórico alemão. Porém, em vários outros argumentos, há convergência entre ambos. A ideia abstrata de meritocracia como condição para que os mais capazes controlem o Estado, que faz parte das teses de Rodolfo Laun, é utilizada pelo político baiano em discurso ao receber, em Salvador, Getúlio Vargas, em 21 de novembro de 1936.

Juracy Magalhães, no discurso intitulado “o melhor entre os mais capazes”, começa afirmando que “sempre teve fé em uma mística de grandes ideias que são focos luminosos aos homens sinceros e de boa vontade”.<sup>66</sup> Nesse discurso, o então governador da Bahia faz uma série de elogios ao Presidente da República, denominando-o de “estadista excepcional”.

Após, citando uma frase que ele atribui a Mussolini (“a revolução só será sedutora aos inexperientes”), Juracy Magalhães apresenta a importância de Getúlio Vargas para o Brasil, afirmando que o “político gaúcho tinha o senso político vivo e desperto de quem conhece os meandros da história, e é por isso que foi capaz de continuá-la.”<sup>67</sup>

No final de 1936, o governo da Bahia já acentuava algumas divergências com o titular do Palácio do Catete. Entre essas divergências, estavam as de caráter meramente político, como foi a relação diferenciada que tinham Vargas e Juracy ao lidar com os comunistas e integralistas naquele contexto histórico. Entretanto, a insatisfação do governador do maior estado do Nordeste estava voltada também ao aspecto econômico. Getúlio Vargas tinha uma gestão bastante concentrada nos interesses do Sul e Sudeste, o que provocava uma reação dos demais governadores, principalmente dos estados com maior peso político de outras regiões do País.

---

<sup>65</sup> MAGALHÃES, Juracy. *Minha vida pública na Bahia...*, p. 112.

<sup>66</sup> *Idem...*, p. 145.

<sup>67</sup> *Idem...*, p. 145.

Conduzir o Estado brasileiro interferindo e direcionando os aspectos econômicos da acumulação capitalista eram pontos em comum entre Juracy Magalhães e Getúlio Vargas. No entanto, a forma de condução das questões da produção econômica é que vai ter um gradativo afastamento entre o governador da Bahia e seu padrinho político, o que ficou visível no discurso do mencionado encontro entre ambos, em 1936. É nesse momento que Juracy vai tornar públicos os planos da sucessão presidencial. Para ele, o novo presidente da República também deveria estar “entre o melhor e os mais capazes”<sup>68</sup>, num contexto em que fosse possível estimular e organizar um regime democrático de cooperação econômica, bem como que fugisse do regime da degradação da personalidade humana. Para Juracy Magalhães, o novo presidente teria que ser capaz de realizar:

Pela cultura e inteligência, a democracia da oportunidade de que falava o grande vitorioso campeão da democracia norte-americana – Franklin Roosevelt; aquele que a exemplo de Vossa Excelência, sabia manter todas as conquistas brasileiras no departamento das urnas livres e soberanas.<sup>69</sup>

O encontro de Getúlio Vargas com Juracy Magalhães, alusivo ao discurso supracitado, refere-se à vinda do presidente da República à Bahia no dia 21 de novembro de 1936, no Instituto do Cacau, em Salvador. Se a pauta da reunião era voltada para uma agenda econômica, foi o aspecto político que norteou os argumentos do governador da Bahia, o anfitrião do evento. Em 1936, algumas evidências começaram a tornar-se públicas.

A primeira delas refere-se ao fato de os comunistas chamarem Getúlio Vargas de fascista. É um fato que estava ancorado em certas referências concretas. O chefe do governo federal começava a mostrar uma inclinação pelo nazismo alemão.<sup>70</sup> Do mesmo modo, Juracy Magalhães vai se afeiçoando pelos EUA, elogiando o modelo político estadunidense e o seu presidente, como se pode ver pelos seus discursos.

Diante disso, nas incertezas políticas que antecedem ao Estado Novo, alguns membros da base do varguismo queriam distanciar-se de uma alternativa fascista para o Brasil e mostraram simpatia com o modelo político estadunidense ou, de fato, já tinham conexão com o governo estadunidense. À frente desse projeto político e ideológico, que defendia a forma de democracia norte-americana, estava Oswaldo Aranha, embaixador do Brasil nos

---

<sup>68</sup> Idem..., p. 154.

<sup>69</sup> MAGALHÃES, Juracy. *Minha vida pública na Bahia...*, p. 154.

<sup>70</sup> No terreno das Relações Internacionais Getúlio Vargas, no contexto histórico mencionado, vai ter a autonomia possível perante as grandes potências mundiais. Os livros clássicos já mencionados anteriormente *Autonomia da dependência* e *O milagre alemão*, respectivamente, de Gerson Moure e Luiz Alberto Muniz Bandeira defendem essa tese. Entretanto, a simpatia de Getúlio Vargas pelo culto à personalidade, típica do fascismo europeu, é conhecida e deixou suas marcas na Constituição de 1937.

EUA entre 1934-1937. Juracy Magalhães se tornará seguidor do embaixador gaúcho nesse projeto. Segundo Stanley Hilton, no mencionado encontro na Bahia, no Instituto do Cacau, Oswaldo Aranha, que também participou desse encontro, veio à Bahia com a finalidade de amenizar a relação entre Getúlio Vargas e Juracy Magalhães, que estavam “semibrigados”, nas palavras do biógrafo do diplomata brasileiro. Além disso, estava na pauta do embaixador a sucessão presidencial e a vinda ao Brasil de Franklin Delano Roosevelt, presidente dos EUA, no dia 27 de novembro, portanto na semana posterior.<sup>71</sup> Diante disso, o encontro no Instituto do Cacau era a possibilidade que o diplomata tinha para externar sua simpatia pelo modelo político estadunidense e convencer seus correligionários a aderir ao que Antônio Pedro Tota denominou de *Imperialismo Sedutor*.

O meado da década de 1930 também é marcado pelo crescimento de uma diplomacia privada dos EUA na América do Sul. Formada por grandes capitalistas ianques, com estratégias de defender posições que iam de encontro tanto à política dos fascistas quanto à dos comunistas, esses empresários começaram a estabelecer alianças com setores da elite econômica e política nesses países latino-americanos, com mais incidência a partir da década de 1930.

Sua pauta de atuação voltava-se para a defesa de um capitalismo que dava, em tese, resposta às demandas sociais, que poderia trazer resultados à propagação de uma sociedade justa e igualitária pregada pelos bolchevistas. Com isso, planejavam barrar a ascensão tanto das ideias comunistas quanto fascistas no Continente.

Diante das turbulências políticas, Oswaldo Aranha caminhava nesse mesmo sentido, na tentativa de importação do modelo norte-americano para a América Latina, chegando a sugerir a Getúlio Vargas que subvencionasse empresas de notícias dos Estados Unidos, ou que contratasse empresas de publicidade nos EUA para lançar, em grande escala, uma campanha de propaganda comercial e cultural.<sup>72</sup> Entretanto, Getúlio Vargas já estava planejando outro caminho, a decretação do Estado Novo. Da tentativa de Oswaldo Aranha de encontrar uma saída eleitoral e evitar problemas diplomáticos com os Estados Unidos, restou o consolo da resistência à participação no golpe de Estado por parte de algumas figuras da base aliadas do governo. Entre estes, alguns generais e dois governadores de Estado, Juracy Magalhães e Lima Cavalcante, chefes do executivo da Bahia e Pernambuco, respectivamente.

---

<sup>71</sup> HILTON Stanley. *Oswaldo Aranha. Uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetivo, 1994. p. 238 – 239.

<sup>72</sup> HILTON Stanley. *Oswaldo Aranha. Uma biografia...*, p. 251

A tese de criação de uma alternativa semelhante ao modelo político estadunidense era vencida e silenciada por alguns anos.

Assim, as posições de Oswaldo Aranha e aliados no Brasil convergiam com as posições de grandes capitalistas estadunidenses, majoritariamente ligados ao protestantismo e que defendiam como solução para os países subdesenvolvidos o liberalismo no terreno econômico e a democracia como modelo político, como forma de atacar os problemas sociais e se defender das infiltrações, segundo eles, de extremistas externos. Muitos desses empresários encaram essas posições como uma missão dos EUA em defender esses valores como universais e essenciais para a paz na América. Entre esses, pode ser citado o empresário do ramo do petróleo Nelson Rockefeller, bem analisado no livro *O amigo americano*, de Antônio Pedro Tota.

A posição política de Juracy Magalhães, ao que se evidencia, mostra-se próxima à de Oswaldo Aranha ao demonstrar simpatia pelas estratégias desse empresariado estadunidense que via na América Latina a possibilidade de relações comerciais, demarcações da visão política e ideológica que não permitissem o avanço, no Continente, de dois espectros políticos opostos que cresciam na Europa, o socialismo soviético e os projetos de extrema direita vitoriosos na Itália e na Alemanha, em plena expansão, os quais seduziam muita gente no continente latino-americano.

Estudando esse mesmo período, Inderjeet Parmar apresenta, em *Foundations of the American Century*, como surge uma diplomacia privada nos EUA com objetivos de exportar os ideais norte-americanos para a América Latina. Essas fundações se expandiram durante o *New Deal*, diante da tributação das grandes fortunas e das altas taxas de impostos que o governo estadunidense cobrou das grandes empresas para alavancar a economia do País, através de grandes investimentos públicos.<sup>73</sup> Com isso, grandes empresários viram como possibilidade de abatimento de impostos a atividade filantrópica, através das fundações.

Entre outras, a Fundação Rockefeller, e mais tarde a sua congênere de Henry Ford, adentraram na América Latina com os mesmos objetivos, embora utilizando-se de estratégias diferentes. Nelson Rockefeller foi o maior entusiasta na propagação de ideias e estratégias que colocavam o capitalismo como saída para os problemas da parte pobre do continente. São

---

<sup>73</sup> PARMAR, Inderjeet. *Foundations of the American Century – The Ford, Carnegie, and Rockefeller Foundations in the Rise of American Power*. Columbia: University Press, Reprint, 2015.

conhecidas as inúmeras viagens que esse multimilionário fez à América do Sul, em especial à Venezuela e ao Brasil, onde ele tinha seus maiores investimentos na atividade do petróleo.<sup>74</sup>

Para esses capitalistas, era necessário combater os avanços do comunismo e do fascismo na América Latina, e para isso medidas deveriam ser tomadas. Entre elas, a relação de planejamento sanitário relacionado com educação. Entretanto, o desenvolvimento de tecnologia e o projeto da construção de relações capitalistas no campo foram as principais bandeiras, principalmente a de Nelson Rockefeller.

No livro *O amigo americano*, Antônio Pedro Tota mostra como Rockefeller era um entusiasta da modernização com caráter capitalista no campo. Para isso, esse empresário estadunidense se lançou à frente de vários empreendimentos ligados à lavoura, visando a inovações em técnicas agrícolas no Brasil. Esse mecanismo foi utilizado como produto de uma visão ideológica própria desses setores da classe dominante norte-americana que relacionavam a América Latina com lugar do atraso, ambiente em que não se conheciam os valores e o significado de uma democracia com regime de liberdade e prosperidade.

Diante disso, era fundamental a exportação dessas ideias e princípios que norteavam o sucesso estadunidense. Dessa forma, era fundamental que a alta burguesia dos vizinhos do norte, juntamente com suas equipes técnicas, colaborassem com um aprendizado e melhoria da vida do campo dos brasileiros. Entretanto, no trabalho de Antônio Pedro Tota, é possível perceber que o que se concretizava com mais incidência, nessa atividade de assessoramento no campo, era o combate à possibilidade de o regime soviético conseguir vir a exercer influência e conseguir adeptos no meio rural brasileiro.

Essa elite empresarial dos EUA via na América Latina, em especial no Brasil, pela sua vasta extensão territorial, a possibilidade de “infiltração comunista”. Dessa forma, várias estratégias foram elaboradas, entre elas combater as más condições de vida do trabalhador no campo. Para isso, era necessário o desenvolvimento de um capitalismo no meio rural que tornasse a alternativa de combate às ideias que vinham de encontro ao regime político estadunidense. De certa forma, essa também era uma preocupação de setores do governo Getúlio Vargas.

Assim, esses grandes capitalistas estabeleceram uma rede de contato com a elite rural e empresarial brasileira, viabilizando projetos mútuos que, na verdade, se caracterizaram

---

<sup>74</sup> Antônio Pedro Tota, em *O amigo americano*, relata as viagens do multimilionário norte-americano para a América Latina, sendo que a primeira viagem ao Brasil ocorreu no primeiro semestre de 1937. TOTTA, Antônio Pedro. *O Amigo Americano: Nelson Rockefeller e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

com mais evidência no que Antônio Pedro Tota denominou de “anticomunismo como negócio”. E tudo evidencia que Juracy Magalhães, mais tarde, com a instauração do Estado Novo, vai caminhar nessa perspectiva de ação política associada à ideologia de frações da classe dominante dos vizinhos do norte, muito especialmente depois de seu afastamento do governo em função de suas divergências com Vargas e o Estado Novo.<sup>75</sup>

Quanto à defesa da democracia no Brasil, vale salientar que não eram somente alguns setores oriundos da Revolução de 1930 tidos como liberais que hasteavam essa bandeira. Os comunistas foram partidários de uma frente ampla antifascista que combatesse os avanços de Hitler, de modo que para isso trabalhavam para juntar aliados na América Latina, em especial no Brasil. Com isso, o PCB defendia a tese de uma possibilidade de alianças com segmentos da burguesia brasileira tidos como progressistas, aos quais chamavam de “burguesia nacional”. Além disso, na avaliação dessa agremiação partidária, era menos nocivo, inclusive, aliar-se a setores da classe dominante ligados ao imperialismo inglês e norte-americano do que permitir o avanço nazista no Continente.<sup>76</sup>

Como mencionado por Carlos Zacarias de Sena Júnior, o Partido Comunista do Brasil, após a derrota de 1935, realizaria uma das inflexões políticas mais importantes da sua história, quando passa a compreender a necessidade do abandono “insurrecional” e começa a se articular em uma frente em defesa da democracia e da legalidade burguesa, com base na tática frentista popular e nacional.<sup>77</sup> Com isso, a decisão de Juracy Magalhães de se opor à continuidade de Getúlio Vargas no Palácio do Catete fez com que seus adversários ensaiassem uma aproximação, mesmo ciente dos limites e das restrições que isso representava. Dessa forma, o PCB, que caminhava por trilhos opostos ao do espectro político do governo da Bahia no referido contexto histórico, via no tenente liberal dois elementos em comum: a defesa da democracia e o combate ao fascismo. Isso porque os comunistas defendiam uma possível aliança com o que entendiam ser uma “burguesia nacional” e imaginavam que o tenentismo inspirava certa possibilidade desse projeto. Nesse sentido,

---

<sup>75</sup> As fontes consultadas demonstram que Juracy Magalhães começa a inclinar para a defesa de um liberalismo político e uma simpatia pelas instituições políticas dos EUA antes do golpe do Estado Novo. Entretanto, é necessário reconhecer que, do ponto de vista do liberalismo econômico, o político baiano, em 1936, ainda mantinha certa afinidade com Getúlio Vargas, sendo um crítico dessa doutrina. Isso ficou evidente no seu discurso no Instituto do Cacau, em 1936. MAGALHÃES, J. *Minha vida pública na Bahia...*, p. 145.

<sup>76</sup> Carlos Zacarias F. Sena Júnior aborda, em seu livro, as estratégias do PCB, no Brasil, em buscar uma *União e libertação Nacional* e voltar sua bandeira para a questão da *democracia*, posicionando-se contra a eminente guerra e combatendo o imperialismo e a ascensão do fascismo. SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. *O impasse da estratégia...*, p. 105 – 118.

<sup>77</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil. (1936 – 1948)*. Salvador: Editora Anablume/Uneb, 2009.

inclusive, Juracy Magalhães, os comunistas e a Aliança Nacional Libertadora analisaram propostas de ações conjuntas para combater a política de Getúlio Vargas.<sup>78</sup>

Entretanto, essa política de coalizão defendida pelos comunistas, que eles entendiam ser estratégica e conjuntural, não parecia ser duradoura. O PCB entendia que estava diante de uma aliança que, segundo os seus dirigentes, possibilitaria a marcha pela revolução brasileira e suas forças motrizes. Segundo Carlos Zacarias de Sena Júnior, ao mencionar as teses dos comunistas, essa estratégia “só encontraria definição mais acabada com a máxima flexibilização da tática através da ampliação do bloco de classes até a configuração da política da União Nacional.”<sup>79</sup>

Entretanto, essa posição de aliança, como foi referida, apresentava suas fragilidades. Uma delas era o entendimento de democracia defendida pelo governador da Bahia. Para ele, esse regime político estava relacionado à liberdade do indivíduo e à estratégia de combater o integralismo/fascismo e o comunismo. A ideia de uma participação popular nas decisões políticas do País era combatida pelo ex-tenente. Nem mesmo o crescimento de uma onda autoritária da qual ele se dizia posicionar contra foi capaz de lhe convencer a firmar uma aliança com um partido com base popular. Isso ficou evidente no discurso proferido na ocasião do segundo aniversário de posse do governo constitucional, em 1936:

as grandes massas dificultam o predomínio dos indivíduos, que exploram grupos de eleitores organizados em verdadeiras quadrilhas, para a obtenção de favores ilícitos. A intensificação do alistamento eleitoral reside na confiança dos homens públicos que, desprezando os interesses de corrilhos se norteiam pelo bem da coletividade<sup>80</sup>.

Como foi mencionado no estudo de Aruã de Lima, a elite baiana, em especial Juracy Magalhães, defendia uma ideia de liberalismo, democracia e alinhamento político com os EUA como estratégia de vetar a participação popular na vida política do País.<sup>81</sup> Na verdade, um regime democrático, para o tenente mancebo, se relacionava à possibilidade de uma elite dizer e definir o que era salutar para a sociedade. Assim, para o político baiano, “*as democracias que atentam contra a sua majestade perecem na tirania dos Césares ou na tirania das ruas*”.<sup>82</sup>

---

<sup>78</sup> CPDOC/Classificação: GV c 1936.06.22 - Série: c – Correspondência.

<sup>79</sup> SENA JUNIOR, Carlos Zacarias de Sena. *Os impasses da estratégia...*, p. 62.

<sup>80</sup> MAGALHÃES, Juracy. *Minha vida pública na Bahia...*, p. 167.

<sup>81</sup> LIMA, Aruã da Silva. *Uma democracia contra o povo: Juracy Magalhães, Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927 a 1946)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. Feira de Santana: UEFS, 2009. p. 83.

<sup>82</sup> MAGALHAES, J. *Minha vida pública na Bahia...*, 169.

Da mesma forma que parte da diplomacia privada estadunidense via nos EUA certa “missão evangelizadora” de exportar as ideias de liberdade e de valores democráticos do seu País para os vizinhos, o ex-tenente defendia a existência desses valores para o Brasil e pensava que a Bahia já tinha seus apóstolos, Castro Alves e Rui Barbosa. Cada um à sua maneira são evocados como os grandes guardiões desses valores. O primeiro, da liberdade; o segundo, da moralidade pública e da defesa da democracia.<sup>83</sup>

Vale salientar que uma sedução pelo imperialismo ianque chegou também ao presidente Getúlio Vargas. São bem conhecidas as ligações entre o presidente brasileiro e os dos EUA no período que configura o segundo conflito mundial. Essa questão está bem documentada no livro *O imperialismo sedutor*, de Antônio Pedro Tota. No entanto, esse posicionamento, a princípio, estava voltado para uma atuação conjunta de uma provável “América Unida” diante de uma aliança militar com europeus, que ainda não estava definida.

Essa aproximação chegou ao ponto de Nelson Rockefeller, que na sua primeira vinda ao Brasil se mostra um pregador “missionário” de democracia, passar em outro momento a defender o Estado Novo, denominando-o de “ditadura esclarecida”.<sup>84</sup> Porém, essa aliança política de Vargas com os EUA pode ser compreendida mais como fruto de circunstâncias e estratégias do que necessariamente ideológica.

### **Juracy Magalhães e o Estado Novo**

Com a instauração do Estado Novo, o então governador da Bahia, Juracy Magalhães, abdica do cargo de governador para o qual foi eleito e tinha mandato até 1938. Porém, houve uma renúncia com cara de destituição do poder. O golpe de Estado que vinha sendo configurado em novembro de 1937 e que era combatido pelo tenente mancebo desde os primeiros momentos, atiçou animosidades que há tempos vinham sendo inflamadas tão logo Getúlio Vargas demonstrou sinais de que não queria sair do Palácio do Catete. Esses fatos, como não poderia deixar de ser, são mencionados de modo enfático em suas memórias e documentados nas correspondências entre o governador da Bahia e aliados.<sup>85</sup>

---

<sup>83</sup> MAGALHÃES, J. *Minha vida pública na Bahia...*, p. 168-169.

<sup>84</sup> Segundo Antônio Pedro Tota Nelson Rockefeller, que havia vindo ao Brasil, em 1937, retornou pela segunda vez em 1942. Desta vez com a missão oficial do governo Franklin Delano Roosevelt em busca de solidariedade contra o nazismo. A estratégia do multimilionário estadunidense era articular apoio e solidariedade pelas lutas das democracias contra a ditadura nazista. A contradição em fazer propaganda em prol das democracias, em plena ditadura varguista do Estado Novo, foi amenizada por Nelson ao denominar o governo autoritário de Getúlio Vargas de “ditadura esclarecida.” TOTA, Antônio Pedro. *O amigo americano...*, p. 103.

<sup>85</sup> Além das correspondências do seu acervo no CPDOC/FGV, é possível encontrar sobre a temática várias dessas correspondências nos anexos do livro: MAGALHÃES, J. *Minhas memórias provisórias*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1ª edição; 1982.

Sobre todo o período do Estado Novo, são raros os “lugares de memórias” deixados por Juracy Magalhães.<sup>86</sup> Tanto os seus livros quanto a documentação que o político baiano enviou para o acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, CPDOC/FGV, pouco explicam esse período.<sup>87</sup> A justificativa do tenente é que ele saiu da vida pública e voltou à função de militar.

Das poucas menções que ele faz ao período em *Minhas Memórias Provisórias*, menciona a empolgação em poder participar e viver o clima da Guerra estando ao lado dos Aliados, o que significava estar ao lado das democracias. Segundo ele, “não tinha como esquivar-se de uma participação efetiva nos sacrifícios de luta que se impunham ao mundo livre”.<sup>88</sup>

Luiz Alberto Moniz Bandeira, em *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, destaca que Getúlio Vargas, ao aderir aos EUA, estava com planos de mandar uma expedição para os campos de guerra como forma de ter uma posição privilegiada nas negociações ao final do conflito. Entretanto, isso dividiu as Forças Armadas, pois, enquanto uma parte entendia que antes era necessário assegurar elementos à defesa da pátria, outra era favorável ao envio imediato de tropas para combater na guerra. Desse lado, estava o capitão Juracy Magalhães. Citando uma correspondência recebida por Napoleão Alencastro Guimarães, que estava em missão diplomática nos EUA, Moniz Bandeira se refere ao político baiano como alguém “muito belicoso, cheio de entusiasmo pela democracia dos Estados Unidos”.<sup>89</sup>

---

<sup>86</sup> Para Pierre Nora, o presente desperta a curiosidade pelos lugares da memória ameaçada pelo esquecimento. Diante disso, a sociedade elege os “lugares da memória” como forma de sobrevivência da identidade (...) Por isso, a sociedade necessita organizar seus lugares da memória criando arquivos, museus, organizar celebrações e aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas. NORA, Pierre. *Entre história e memória: a problemática dos lugares*. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

<sup>87</sup> Na primeira página do preâmbulo do livro “*Minhas memórias provisórias*”, Juracy Magalhães afirma que o envio do seu acervo pessoal para a Fundação Getúlio Vargas foi uma decisão tomada diante dos apelos CPDOC/FGV pela posse dessa documentação. Segundo o político baiano essa instituição tinha o objetivo do avivamento à memória nacional. Com isso, ele tomou a mesma decisão, que muitos já tinham feito enviando seu arquivo pessoal para a Fundação Getúlio Vargas. Entretanto, partimos do argumento que o projeto de Juracy Magalhães foi colocar seu arquivo particular em uma Biblioteca construída na Ilha de Itaparica para fazer parte da Fundação Juracy Magalhães Jr. Entretanto, outras razões levaram o político baiano a enviar o material do seu arquivo pessoal para o Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas. Sobre esse assunto, pretendemos desenvolver um estudo em outra oportunidade.

<sup>88</sup> JURACY, Magalhães. *Minhas memórias provisórias...*, p. 113.

<sup>89</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: 2ª edição, Civilização Brasileira, 2007. p. 399.

A adesão aos EUA era tão empolgante para Juracy Magalhães que ele cita que chegou a sofrer piadas dos germanófilos simpatizantes ao Eixo que existiam entre os colegas de farda. Nas mesmas memórias, o ex-governador da Bahia chega a afirmar que:

Cheguei a ser enviado para os EUA para fazer cursos preparatórios para a guerra. Estiveram em Fort Leavenworth o então tenente-coronel Humberto Castelo e o atual general Veron Walters, que na época era um simples primeiro-tenente. Além disso, visitei os estabelecimentos militares de maior relevo – Fort Benning, Fort Belvoir e Fort Jackson, na Carolina do Norte, e o Fort Seal, em Oklahoma.<sup>90</sup>

Segundo o ex-interventor, a visita o deixou impressionado, o que o levou a traçar planos de organizar em Recife um conjunto de campos de treinamentos semelhantes aos que tinha frequentado. Nas mesmas memórias, Juracy Magalhães atribui a não ida à guerra juntamente com as Forças Expedicionárias Brasileiras (FEB) como retaliação pela reação ao golpe de 1937. Segundo ele, quando estava preparando-se para a partida foi comunicado pelos superiores da existência de um telegrama assinado pelo Presidente da República e pelo Ministro da Guerra vetando sua partida para a Itália.

Entretanto, isso não constituiu obstáculo para ele conspirar contra o Estado Novo e ter informações sobre a guerra e os contatos com as forças armadas estadunidenses.

Da guerra, tinha notícias detalhadas, inclusive porque o general Robert Walsh, comandante da United States South Atlantic Armed Forces (USAFSA), estava sediado no Recife. Encontramo-nos várias vezes na casa de Eduardo Gomes de quem éramos amigos comuns, conversávamos dentro da maior cordialidade.<sup>91</sup>

É nesse momento que Juracy também vai fazer parte do planejamento de um bloco de poder que começa a conspirar não somente contra o governo autoritário varguista, mas também contra as suas posições sobre a política externa:

Alguns marcharam comigo para a oposição, para o underground, para luta pelo restabelecimento da democracia durante todo o período da ditadura, até que nós nos fôssemos encontrar, ex-juracistas e ex-autonomistas, na campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes. Em Nova Iorque, tive um encontro com Otávio Mangabeira, proporcionado pelo Rafael Correia de Oliveira, fiscal do consumo da Paraíba e cunhado do Rui Carneiro, muito amigo do dr. Getúlio e muito dedicado a ele, mas que no fundo era democrata e conspirava pela democracia. Ele estava como funcionário da Delegacia do Tesouro em Nova Iorque e me procurou, dizendo que o dr. Mangabeira queria me ver mas estava com escrúpulos de ir me visitar no hotel, e perguntava se não podíamos arranjar um lugar neutro. Eu disse: ‘Não, Rafael. Vou visitar o dr. Mangabeira no hotel

---

<sup>90</sup> *Minhas memórias provisórias...*, p. 113.

<sup>91</sup> *Idem...*, p. 113.

dele, tranquilamente; não tem problema.’ Fui e conversamos. O dr. Mangabeira me fez uma pergunta que guardo quase *ipsis verbis*: ‘Major, o senhor acredita no voto como um instrumento capaz de dirimir as divergências entre os homens?’ Eu disse: ‘Sim senhor, dr. Mangabeira.’ Ele disse: ‘Então, não há razão para que não militemos no mesmo partido.’ Fizemos a União Democrática Nacional na Bahia. Eu tinha mais votos do que ele, e achei que devia ceder a vez a ele, que era mais velho e ainda não tinha governado o seu estado. Ajudei decisivamente a fazer a candidatura do dr. Otávio a governador do Estado. No fim do seu governo, veio o problema da sucessão. Aí o voto não foi capaz de dirimir as divergências entre os homens.<sup>92</sup>

O texto é um depoimento sobre um momento em que o Brasil começa a ser um aprendiz e seguidor dos EUA em relação à ação bélica, bem demonstra, também, o planejamento já montado para uma dependência dos vizinhos do norte após o término da Segunda Guerra Mundial. A criação de um grupo de civis e militares que se aproximou da diplomacia estadunidense vinha para facilitar isso.

Quando o ex-governador da Bahia afirma no citado depoimento que “alguns marcharam comigo para a oposição”, torna-se evidente que o revolucionário de 1930 não era só um dissidente do varguismo. Juracy Magalhães começa a se posicionar como um político que tinha construído uma rede de apoio na Bahia e passava a se projetar como *intelectual orgânico* de segmentos do empresariado ligado ao capital internacionalizado, voltado, principalmente, para os ramos do minério, do petróleo, bancário e agropecuário.

Diante disso, é questionável a afirmação do ex-tenente mancebo quando diz que, no encontro com Otávio Mangabeira nos EUA, em 1942, no qual pretendia articular a fundação de um partido, o qual resultou na União Democrática Nacional (UDN), a intenção era a de renunciar à candidatura para governador da Bahia em função do apoio ao correligionário. Depreende-se do contexto que ele estava motivado, como se verá em seguida, por duas razões: a idade avançada de Mangabeira e a chance de ele ser governador, cargo que nunca ocupara antes.

Primeiro, porque Juracy Magalhães, com visão pragmática e com perfil discreto, não pretendia se expor diante de um cenário incerto, como se apresentava a configuração de uma eleição na Bahia no pós-ditadura. Ele sabia que ainda era muito difícil, em 1942, ter um panorama da força política de Vargas, mesmo com uma possível e provável queda do ditador.

---

<sup>92</sup> MAGALHÃES, Juracy. (depoimento, 1977). Rio de Janeiro: CPDOC/FGV – História Oral; 1981. p. 193.

Liderar uma chapa majoritária de oposição ao getulismo no estado da Bahia, partindo de um ex-aliado, era algo complicado.

Mais tarde, ele viria a confirmar essa avaliação. Em *O último tenente*, Juracy Magalhães, citando conversas com o dono do *Diário Carioca*, o senador aliado do estado do Rio de Janeiro José Eduardo Macedo Soares, chega a mencionar que estava vindo do sertão da Bahia e percebia a força de Getúlio Vargas, inclusive nos meios das populações rurais, e afirma que “já fui interrompido em muitos comícios meus com o grito ‘queremos Getúlio’”.<sup>93</sup>

Segundo, porque, ao que tudo indica, o ex-tenente projetava, com o fim do Estado Novo, tornar-se uma liderança nacional. Para isso, ser governador da Bahia poderia ser um impedimento por várias razões. Entre elas, a possível identificação desse, apenas, como líder regional, o que ele não via como desejável. Além da redução de tempo às articulações nacionais, o que era imprescindível para Juracy naquele contexto.

Isso ficou visível na sua aproximação com Eurico Gaspar Dutra, primeiro presidente eleito durante a experiência democrática. Mesmo tendo sido um dos organizadores da campanha do derrotado Eduardo Gomes, Juracy Magalhães conseguiu aproximar a bancada udenista do presidente, emplacar vários correligionários no aparelho do Estado, merecendo destaque a nomeação de Clemente Mariani para a pasta da Educação e Saúde Pública, em 1947.

Outro fator que chama a atenção no depoimento de Juracy Magalhães é a participação nas conspirações por parte de pessoas ligadas à ditadura varguista, mesmo que de forma tímida, mas com enorme caráter simbólico. Isso demonstra que todo o aparato de estado de vigilância da ditadura foi incapaz de controlar aliados e contestadores do regime autoritário.

Dessa forma, se os livros de memórias vêm para apresentar uma versão de que, durante os oito anos do Estado Novo, o ex-tenente mancebo saiu da vida pública e voltou aos quartéis, as evidências, ao que parece, nos levam ao contrário. Foi no contexto da ditadura varguista que o político baiano mais se articulou, de forma incisiva, no cenário político brasileiro e internacional.

Foi nesse período que Juracy se tornou um dos principais articuladores, em caráter nacional, da fundação de um partido que juntasse toda a oposição ao governo Vargas, com um programa de governo já bem definido, com estratégias de alianças construídas e sobretudo

---

<sup>93</sup> MAGALHÃES, JURACY. *O último tenente...*, p. 218.

com clareza ideológica de uma política voltada do ponto de vista econômico, com defesa de uma desnacionalização da economia, defesa de um capital associado aos EUA. Na esfera militar, a construção de um bloco de poder que voltasse a atenção para a defesa do Ocidente, para conter o avanço comunista. Para isso, Juracy Magalhães reconhecia nos Estados Unidos a grande liderança desse projeto.<sup>94</sup>

Diante disso, o mencionado encontro com o histórico adversário político da Bahia, Otávio Mangabeira, só foi possível porque tinha havia motivos que os levavam a concretizar uma agenda. As posições contra o Estado Novo de ambos e as articulações em defesa de uma política voltada para um alinhamento aos EUA. Sem essas duas posições em comum, os dois adversários de maior relevância no cenário da política na Bahia não se aglutinavam em torno do mesmo projeto: a construção de um partido político antivarguista.

Juracy Magalhães, ao que parece, tinha convicção de que o estado ditatorial vigente no Brasil no início dos anos 40 ruiria em breve. Porém, seus vestígios e sua herança eram duradouros. Para isso, era fundamental a unificação da elite que se intitulava liberal na Bahia em torno de uma proposta que combatia, em especial, dois pontos que se configuravam durante o Estado Novo: a nacionalização da economia e uma legislação trabalhista corporativa que, apesar das críticas e controvérsias, trouxe ganhos concretos aos trabalhadores. Em razão disso, é que se justificava um encontro entre uma pessoa que ascendeu no tabuleiro na política baiana no momento em que o outro se tornou um exilado político e caiu no ostracismo.

Da mesma forma que o ex-interventor da Bahia projetava a nova configuração política para o pós-Estado Novo, ele se envolvia nas discussões de um projeto mais amplo para a destituição de Vargas do poder e a chagada à Presidência da República de parte de fração da classe dominante que se posicionou contra do projeto instaurado em 1937 ou que, no decorrer do percurso, tornou-se descontente com os rumos da ditadura.

Assim, Juracy Magalhães vai se tracejando em uma tática que marcou sua longa carreira: a conspiração. É a partir desse momento que outra possibilidade política tornará sua aliada. Os contatos com políticos, militares e empresários estadunidenses.

Para Gerard Colby e Charlotte Dennett. autores de um importante livro sobre a entrada de empresários ianques na vida política brasileira, *Seja feita a vossa vontade. A conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o Evangelho na Idade do Petróleo*, Juracy

---

<sup>94</sup> Esta temática vai ser discutida em outro momento quando vai ser abordada a participação de Juracy Magalhães no projeto de fundação e nos primeiros anos de atuação da União Democrática Nacional (UDN).

Magalhães era informante do governo norte-americano desde 1942, época em que era um político em ascensão e ocupava um lugar estratégico na política nacional, nos momentos anteriores à configuração da Guerra Fria.

O fato de ter sido governador da Bahia durante as descobertas do Petróleo, aliado a suas posições contrárias ao nacionalismo varguista, além do seu trânsito fácil entre civis e militares, já que era um dos mais destacados tenentes da Revolução de 1930, permitia-lhe ser um elo entre as pretensões empresariais e geopolíticas estadunidenses no Brasil.

Paulo Romeu Braga menciona a participação de Juracy Magalhaes como fonte confiável para os norte-americanos em um documento enviado, em 1942, pelo general Willian Donovan, dirigente do *Office of Coordination of Information* (COI), mais tarde transformado no OSS, ao diretor do FBI Edgar Hoover. Vale lembrar que naquele ano Juracy Magalhães foi promovido a major e mudou-se para os Estados Unidos, onde cursou o *Command and General Staff Scholl*, em *Fort Leavenworth*, como já foi mencionado.

Foi nesse período que o político baiano se aproximou do embaixador estadunidense no Brasil da época varguista, Adolf Berle, e do militar Vernon Walters, como já foi citado. Segundo Paulo Romeu, o senador Juthay Magalhães, filho do general e ex-diplomata, não negou que seu pai conspirou contra Vargas: “Naquela época, de divisão entre Leste e Oeste, meu pai sempre ficou com os Estados Unidos.”<sup>95</sup>

O sucesso de Juracy Magalhães como interventor e posteriormente como governador da Bahia pode ser atribuído a uma rede de relações que ele construiu no Estado com empresários, comerciantes, banqueiros e latifundiários. Ele montou em torno de si um grupo de correligionários que reconhecia a sua liderança e defendia sua maneira de fazer política. Foi durante o Estado Novo que o ex-tenente mancebo ampliou sua rede de articulação e contatos, o que fez com que ele passasse a ser uma das pessoas que mais ocupou cargos nos mais variados espaços do aparelho do Estado brasileiro durante três décadas, bem como que conseguiu a nomeação de muitos correligionários, mesmo em governos de matriz ideológica bem distinta.

Isso não autoriza dizer que ele mudou a maneira do fazer política. Sempre se posicionou como uma alternativa possível para os agentes do grande capital e, a partir dessa perspectiva, Juracy Magalhães construiu em torno de si um grupo de correligionários. Dessa

---

<sup>95</sup> BRAGA, Paulo Romeu. *Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas*. <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n2/a03v45n2.pdf>.

forma, pode-se afirmar que muito dificilmente o ex-interventor e ex-governador da Bahia mudava de visão ideológica. Dependendo da orientação ideológica do espectro político do governo do qual fez parte, o seu pragmatismo lhe permitia se adaptar à conjuntura, como foi o caso do seu retorno ao varguismo nos primeiros anos da década de 1950. Entretanto, não se desvinculou ou deixou de defender os interesses de uma elite liberal burguesa internacionalizada.

O que o ex-tenente soube, com maestria, foi como se posicionar, construir e reconstruir relações e vínculos políticos quando as ideias e os interesses poderiam se tornar convergentes. O fato de ser um apadrinhado político de Getúlio Vargas facilitou essa empreitada. Mesmo rompendo com a ditadura estadonovista, e por extensão com o ditador, o ex-interventor não deixou de estabelecer contatos e aproximações com alguns dos membros mais notórios do governo Vargas, mesmo sob o Estado Novo. O exemplo mais importante talvez tenha sido a sua ligação com Oswaldo Aranha.

Exímio articulador político, Oswaldo Aranha ocupou posição de destaque nos arranjos que culminaram com a Revolução de 1930. Nomeado por Getúlio Vargas em 1934 para ser embaixador do Brasil nos EUA, passou a ser um admirador quase incondicional daquele País. Em Washington, construiu uma rede de relações que influenciariam decisivamente as posições do Brasil nos anos seguintes. Entre elas, com Franklin Delano Roosevelt, presidente estadunidense que, durante os preparativos para a entrada na guerra, vai ser bastante explorada por ambas as diplomacias.

Juracy Magalhaes e Oswaldo Aranha se projetaram no cenário político ao lado de Vargas com a Revolução de 1930 e, a partir de então, passaram a ocupar cargos relevantes na burocracia estatal. Se o Estado Novo os conduziu para caminhos opostos, suas bandeiras políticas traçavam caminhos parecidos, pois ambos eram defensores de uma aproximação bilateral, comercial e militar entre Brasil e EUA, mesmo antes do início da Segunda Guerra.

Se o Estado Novo levava o político baiano à oposição, contraditoriamente foi no regime de exceção varguista que Oswaldo Aranha, na condição de diplomata, defendendo posições pró-alinhamento com os EUA, projetou-se como uma das figuras mais relevantes da política Brasileira do período da conjuntura da Segunda Guerra Mundial.

Juracy Magalhães, em *O último tenente*, chega a mencionar que a demissão feita por Getúlio Vargas ao diplomata está associada à projeção que este adquiriu no período

beligerante.<sup>96</sup> Ele menciona nesse mesmo livro de memórias a chagada dos combatentes das Forças Expedicionárias Brasileiras, que lutaram na Itália com Aliados. O ex-governador da Bahia destaca em suas memórias que Aranha, já sem a credencial de diplomata, tentava, no meio do povo anônimo, ver o desembarque do seu filho que participou na Guerra.

O motivo que resultou no afastamento do governador da Bahia com a instauração do regime autoritário foi bastante utilizado posteriormente por Juracy Magalhães. Esse político, sempre que pôde, atribuiu sua saída do Palácio de Ondina à sua convicção liberal e democrática. Assim, esse ponto de vista, que de certa forma gerava enorme capital político com a queda do Estado Novo, foi bastante explorado em seus livros de memórias. Em razão disso, concordamos com Ecléa Bosi, quando afirma que:

Na memória política os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica “neutra”. Ele quer também julgar, marcando bem o lado que estava naquela altura da História, e reafirmando sua posição ou matizando-a.<sup>97</sup>

Com isso, esses livros de memórias, que tinham o objetivo relacionar a história do referido político com a história do país, tendem a se concretizar como uma reafirmação das posições do político baiano diante do contexto histórico da política no Brasil. Assim, nessas obras biográficas, publicadas em tempos democráticos, é compreensível como um contundente valor a recusa de qualquer pessoa em assumir sua participação em um Estado autoritário.

Como se trata de livros sobre uma carreira política, é evidente que o biografado tem interesse em se posicionar como um democrata. Isso ficou claro quando esse livro de memória, de forma incisiva, concentra-se em publicar os discursos de Juracy Magalhães no parlamento quando esse exerceu mandato pela UDN durante os primeiros anos da experiência democrática que vivenciou o Brasil no pós-guerra, sempre o deslocando do regime autoritário varguista e o relacionando como um liberal e democrata convicto, combatente do nazismo e de sua influência no Brasil através do integralismo, destacando sempre que essas posições foram os motivos causadores da sua destituição/renúncia do cargo do governo da Bahia em 1937, com a instauração do Estado Novo.

Entretanto, na conjuntura do momento que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, nem mesmo a diplomacia pública dos Estados Unidos, partidária de um “liberalismo militante”, se posicionou de início de encontro aos nazistas. Como menciona Perry Anderson:

---

<sup>96</sup> MAGALHÃES, Juracy. *O último tenente...* p 203

<sup>97</sup> BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. p. 371.

Roosevelt conduziu a entrada do seu país na guerra não por causa de qualquer convicção antifascista genérica... mas por conta do medo da expansão alemã e japonesa.<sup>98</sup>

Assim, nas memórias de Juracy Magalhães, sua saída do governo Vargas, com a instauração do Estado Novo, sempre é atribuída ao combate aos movimentos totalitários europeus e, sobretudo, à influência que o integralismo e sua convicção antiliberal têm seus limites e contradições. Exemplo disso é a ascensão de Oswaldo Aranha ao Ministério das Relações Exteriores em 1938, no início do regime autoritário. Esse novo titular da pasta da política internacional do Brasil nunca escondeu sua simpatia pelos Estados Unidos e pela democracia liberal. Como aborda Carlos Zacarias de Sena Júnior, até mesmo dentro do PCB, que via o Estado Novo como uma ditadura do tipo fascista, os comunistas vão ver de forma positiva a chegada de Oswaldo Aranha ao Ministério das Relações Exteriores.<sup>99</sup>

Com isso, o motivo pelo qual o governador da Bahia não continuou com Getúlio Vargas após o golpe de Estado de 1937, mesmo sendo este seu padrinho político e tendo sido fundamental no seu sucesso de sua interventoria na Bahia, que antecede sua eleição para governador, não pode ser explicado pela convicção democrática do ex-tenente nem, tão somente, pela sua simpatia pelos EUA. O rompimento está também relacionado a uma insatisfação de todo o Nordeste brasileiro com Getúlio Vargas, que vai ficar evidente a partir de 1936.

---

<sup>98</sup> ANDERSON, Perry. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. p. 27.

<sup>99</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. *Os impasses da estratégia...*, p. 107.

## CAPÍTULO II

### Uma Guerra Fria que começa antes do fim da Segunda Guerra Mundial

Para este trabalho, partimos do princípio de que os EUA, mesmo antes do término da Segunda Guerra Mundial, esboçaram um planejamento do pós-guerra vendo pela frente uma real possibilidade de derrota do Eixo. Dessa forma, o país do norte começou a definir suas novas estratégias bélicas, políticas e empresariais para a América Latina e demonstrou as suas diretrizes de atuação, qual seja, a busca de novos inimigos e a cooptação de novos aliados.<sup>100</sup>

Relacionada à direção dessa nova política externa para o sul do continente, estava a criação de vários organismos multilaterais que se tornassem mecanismos para consolidar a nova hegemonia estadunidense nesse território. Foi a partir desse momento que várias ações foram pensadas sob a liderança dos Estados Unidos para propagar o liberalismo e o livre-mercado, as quais, com o fim da guerra, são concretizadas como forma de demarcar a hegemonia norte-americana no Continente.

Segundo Nilson Borges, os EUA começam a pensar, a partir de 1942, uma doutrina de segurança coletiva no sul do Continente e passam a enviar missões militares para vários países da América Latina, inclusive para o Brasil, bem como lançaram programas de assistência militar. Para esse autor, é a partir desse momento que a segurança dos Estados Unidos passou a ser definida como a segurança do bloco ocidental.<sup>101</sup> Juracy Magalhães, em suas memórias, mostra-se fascinado por essa cooperação militar estadunidense e chega a mencionar um encontro que teve com o general estadunidense Robert Walsh, que comandava uma guarnição de formação militar no Recife.<sup>102</sup>

Da mesma forma, os estadunidenses começam a escolher seus oponentes sem muita preocupação em esconder seus interesses. Governos com instintos nacionalistas, qualquer forma de organização de trabalhadores, além das organizações que tinham simpatia pela

---

<sup>100</sup> O título do segundo capítulo faz alusão à tese de Geral Colby com Charlotte Dennett. Esses autores dedicam dois capítulos a abordagem dois indicadores que os EUA mesmo antes do término da Segunda Guerra Mundial esboçam um planejamento do pós-guerra vendo pela frente uma real possibilidade de derrota do Eixo. COLBY, Gerard e DENNOTT, Charlotte. *Seja feita a vossa vontade. A conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o evangelismo na idade do petróleo*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

<sup>101</sup> BORGES, Nilson. *A doutrina de segurança nacional e os governos militares*. In: FERREIRA Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 13 - 41

<sup>102</sup> MAGALHÃES, Juracy. *Minhas memórias provisórias...*, p 114.

antiga União Soviética, não eram bem-vistos pelos norte-americanos.<sup>103</sup> O combate a esses três elementos é que mais tarde vai dar toda a base da doutrina que foi articulada ao cabo de 1946 pelo diplomata norte-americano George F. Kennan, no governo de Harry Truman, denominado de *Plano de Contenção*.

Entre 1942 e 1945, portanto antes do fim da Guerra, ocorre uma investida de uma diplomacia pública estadunidense, que começa a ter uma atuação e uma tentativa de intervenção incisivas nas decisões internas dos países sul-americanos, o que antes do início da Segunda Grande Mundial só era feita na América Central e nos vizinhos do Norte.<sup>104</sup> Com isso, diplomatas e outros altos funcionários do governo dos EUA vão se somar a uma diplomacia privada que já era efetiva e antecedia essa política na América do Sul. Dessa forma, a figura do multimilionário Nelson Rockefeller vai ser fundamental nesse contexto.

Esse empresário estadunidense vai se tornar o grande protagonista dessa parceria, sem barreiras nítidas entre público e privado, nessa nova modalidade de diplomacia ianque. Os motivos que credenciaram e levaram Nelson Rockefeller a essa empreitada foi sua antecipação nessa ação do imperialismo estadunidense. Esse multimilionário já era conhecido por algumas pessoas dos círculos empresariais brasileiros, principalmente quando o tema era a lavoura de café e algodão, além do petróleo e borracha.

Para Antônio Pedro Tota, Nelson Rockefeller, na primeira viagem, em 1937, tentou manter-se discreto e sigiloso. Até mesmo o objetivo da presença dele no Brasil não ficou bem definido.<sup>105</sup> Naquela oportunidade, o multimilionário norte-americano demonstrou ser um observador do modelo político que despontava no período das incertezas do regime político que Vargas conduzia, no momento que se avizinha um novo conflito mundial. Quanto às questões econômicas, para o autor de *O amigo americano*, o empresário estadunidense não demonstrou ser o petróleo e a borracha, em um primeiro momento, o principal alvo de sua

---

<sup>103</sup> No trabalho de Raquel Oliveira Silva, é possível perceber como o nacionalismo, as organizações dos trabalhadores e a simpatia pela União Soviética, como estratégia da política ianque, teve receptividade nos meios políticos e na imprensa baiana. SILVA Raquel Oliveira. *A imprensa baiana e o americanismo na guerra contra o EIXO (1942 – 1945)*. Tese de Doutorado em História, Salvador: UFBA, 2018.

<sup>104</sup> Em importante obra sobre a interferência dos EUA na América Latina, Lars Schoultz aborda sobre a interferência dos Estados Unidos em questões domésticas de países da América do Sul desde o final do Século XIX. Em especial em questões que envolvia disputas de fronteiras entre Chile Peru e em alguns problemas internos da Venezuela. Entretanto, reconhece o autor que a maior interferência imperialista no Sul do continente, no referido século, era exercida pela Inglaterra. SCHOULTZ, Larz. *Estados Unidos: poder e submissão, uma história da política externa norte-americana em relação a América Latina*. São Paulo: EDUSC, 2000.

<sup>105</sup> TOTA, Antônio Pedro. *O amigo americano...*, p. 73.

viagem. A produção agrícola e a vida no campo, mediante o contato com empresários e pessoas ligadas a esse setor, foi o que concentrou mais a atenção do multimilionário.

Ao voltar ao Brasil pela segunda vez, em setembro de 1942, o cenário tinha mudado muito em relação à primeira viagem. A Guerra já não era mais um ensaio de ação beligerante europeia. Tornara-se realidade, e os EUA já faziam uma frente contra o EIXO, tendo o Brasil, o maior país sul-americano, como aliado na empreitada. Se o contexto já era outro bastante diferente, a função do empresário estadunidense em terras brasileiras também tinha mudado muito.

A partir da segunda viagem, houve uma propagação da vinda do empresário, agora com missão oficial do governo dos EUA. Assim, Nelson Rockefeller veio como representante especial do presidente Franklin Delano Roosevelt para tratar das relações diplomáticas com a América Latina. A pauta da vinda do novo pertencente ao corpo diplomático dos EUA estava voltada para quatro esferas que se ajustavam entre si: política, economia, educação e cultura. Essas vertentes, na verdade, convergiam em uma só: demarcar a influência estadunidense em todo o Continente.

De imediato, estava a questão da Guerra. Entretanto, Nelson Rockefeller demonstrou uma visão pragmática, planejando as possibilidades futuras, desenvolvendo ações voltadas para o pós-guerra. Dessa forma, uma múltipla articulação foi arquitetada. No campo da economia, o milionário estadunidense se posicionou em várias formas para construir um bloco de empresários dos mais diversificados ramos para construir redes de contatos visando desenvolver um aglomerado de empreendimentos com capital associado aos EUA. Assim, defenderia os interesses de investidores do seu País, medida que Antônio Pedro Tota vai denominar de “Redescoberta do Brasil”.<sup>106</sup>

A parceria entre os dois países vai aglutinando forças e elementos estratégicos que mais tarde irão mudar os rumos, entre outros, das diretrizes da educação nacional. Durante o Estado Novo, havia uma inclinação para uma escola voltada para ao culto ao ditador ou para formar o operário industrial. Esse modelo de educação tinha que ser superado.<sup>107</sup> Estava na ordem do dia mudar os nortes do projeto. Com isso, uma nova diretriz precisava ser tomada. Segundo Sônia Regina de Mendonça, houve, a partir de 1934, na gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde, uma tentativa desse em concentrar toda a

---

<sup>106</sup> TOTTA, Antônio Pedro. *O amigo americano...*, p 101.

<sup>107</sup> RODRIGUES, José dos Santos. *O moderno príncipe industrial: o projeto pedagógico da Confederação da Indústria*. São Paulo: Autores Associados, 1998.

atividade de ensino no citado ministério.<sup>108</sup> Entretanto, em relação às escolas agrícolas, houve enorme resistência, que irá perdurar durante toda a sua atuação na pasta e persistir até em situação posterior à Guerra Fria. Essa resistência se acentuou a partir de 1942.

Isso porque a questão agrária e da educação no campo tornam-se o norte dos primeiros embates embrionários da Guerra Fria, já que havia uma crença, nos elementos delineadores da política externa dos Estados Unidos, de que uma forma de combater o avanço comunista nos países subdesenvolvidos era melhorar as condições de vida dos moradores do campo. Essa era a estratégia mais eficaz para conter a propaganda e as ações dos comunistas. O Brasil, pela sua gigantesca extensão de terra, e por ser, na década de 1940, um país rural tornou-se uma das preocupações dos EUA para conter a possível influência dos comunistas no campo.<sup>109</sup>

A atenção ao campo estava também relacionada a questões imediatas da guerra, pois o Brasil tornava-se uma possibilidade de grande produção e fornecimento de alimento para os Aliados. É nesse contexto que é criada a Comissão Brasileira-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios (CBAPGA), com objetivos de produzir alimentos para suprir as necessidades da logística da Guerra. Segundo Sônia Regina de Mendonça, essa comissão tinha em seu programa de extensão, entre outros objetivos:

Contribuir para “melhorar” das condições nutricionais do homem do campo abastecer o considerável contingente militar americano e brasileiro situado no Nordeste, suplementando as restrições do transporte decorrentes da guerra.<sup>110</sup>

Assim, houve um amplo esforço para uma produção de mantimentos de forma rápida, para atender os imperativos da guerra. A educação escolar rural associada ao uso de tecnologia agrícola passou de uma necessidade bélica do momento para o projeto mais duradouro, tornando-se uma das estratégias incipientes do que será utilizada na futura Guerra Fria.

Além disso, com a entrada dos Estados Unidos na guerra, um conjunto da diplomacia privada desse País vai fazer na América Latina ações ativas para buscar uma unidade panamericana, sendo que, no Brasil, a atuação desses agentes do norte vai ser mais intensiva em decorrência da possibilidade estratégica que o maior país do sul do continente propiciava.

---

<sup>108</sup> MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930 – 1961)*. Niterói: UFF, 2010. p. 52

<sup>109</sup> A temática central do livro *O amigo americano* é o estudo da visão do empresariado estadunidense, a partir de Nelson Rockefeller, sobre a América Latina e os contatos estabelecidos por esse multimilionário com as classes dominantes sul-americanas, em especial com a brasileira. A afirmação elucidada se baseia na abordagem que Antônio Pedro Tota vai fazer, na referida obra, em relação a lavoura, anticomunismo e negócios. TOTA, Antônio Pedro. *O amigo americano...*, p. 229 – 300.

<sup>110</sup> MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado, educação, rural e influência norte-americana no Brasil (1930 – 1961)...*, p. 75

É com essa experiência ainda no período beligerante, e mesmo antes da queda da ditadura varguista, que a diplomacia norte-americana vai estabelecer uma rede de contatos, ampliando o leque de atuação, começando a demonstrar e a articular projetos que relacionam a educação estatal do Brasil com os interesses norte-americanos. Assim, três tópicos, que se interligam entre si, são projetados por esse plano diplomático do imperialismo estadunidense: a relação entre educação e agricultura, educação e liberalismo e educação e cultura.

Vale salientar que também nesse projeto intensificou-se a ideia de se utilizar a educação para resolver questões afeitas à saúde pública. Havia uma crença muito difundida naquela época de que os altos índices de mortalidade estavam relacionados ao problema educacional das pessoas, e não à falta de saneamento básico, e sobretudo a precária condição de vida em que vivia a população, principalmente no meio rural. Entretanto, a vinculação das pastas de educação e saúde foi formatada em momento anterior ao governo de Getúlio Vargas. O que a diplomacia estadunidense pretendia era intensificar e modificar esses projetos.

Para organizar essa ação no maior país da América do Sul, os EUA precisavam de ações estratégicas. A primeira delas constituiu a cooptação e a construção de laços com uma emergente burguesia brasileira. No caso específico da Bahia, entre outras pessoas, aparecem as figuras de Juracy Magalhães e Clemente Mariani, correligionários baianos de longas datas, que juntos vão estar entre os principais articuladores do projeto na Bahia. Se o então capitão ex-governador da Bahia volta suas atenções para as questões militares envolvendo a guerra, seu correligionário empresário e ex-deputado concentra sua atuação nas questões econômicas que o momento beligerante requeria.

### **Clemente Mariani, um correligionário de Juracy Magalhães; o fim do Estado Novo e os rumos da experiência democrática**

No decorrer de todo este trabalho, buscamos analisar a relação de Juracy Magalhães com os EUA e seu alinhamento, de forma quase que incondicional, aos estadunidenses. Entretanto, não podemos deixar de levar em consideração o que alertou Pierre Bourdieu: para analisar a vida de um determinado indivíduo, tem que se levar em conta que esse indivíduo está inserido em um conjunto de relações objetivas com o conjunto de outros agentes, defendendo as mesmas posições, confrontando os mesmos espaços. Assim, para esse autor, não podemos compreender uma trajetória “sem que tenhamos previamente construído os

estados sucessivos do campo ao qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado.”<sup>111</sup>

Assim, torna-se fundamental uma análise sobre dois personagens baianos que vão dividir com Juracy Magalhães o protagonismo na defesa de um alinhamento ao governo estadunidense no contexto do surgimento da Guerra Fria: Clemente Mariani, um aliado de longa data, e Otávio Mangabeira, correligionário durante um período conjuntural.

O liberal Clemente Mariani, um dos fundadores do antigo PSD regional na Bahia, chegando a ocupar a liderança na bancada da Câmara dos Deputados, assim como Juracy Magalhães, optou por afastar-se da política partidária com o início do Estado Novo, renunciando ao mandato de deputado federal, voltando-se a dedicar ao magistério, a atividade de banqueiro e à advocacia.<sup>112</sup> Entretanto, seu vínculo com o meio empresarial o tornaria peça chave para continuar tendo contatos com a ditadura varguista, mesmo não sendo um signatário do regime.

Durante o Estado Novo, o empresário baiano preside a Companhia Usina Cinco Rios, adquirida com o apoio da Magalhães Comércio e Indústria. Na mesma época, Clemente Mariani foi eleito diretor da Associação Comercial da Bahia. É nessa ocasião que ele propõe a utilização da cachoeira de Paulo Afonso para sanar a falta de energia do Nordeste. Esse projeto foi viabilizado pelo governo Federal através do seu então ministro da Agricultura, Apolônio Salles.

Em 1942, Clemente Mariani tornou-se diretor do Banco Comercial da Bahia e do Banco da Bahia, que viria a presidir dois anos depois. Também é nessa oportunidade que esse intelectual orgânico da burguesia baiana vai se despontar, neste Estado, para uma inclinação voltada para os interesses econômicos ligados aos estadunidenses e para a guerra cultural que os EUA introduzem na América Latina no período beligerante.<sup>113</sup> Assim, Mariani vai concentrar sua atenção em estudos voltados para pautas que convergem com os vizinhos do norte, vindo ao encontro do amigo e correligionário Juracy Magalhães. Entre essas pautas, estavam a exploração econômica do Rio São Francisco e a da atividade petrolífera na Bahia.

A atuação desse banqueiro da Bahia vai se encaixando no que Antônio Pedro Tota menciona quando da segunda vinda de Nelson Rockefeller ao Brasil. Para o historiador, o

---

<sup>111</sup> BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes/ AMADO, Janaina. *Usos e abusos da História Oral*. 8ª edição, Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183 – 190.

<sup>112</sup> <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/clemente-mariani-bittencourt>

<sup>113</sup> O conceito de Guerra cultural foi utilizado por Elizabeth Cancelli no livro *O Brasil e a Guerra Fria Cultural: o pós-guerra em releitura*. São Paulo: Intermeios, 2017.

objetivo implícito na viagem do milionário ao país era tornar o *American Way Of Life* como modelo para os brasileiros. Entretanto, a preocupação de Rockefeller, de imediato, estava voltada para a guerra. Com isso, o representante dos EUA não quis se comprometer com nenhum apelo do empresariado. Naquele momento, o emissário norte-americano via nos EUA uma alternativa para combater o atraso econômico Brasil enquanto buscava intermediar as demandas dos brasileiros, articulando os interesses dos dois países no tempo de guerra.

O retorno ao Brasil do representante de Franklin Delano Roosevelt possibilitou ao proprietário da *Standard Oil Company* articular uma rede de contatos em terras brasileira. E, para intensificar essa relação, Nelson Rockefeller deixou representantes no País. Segundo Raquel Oliveira Silva, é nessa época que se funda em Salvador uma subcomissão local da *Office of Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), a fim de assegurar aos componentes da comunidade estadunidense uma política de estreitas relações culturais e econômicas entre governos e povos dos países envolvidos como o conflito mundial.<sup>114</sup>

Com efeito, é também instalado no Brasil o *Office*, escritório coordenador, sob influência de Nelson Rockefeller, mecanismo que vai servir de ponte para tratar assuntos que interessam ao empresariado brasileiro, sendo que frações da classe dominante do Brasil passam a manter contatos diretos com o governo e empresários estadunidenses, fortalecendo a diplomacia privada entre os dois países através de encontros e contatos com a chamada *high society*.<sup>115</sup> Segundo Antônio Pedro Tota, essa era a missão da agência liderada por Nelson Rockefeller: “O paradigma era o American way of life. Os meios, os mais diversos possíveis”.<sup>116</sup>

Raquel Oliveira Silva, analisando os jornais da Bahia da época, em especial *O Imparcial*, destaca como as relações culturais e econômicas foram intensificadas entre a Bahia e EUA a partir de 1942, quando o Brasil planejava sua entrada na guerra ao lado dos Aliados e tinha os Estados Unidos como a principal força militar no continente. É possível compreender, a partir do estudo da historiadora, como os jornais da Bahia se propuseram a divulgar a relação Brasil-Estados Unidos no contexto em questão. Ancorando-se em um artigo do *Estado da Bahia*, de 01 de abril de 1942, afirma a autora:

---

<sup>114</sup> SILVA Raquel Oliveira. *A imprensa baiana e o americanismo na guerra contra o EIXO (1942 – 1945)*. Tese de Doutorado em História, Salvador: UFBA, 2018. p. 51.

<sup>115</sup> Sobre essa estratégia de Nelson Rockefeller ver: PARMAR, Inderjeet. *Foundations of the American Century – The Ford, Carnegie, and Rockefeller Foundations in the Rise of American Power*. Columbia University Press; Edição: Reprint, 2015.

<sup>116</sup> *O Amigo Americano...*, p. 119.

A imprensa baiana conferiu publicidade à chegada de professores e pesquisadores norte-americanos à Bahia. Em 1942, por intermédio da Associação Cultural Brasil – Estados Unidos, o sanitarista americano dr. H. Hanson, inspetor da Oficina Sanitária Pan-Americana, esteve em contato com um grupo de jovens médicos baianos, interessados em cursos de aperfeiçoamento em hospitais e universidades “da grande nação amiga”.<sup>117</sup>

É com o clima de guerra que também é utilizada a tradução para o Brasil da revista *Reader's Digest* como mais uma possibilidade da intensificação da guerra cultural. A ideia surgiu de uma recomendação de Nelson Rockefeller para o governo do seu País, como uma estratégia de comunicação, e tinha como principal objetivo transmitir uma atmosfera anticomunista e de defesa do panamericanismo. Essa Revista, segundo Mary A. Junqueira, tinha como um dos tradutores o baiano Otávio Mangabeira, que mais tarde seria um dos fundadores da UDN e um dos ferrenhos defensores de um alinhamento automático e incondicional com os EUA durante a Guerra Fria. No Brasil, a revista em questão teve a tradução para português com o nome de *Seleções* e trazia uma visão de que era preciso olhar para o desenvolvimento do mundo moderno. A autora, estudiosa do periódico, acrescenta:

*Seleções* era a versão brasileira do *Reader's Digest* norte-americano, revista lançada nos Estados Unidos em 1922 e um sucesso absoluto de público naquele país. No Brasil, *Seleções* entrou em 1942 — plena Segunda Guerra Mundial — pedido de Nelson Rockefeller ao Departamento de Estado norte-americano. Rockefeller, na época, tinha interesses comerciais na América Latina em geral, e no Brasil em particular. A solicitação devia-se ao fato de a revista mostrar uma imagem positiva dos Estados Unidos, apresentados como o único país capaz de reverter o equilíbrio de forças da guerra, fazendo a balança pender de forma decisiva para o lado dos Aliados.<sup>118</sup>

Nessa ocasião, são articulados incentivos à produção cinematográfica, intercâmbios culturais, bem como são criadas escolas vocacionais para difundir os valores norte-americanos. Para Raquel Oliveira Silva, um dos canais para aproximar a Bahia dos Estados Unidos foi a educação. Segundo a autora, a “Associação Cultural Brasil – Estados Unidos desempenhava um importante papel na difusão da solidariedade entre ambos os países”.<sup>119</sup> Assim, muitos alunos da Bahia, procuravam participar de intercâmbios entre os dois países. Além dessas ações educacionais, havia outras movimentações bilaterais sobre outros temas, como, por exemplo, economia e cultura, que estavam na pauta das articulações entre os dois países e com ampla divulgação na imprensa baiana.

---

<sup>117</sup> SILVA Raquel Oliveira. *A imprensa baiana e o americanismo na guerra contra o EIXO (1942 – 1945)...*, p. 188.

<sup>118</sup> JUNQUEIRA, Mary A. *Representações políticas do território latino-americano na Revista Seleções*. Revista Brasileira de História, vol. 21, nº 42, São Paulo: Revista Brasileira de História, 2001. p. 324.

<sup>119</sup> SILVA Raquel Oliveira. *A imprensa baiana e o americanismo na guerra contra o EIXO (1942 – 1945)...*, p. 199.

Entretanto, como cita Antônio Pedro Tota, as atenções do *Office*, ligado a Nelson Rockefeller, estavam concentradas em objetivo definido como prioritário, a questão econômica:

Mas a ação do Office era centrada principalmente na situação financeira e econômica do Brasil. Os projetos econômicos passavam pelos crivos de especialistas, que examinavam cuidadosamente as condições de desenvolvimento do projeto, avaliava o potencial da nossa grande produção mineral, estudavam os problemas de ouro e materiais estratégicos necessários aos esforços da guerra e o planejamento de um Brasil mais organizado no pós-guerra.<sup>120</sup>

Esse cenário foi propício para a construção de uma missão sobre planejamento econômico chefiado por Morris Cooke, especialista em desenvolvimento econômico do *New Deal*. Examinando condições rurais, agrícolas, industriais, têxteis, do petróleo, da metalurgia etc., Cooke sugeriu, em relatório, a construção de uma hidrelétrica no rio São Francisco, nos moldes da Tennessee Valley Authority, um projeto gigante então existente nos Estados Unidos.<sup>121</sup> Nessa mesma época, Clemente Mariani vai ser um dos entusiastas das ideias do *American way of life* em terras baianas.

Vale salientar que o encantamento com os Estados Unidos vai muito além dos latino-americanos e já existia antes da participação dos EUA nas duas Guerras Mundiais. O exemplo disso está no livro *Democracia na América*, clássico do século XIX, de Alexis de Tocqueville, um pensador francês que, na referida obra, demonstra uma grande admiração pelos EUA, pelos seus costumes, pelo seu modo de vida e, sobretudo, pelas instituições políticas que regulamentam a convivência das pessoas naquele país.

Nas primeiras décadas do século XX, os estadunidenses fizeram uma propagação de um liberalismo militante e missionário durante a crise das democracias liberais do período entre guerras. Com as turbulências da Segunda Guerra Mundial, esse mecanismo ideológico foi intensificado como forma de convencer os aliados de que o modelo político norte-americano era o ideal, principalmente para o mundo ocidental-cristão. O impressionante no livro do autor francês é que, apesar de ter mais de 150 anos de publicação, muitos dos pontos levantados pelo autor continuam atuais, conseguindo adeptos, fomentando discursões e controvérsias.<sup>122</sup>

Voltando a Clemente Mariani, a ideia desse liberal vai convergir com o que os norte-americanos defendiam como forma possível de desenvolvimento econômico para o Brasil. Na

---

<sup>120</sup> *O amigo americano...*, p. 123.

<sup>121</sup> *Idem...*, p. 125.

<sup>122</sup> TOCQUEVILLE, Alexis. *A Democracia na América*. Várias edições São Paulo: Itatiaia.

agenda econômica, a exploração e o uso dos recursos naturais e, na esfera política, uma atenção ao campo como forma de conter a influência comunista. Assim, o empresário baiano vai ser um propagador de uma funcionalidade do Rio São Francisco como forma de desenvolvimento econômico para o Brasil e cobra do Estado Novo uma maior assistência à saúde da população ribeirinha.

Essa atitude ocorreu em 1944, diante de uma conferência sobre a "Saúde e assistência no Rio São Francisco", apresentada por ocasião da sessão inaugural do 'Círculo dos Amigos do São Francisco', constituindo um plano de execução de serviços de saúde e assistência no médio São Francisco e afluentes navegáveis, por meio da instalação de um posto de saúde itinerante e de hospitais regionais.<sup>123</sup>

O texto da conferência em si constitui uma cobrança aos agentes do Estado Novo, direcionado ao médico sanitaria Angenor de Lima Negrão, exigindo providências a serem tomadas em relação à situação do Rio São Francisco.<sup>124</sup> Na produção intelectual, o empresário Clemente Mariani, então membro da Associação Comercial da Bahia, descreve as possibilidades econômicas que poderiam ser exploradas no Rio São Francisco. Ao longo de 43 páginas, Mariani apresenta algumas evidências que o relaciona ao discurso oficial da diplomacia privada e pública estadunidense.<sup>125</sup>

A primeira delas pode ser a relação entre a palavra "amigo e filantropia". De forma bem acertada, Antônio Pedro Tota elegeu o título do livro sobre Nelson Rockefeller *O amigo americano*, que não é somente a elaboração de uma biografia de um multimilionário. É tema central do livro a relação sem barreira nítida entre filantropia, laços de uma política voltada para a difusão de uma ideologia utilizando o conceito de amizade como estratégia persuasiva. Da mesma forma e durante esse contexto, a *Sociedade de Amigos da América*, que envolvia várias lideranças políticas, civis e militares, discutia a relação entre Brasil e EUA durante a Segunda Guerra Mundial ancorando-se no conceito de amizade.<sup>126</sup>

---

<sup>123</sup> MARIANI, Clemente. *Saúde e Assistência do São Francisco*. Salvador Bahia, 1944. do CMA pi Negrão, A. de L. 1944.00.00

<sup>124</sup> É possível encontrar, desde o período Imperial do Brasil, outras possibilidades de planejamento para a utilização do Rio São Francisco usando como referências os rios estadunidenses. Como exemplo, podemos citar o livro clássico SAMPAIO, Teodoro. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002. p. 55 – 57. Clemente Mariani foi um entusiasta do projeto durante a Segunda Guerra Mundial e posteriormente na Guerra Fria.

<sup>125</sup> Idem. MARIANI, Clemente. *Saúde e assistência...*

<sup>126</sup> A *Sociedade Amigos da América* é uma Sociedade civil fundada em 1º de janeiro de 1943 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, com o objetivo declarado de apoiar a luta dos Aliados na Segunda Guerra Mundial pela preservação dos "ideais democráticos" e contra o totalitarismo. Constituiu na verdade um núcleo de oposição ao Estado Novo, sendo por isso fechada em 1944. Reaberta em 1945, foi em pouco tempo absorvida pela

Caminhando no mesmo sentido, posiciona-se Clemente Mariani, ao ser um dos articuladores do grupo de “amigos” influenciados pelo clima da SAA. Esses empresários buscavam uma saída filantrópica e uma parceria entre o público e o privado para desenvolver ações visando um aproveitamento econômico e social do Rio São Francisco.<sup>127</sup> No citado texto da conferência, logo na primeira página, o membro da Associação Comercial da Bahia introduziu uma “explicação necessária”, na qual Mariani vai abordar as supracitadas intenções dos agentes do Office ao mencionar o Rio São Francisco:

Felizmente, espíritos cultos e aprimorados têm chamado a atenção do próprio Brasil para o seu recanto, donde poderá surgir fonte inesgotável de riqueza e prosperidade.<sup>128</sup>

Também entra em consonância com o *Office of Coordinator of Inter-American Affairs* a questão da Guerra, pois o rio da Integração Nacional poderia ser utilizado como meio de transporte em ações que envolvessem a mobilidade de pessoas e de suprimentos alimentares e bélicos, bem como suporte para a produção de alimentos.

O reposicionamento do Brasil na conjuntura internacional provocada pela circunstância da Segunda Guerra Mundial, na qual as terras brasileiras passaram a ser importantes e estratégicas para os EUA, devido a possibilidade de produção de alimentos, também abriu a possibilidade, no longo prazo, para os estadunidenses pensarem a destituição do governo nacionalista de Getúlio Vargas. Com isso, foi estratégica para os norte-americanos a montagem de alianças com as classes dominantes brasileiras, visando minar as bases do varguismo e construir um planejamento do pós-guerra. Clemente Mariani foi uma personagem desse projeto.

Na configuração da derrocada do Estado Novo, Clemente Mariani será importante na formação de um partido de oposição à ditadura. Primeiro, porque continuou tendo contato com os agentes do governo, o que lhe permitiu, inclusive, discutir com Getúlio Vargas o planejamento da abertura democrática na Bahia em 1945.<sup>129</sup> Segundo, porque estabeleceu contato com vários agentes da ditadura que estava sendo desmoronada, mesmo demonstrando oposição aos projetos do governo. Isso ficou evidente na entrevista com o interventor

---

União Democrática Nacional (UDN). Fonte: CPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-amigos-da-america>.

<sup>127</sup> A Sociedade de Amigos da América (SAA) não influenciava somente os empresários liberais defensores do modelo político estadunidenses para o Brasil. Os comunistas, embalados na bandeira do antifascismo, também se tornaram simpatizantes da (SAA) como relata SENA JUNIOR. Carlos Zacarias. *O Impasse da Estratégia...*, p. 149.

<sup>128</sup> CMA pi Negrão, A. de L. 1944.00.00. p. 2.

<sup>129</sup> CPDOC/FGV CMA pi Mariani, C. 1945.01.29.

Agamenon Magalhães, quando o banqueiro da Bahia se opôs ao estabelecimento do estatuto da lavoura canavieira na Bahia, que, segundo ele, desorganizava o trabalho rural e contrariava os interesses das usinas, além de elevar o preço do açúcar e contrair inflação.<sup>130</sup>

Da mesma forma, Clemente Mariani foi importante para a montagem do diretório da nova agremiação partidária na Bahia. Com o fim do Estado Novo, em 1945, e a volta das disputas eleitorais do País, Mariani retorna à política, candidata-se pela UDN e elege-se deputado constituinte. Sua atuação parlamentar é marcada por posições de destaque na defesa de um projeto de uma burguesia que voltava suas atenções para o anticomunismo e para a defesa da democracia liberal representativa alinhada aos EUA e aos organismos internacionais, como as Nações Unidas.

Como deputado federal, em discurso na Tribuna do Congresso Nacional, o parlamentar baiano sai em defesa da doutrina liberal, pondo a ideia de liberdade acima dos ideais de igualdade e, sobretudo, apontando os rumos a serem tomados pelo Brasil no pós-guerra, segundo o projeto do seu partido, a UDN. Sendo um intelectual orgânico udenista, o parlamentar baiano demonstrou ter lido seus opositores teóricos, Karl Marx e Lenine, bem como acompanhado a trajetória de Joseph Stalin, os quais combatiam no discurso. Essa atitude o levou a ter um embate com Luiz Carlos Prestes nas discussões sobre a constituinte em 1946.<sup>131</sup>

No discurso, Clemente Mariani fazia uma enfática defesa do liberalismo e defendia as instituições dessa doutrina econômica. Fez uma longa exclamação sobre o marxismo, questionando a atuação principalmente de Lenin. Na tribuna, o então deputado udenista baiano chega a proclamar:

Sr. Presidente, por muito menos do que a quarta parte de quanto ficou aí citado, homens como Kautsky, Guesde, Scheidemann, Otto Bauer, Friedrich Adler e tantos outros receberam de ninguém menos de que o próprio Lenine a increpação de traidores, cúmplices de bandidos renegados. Seria extensíssima a citação de todas essas passagens. Todos eles eram sem dúvida marxistas, o que não é de admirar, porque todos nós somos também um pouco marxistas.<sup>132</sup>

Clemente Mariani vai ser interrompido por um questionamento de Luíz Carlos Prestes. “Vossa Excelência é um marxista?” Depois de outro questionamento feito sobre o discurso do tribuno baiano, que assumia que era marxista, o *Cavaleiro da Esperança* recebeu a resposta: “Todos nós o somos, mais ou menos, cientificamente, desde que reconhecemos a exatidão de

---

<sup>130</sup> CPDOC/FGV CMa pi Mariani, C. 1945.02/05.00.

<sup>131</sup> Anais da assembleia constituinte. Sessão 123ª. Volume 20, 12/08/1946. P385-400.

<sup>132</sup> BRAGA, Sérgio Soares. *Luiz Carlos Prestes; o Constituinte, o Senador. (1946-1948)*. Brasília: Senado Federal, 2003. p, 450.

algumas de suas leis.” Luiz Carlos Prestes foi enfático na resposta. “Então Vossa Ex<sup>a</sup> é um marxista inócuo.”<sup>133</sup>

O longo discurso do representante do alinhamento com os EUA, em 12 de agosto de 1946, foi para arquitetar a construção de mecanismos jurídicos políticos para edificar armadilhas para os comunistas, a partir de dispositivo legal previsto na Nova Constituição. Articulado com o PSD, Clemente Mariani vai ser o autor de posição de destaque que resultaria no parágrafo 13 do artigo 141 da Constituição de 1946.<sup>134</sup> Esse aporte jurídico constituía um dos argumentos para cassar o registro do Partido Comunista no ano seguinte. E competiu a Juracy Magalhães, o correligionário baiano de Clemente Mariani, a iniciativa no Congresso em investir sobre a cassação do referido partido.

Outra investida do tribuno baiano consistiu em colocar em discussão o aproveitamento comercial do Rio São Francisco, o que o levou a ser saudado pela iniciativa por várias entidades, inclusive estadunidenses.<sup>135</sup> A pauta do parlamentar baiano também estava relacionada a outra questão agrária. Clemente Mariani demonstrava interesse e preocupação com as condições do homem do campo e com o elevado índice de analfabetismo.<sup>136</sup>

Depois de ver seu candidato Eduardo Gomes ser derrotado nas urnas, juntamente com Juracy Magalhães e outros udenistas, Clemente Mariani vai defender uma aproximação com o governo de Gaspar Dutra. Essa posição, inclusive, mais tarde, lhe rendeu uma indicação para ser o ministro da Educação e Saúde no primeiro governo do pós-Estado Novo.

Essa aproximação aconteceu em um momento em que não estava nos planos dos vizinhos do norte a chegada à Presidência do Brasil de um histórico aliado de Vargas e que, em tempos recentes, teria sido um simpatizante da Alemanha Nazista. Muito menos estava nos planos dos Estados Unidos ter a volta de Peron na Argentina nas eleições de 1946, fato que não puderam evitar. Com isso, a estratégia utilizada foi fazer com que seu grupo de aliados no Brasil se aproximasse da gestão do governo Gaspar Dutra, o que veio a acontecer

---

<sup>133</sup> BRAGA, Sérgio Soares. *Luiz Carlos Prestes; o Constituinte, o Senador. (1946-1948)...*, p. 450.

<sup>134</sup> Art. 141 - A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

§ 13 - É vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer Partido Político ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos Partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem. REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. CONSTITUIÇÃO DE 18 de setembro de 1946.

<sup>135</sup> CPDOC/FGV. Deputado Constituinte Federal 2\CMa dcf2 c 1946.02.10

<sup>136</sup> Existem vários documentos sobre a situação do homem do campo no acervo de Clemente Mariani no CPDOC/FGV, datados entre 1944 a 1947. Nessa documentação, é possível perceber que a preocupação do parlamentar baiano estava voltada para o espectro do anticomunismo.

no segundo ano de governo. Com isso, a entrada de parte dos udenistas na base do governo ocorreu em um momento em que os EUA começaram a apontar, de forma mais concreta, as diretrizes da sua política exterior para a América Latina.

Assim, parte da UDN passando à base do governo, uma reorganização ministerial foi montada, cabendo aos udenistas o comando de dois ministérios: Relações Exteriores, com Raul Fernandes, e Educação e Saúde, que ficou com o aliado de Juracy Magalhães na Bahia, Clemente Mariani.

Esses dois ministros tinham algo em comum, pois eram defensores de um alinhamento automático aos Estados Unidos e suas respectivas pastas foram entendidas como estratégicas para que pudessem defender tais posições. A indicação de Clemente Mariani para o ministério da Educação e Saúde se deu diante da possibilidade da aproximação de parte da UDN às bases do governo do general Eurico Gaspar Dutra, sendo que o nome do banqueiro e udenista baiano foi uma solicitação de Otávio Mangabeira e de Juracy Magalhães.<sup>137</sup>

No ministério, Clemente Mariani vai conduzir a política educacional do pós-guerra no governo de Gaspar Dutra, a partir de dezembro de 1946, o que lhe proporcionará respeito e alguma projeção. Segundo Sônia Regina de Mendonça, a diretriz abraçada pela pasta do novo ministro passa a ser presidida por duas problemáticas:

A desanalfabetização da “massa” rural brasileira composta maciçamente por adultos e a implantação de políticas que os seus dirigentes denominavam de “educação popular” e que incluía o ensino rural tão somente na medida em que o campo era a maior concentração de analfabeto do país.<sup>138</sup>

Assim, era a diretriz da política estadunidense para a América Latina projetada por uma diplomacia pública e privada a partir de 1942, passando a tomar corpo e forma e entrar no contexto do surgimento da Guerra Fria. Clemente Mariani vai tomar posse no momento em que é criada a Comissão Americana-Brasileira de Educação Rural (CABER). E a relação entre as duas coisas não era nada de coincidência, como observou Sônia Regina de Mendonça.<sup>139</sup> Era uma diretriz do anticomunismo no campo e a influência norte-americana na gestão doméstica brasileira pós-guerra.

A aproximação com os EUA, por intermédio do novo ministro da Educação e Saúde, pode ser percebida em correspondência recebida do crítico literário e jornalista baiano Eugênio Gomes, correspondente da revista *Seleções do Reader's Digest*, ao felicitar o político

---

<sup>137</sup> CPDOC/FGV - CMa mes cg 1946.11.10.

<sup>138</sup> MENDONÇA, Idem..., 102.

<sup>139</sup> MENDONÇA, Idem..., 102

udenista e banqueiro Clemente Mariani pela nomeação para o cargo de ministro. Na oportunidade, ele disponibiliza os serviços da revista “é o que cabo expor-lhe, ao modo que aguardo sua comunicação para me orientar e agir desde logo e porventura se o prazo conciliar com as suas necessidades”.<sup>140</sup> Como já foi dito, a revista Seleções era uma versão da Reader's Digest norte-americana e tinha como objetivo propagar os valores e a política externa estadunidense no Brasil.<sup>141</sup>

A reorganização ministerial foi montada em um momento no qual os Estados Unidos preparavam para consolidar os mecanismos de controle das ações para a América Latina. E competia a Clemente Mariani fazer parte dos intelectuais que defendiam o alinhamento bilateral e subordinado aos EUA como forma de desenvolvimento do Brasil. E um desses mecanismos foi a Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, na qual foi assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, em setembro de 1947.<sup>142</sup>

### **Juracy Magalhães e Otávio Mangabeira: as “duas UDNs” baianas em tempo de experiência democrática**

Este trabalho volta sua atenção para Juracy Magalhães e sua defesa de posições políticas aliadas aos EUA. Entretanto, no curto período de tempo sob estudo, a liderança desse personagem da UDN na Bahia é dividida com Otávio Mangabeira. Diante disso, faremos um breve apontamento sobre esses dois indivíduos que foram os principais expoentes desse partido na Bahia e estiveram lado a lado na defesa do alinhamento bilateral Brasil/EUA no pós-guerra.

Com a derrocada do Estado Novo em 1945 e o término da Segunda Guerra Mundial, ocorreu um momento de ascensão ao poder daqueles que faziam oposição ao governo de Getúlio Vargas. Na Bahia do pós-1945, a abertura política possibilitou o reagrupamento das forças conservadoras do Estado, dispersas desde a Revolução de 1930. Segundo Aruã Lima da Silva, em um estudo sobre os dois personagens em questão, a aliança entre Juracy Magalhães e Otávio Mangabeira só foi possível porque era motivada pela defesa do

---

<sup>140</sup> Arquivo do CPDOC/FGV. CMa mes cg 1946.11.10 - Série: mes - Ministro da Educação e Saúde - Subsérie: cg - Correspondência geral.

<sup>141</sup> O crítico literário Eugênio Gomes é baiano nascido em Ipirá, em 1897. Sobre a obra desse intelectual ver: FERREIRA, Monalisa Valente. *Entre a 'Prata de Casa' e o Espelho Estrangeiro: o modernismo tradicionalista dinâmico de Eugênio Gomes*. Campinas: Tese apresentada ao Curso de Teoria e História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas: Unicamp, 2009.

<sup>142</sup> No acervo de Clemente Mariani, no CPDOC, encontra-se traduzido para a língua portuguesa o discurso do presidente dos EUA, Harry S. Truman proferido no encerramento da Conferência em questão. CMa pi Truman, H. S. 1947.09.02

anticomunismo, do liberalismo e do americanismo, bandeiras convergentes entre setores da classe dominante que se reorganizava na Bahia pós-ditadura varguista.<sup>143</sup> Mesmo havendo esses três pontos de convergência, essa elite burguesa tinha seus antagonismos tantos históricos como na forma em defender a temática. Todo esse bloco de poder era formado por ferrenhos anticomunistas que se intitulavam liberais e faziam um posicionamento em defesa dos aliados vencedores da Guerra.<sup>144</sup> Assim, podemos mencionar que os elos que uniam essas frações da classe dominante na Bahia se resumiam em três pontos: os interesses econômicos; a defesa de um capital associado à burguesia estrangeira, principalmente estadunidense; e a solidariedade classista.

Assim, respeitando suas diferenças, Otávio Mangabeira e Juracy Magalhães perceberam a necessidade de se fazer uma frente ampla para evitar o avanço dos comunistas, socialistas e trabalhistas nas terras baianas. Além disso, suas posições em defesa dos Aliados, mais precisamente dos EUA, faziam com que eles instituísem entre si um ponto em comum, algo que os unia. O último artefato, o americanismo, foi, portanto, o elemento que mais se constituiu como base do acordo entre as duas principais lideranças dessa elite liberal burguesa que ascende ao poder na Bahia no contexto em questão.

Como já foi citado (no primeiro capítulo), Juracy Magalhães e Otávio Mangabeira se estabeleceram nos EUA durante parte do período do Estado Novo nos EUA: o primeiro para fazer curso de capacitação nas Forças Armadas daquele País; o segundo, em decorrência da sua condição de exilado político. É nesse País que ambos vão aperfeiçoar suas posições ocidentalistas do ponto de vista militar e defender com mais incidência a entrada de capital estadunidense na economia brasileira.

Posição parecida vai ter Luiz Viana Filho, autonomista autêntico que no período beligerante vai demonstrar simpatia pelo panamericanismo, pela aliança com os EUA, e torcer pela vitória dos aliados como motivação para derrotar a ditadura varguista. Entretanto, essa não era sua posição em janeiro de 1942. No momento em que o Brasil entrava na guerra, o intelectual e político baiano mostrava-se pessimista. Em carta para Otávio Mangabeira, o autor do livro *A vida de Rui Barbosa* desaprova a aliança entre a democracia norte-americana

---

<sup>143</sup>LIMA, Aruã da Silva. *Uma democracia contra o povo: Juracy Magalhães, Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927 – 1946)*. Dissertação de Mestrado em História, Feira de Santana: UEFS, 2019. p. 133.

<sup>144</sup> Vale esclarecer que a URSS esteve ao lado dos Aliados que venceram a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, o bloco capitalista ocidental não a convidou para participar da reconfiguração das democracias do pós-guerra.

e a ditadura fascista do Estado Novo.<sup>145</sup> A partir de dezembro do mesmo ano, Viana Filho vai começar a mudar de posição nas correspondências para o amigo e correligionário que se encontrava exilado nos Estados Unidos, chegando a fazer uma análise otimista da conjuntura política:

Andamos aqui muitos animados com as vitórias dos Estados Unidos, que, afinal, são vitórias nossas e concorrerão para abreviar a libertação do mundo de todas as ditaduras. Podem até fazer que acabem antes, pois servem para desanimar os alentados. Quem poderá duvidar que na Itália e na Alemanha estejam engrossando as fileiras dos que prestem a derrota do ditador? Assim são todos. Isso, certamente, há de abrigá-los a mil malabarismos, mas não é provável que todos deem certo, principalmente aqueles que vão ferir altas patentes militares.<sup>146</sup>

Como é perceptível nos argumentos da missiva, o político baiano não cita a provável vitória dos aliados, e sim dos EUA. Ao entrar na guerra, o ditador brasileiro teve um expressivo índice de popularidade, o que deixava a situação desconfortável para os seus adversários. No entanto, um período de 11 meses foi o suficiente para que o futuro intelectual baiano mudasse de posição. Isso talvez seja resultado da incisiva propaganda da diplomacia estadunidense no Brasil no momento posterior à entrada dos EUA na guerra. Nessas ações estadunidenses, havia posições totalmente opostas ao varguismo, como ocorreu com as relações internacionais, nas quais houve a defesa, por parte dos EUA, da interdependência, conceito que será bastante utilizado posteriormente na Guerra Fria pela UDN, especialmente por Juracy Magalhães.

Dessa forma, Luiz Vianna Filho vai ser mais um autonomista a ensaiar uma aproximação com Juracy Magalhães, na medida em que a bandeira de ambos se converge para uma defesa dos Aliados na Guerra, bem como dos EUA como liderança desse processo, e no Brasil se unem na luta pela derrota do Estado Novo e do seu ditador. Assim, apesar das divergências, mesmo antes do fim do regime autoritário, a oposição na Bahia vai ganhando forma e unificando-se em um projeto que mais tarde vai agrupar esses personagens na UDN, sendo que, após a volta ao jogo eleitoral, esse partido teve neste Estado uma das maiores densidades eleitorais, tendo em seus quadros uma das principais figuras da oposição à Revolução de 1930 e o principal beneficiado dela na Bahia, respectivamente Otávio Mangabeira e Juracy Magalhães.

---

<sup>145</sup> VIANA FILHO, Luís. [carta] 05 dez. 1942, Nova York, [para] Otávio Mangabeira. 4p. In: MANGABEIRA, Otávio. *Cartas do 2º exílio (1938-1945)*. Organização Paulo Santos Silva. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2017. p. 256.

<sup>146</sup> VIANA FILHO, Luís. [carta] 05 dez. 1942, Nova York, [para] Otávio Mangabeira. 4p. In: MANGABEIRA, Otávio. *Cartas do 2º exílio (1938-1945)*. Organização Paulo Santos Silva. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2017, p. 293.

Durante os arranjos para a volta das eleições em 1945, esses dois personagens foram protagonistas na estruturação da UDN baiana e nacional, sendo que Juracy Magalhães e Otávio Mangabeira tornaram-se membros da primeira comissão executiva do partido.<sup>147</sup> A aliança das duas figuras mais importantes da política baiana no mesmo partido, que contava com uma estrutura nacional e que fazia oposição à ditadura que estava caindo em descrédito, possibilitou a articulação, neste Estado, de uma forte reestruturação partidária, na qual a UDN elegeu a maior bancada, com doze deputados, além de ter Juracy Magalhães e Otávio Mangabeira como os dois parlamentares mais votados do Estado, respectivamente com 18.588 e 13.480 votos.<sup>148</sup>

Sendo os dois quadros de maior projeção entre os udenistas da Bahia eleitos para o Congresso Constituinte, era de se esperar, como de fato se tornaram, que os deputados desse partido tivessem, como representante do referido Estado, a maior participação no projeto em construção no pós-ditadura. Dessa forma, Otávio Mangabeira e Juracy Magalhães vão se aproximar, diante das posições políticas convergentes, defendendo a subordinação aos EUA na política e tornando propagadores incondicionais da democracia estadunidense.<sup>149</sup>

Na sua rápida passagem durante a primeira legislatura da experiência democrática, já que em 1947 tornara governador eleito da Bahia, Otávio Mangabeira se envolve em um fato que marcaria sua biografia política. O episódio torna-se ilustrativo de sua posição ideológica, estratégia política e, sobretudo, de sua bandeira de atuação.

Quando o General que liderou as tropas dos EUA e aliados vitoriosos na Segunda Guerra Mundial visitou o Brasil, o parlamentar baiano foi o protagonista de episódios que se tornariam símbolos da defesa do alinhamento automático e incondicional com aquele País.

Esta posição em prol dos vizinhos do norte chegou a tal ponto que redundou no episódio com o General Eisenhower, que foi comandante das tropas dos EUA na Segunda Guerra, em uma visita ao Rio de Janeiro, na recepção feita pela UDN, no contexto da elaboração da Constituinte de 1946. Nas palavras do historiador Thomas Skidmore, “Otávio

---

<sup>147</sup> FRANCO, Virgílio de Mello. *A campanha da U. D. N. (1944 – 1945)*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Zélio Valverde S. A. 1946. p. 55.

<sup>148</sup> Tribunal Eleitoral da Bahia (TRE). Apud: SILVA Paulo Santos. *A volta do jogo democrático. Bahia, 1945*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 1992. p. 152.

<sup>149</sup> Sobre a defesa do modelo político estadunidense por Juracy Magalhães e Otávio Mangabeira, ver “Notas preliminares acerca do american way of life na sociedade política baiana”, último capítulo do trabalho de LIMA Aruã da Silva. *Uma democracia contra o povo: Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927 – 1946)*..., p. 140 – 159.

Mangabeira deu um jeito de beijar a mão do general norte-americano.”<sup>150</sup> Isso causou transtorno aos nacionalistas, que transformaram o incidente em uma representação no Congresso Nacional. Entretanto, o parlamento acabou absolvendo a atitude do político baiano.<sup>151</sup>



Fonte: Folha de São Paulo (foto do jornalista Ibrahim Sued).

Segundo Juracy Magalhães, Otávio Mangabeira teria que carregar pelo resto da vida a culpa daquele “beijo tolo”. Da mesma forma, o ex-tenente assumiu que até o general estadunidense achou aquilo estranho ou que se tratava de um gesto de cortesia dos brasileiros. Entretanto, sobre o episódio, o próprio Juracy Magalhães fez uma defesa do correligionário na tribuna da Câmara dos deputados, além de se referir ao assunto no seu último livro de memórias de forma amena: “Na ocasião, Mangabeira quisera homenagear o libertador da humanidade, o homem que fora capaz de mudar o destino do mundo ao nos livrar do nazismo.”<sup>152</sup>

A justificativa apresentada por Juracy Magalhães sobre o beijo tolo do seu correligionário baiano para homenagear o general estadunidense pode ser bastante questionada. Segundo Alberto Muniz Bandeira, os norte-americanos, quando fundaram a Central Intelligence Agency (CIA) em 1947, como sucessora da *Office of Strategic Services* (OSS,) recorreram aos generais alemães nazistas para combater os comunistas. Citando um

---

<sup>150</sup> <sup>150</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 10ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. p. 93.

<sup>151</sup> Fonte da imagem. Folha de São Paulo foto do jornalista Ibrahim Sued. Acesso em 26/02/2020.

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fotos/img35.htm>

<sup>152</sup> MAGALHÃES, Juracy. *O último tenente...*, p. 244.

livro do jornalista Joseph Trento, Moniz Bandeira chega a afirmar que a parceria com os ex-nazistas dominou as atividades dos Estados Unidos contra o Bloco Soviético nas décadas seguintes.<sup>153</sup> Com isso, é possível afirmar que os EUA logo no início do pós-guerra já tinham escolhido novos inimigos, os comunistas. E esta escolha dos estadunidenses tinha incondicionalmente a simpatia dos políticos baianos Otávio Mangabeira e Juracy Magalhães.

Na verdade, por trás da possível ingenuidade e infelicidade, havia uma estratégia política de um bloco de poder que estes dois baianos mencionados tentavam reivindicar para si a liderança. Esse projeto incluía a defesa de uma burguesia ligada ao capital associado no que se refere à economia e uma defesa de uma subordinação militar aos EUA no que se relaciona à defesa do Ocidente. Entretanto, não havia pioneirismo dos mencionados baianos nessa posição. O que eles reivindicavam para si era a carga simbólica que traziam em suas trajetórias na política.

Otávio Mangabeira vinha de dois exílios nos EUA durante o primeiro governo Vargas e sabia o capital político que isso representava em um contexto no qual a democracia se tornava um valor fundamental naquela conjuntura. Da mesma forma, Juracy Magalhães tende a explorar sua recusa a apoiar a ditadura com caráter fascista denominada de Estado Novo, apesar de ser um afilhado político de Getúlio Vargas.

Além do mais, ambos carregavam a experiência de terem morado nos EUA no período da Segunda Guerra Mundial, tinham trânsitos nas forças armadas, no governo e entre o empresariado daquele País. Isso facilitaria a empreitada de reivindicarem para si o protagonismo de uma corrente política ampla, no Brasil da época, que defendia tais posições como estratégia de desenvolvimento econômico e social. Além disso, o próprio Juracy Magalhães, no seu último livro de memórias, enfatiza a importância da UDN baiana para a sustentação da base parlamentar do governo de Gaspar Dutra.

A defesa do alinhamento incondicional aos EUA foi um elo que unia os dois parlamentares baianos. Após a abertura democrática em 1945 e a derrota eleitoral do candidato da UDN, Eduardo Gomes, o ex-governador da Bahia torna-se um defensor de uma aproximação com o presidente eleito pelo PSD, que teve apoio de Getúlio Vargas. Esse ponto significou outra posição em consonância com as estratégias de Juracy Magalhães e Otávio Mangabeira. Essa foi a maneira encontrada para dar sustentação à base política do presidente eleito e para distanciar as correntes trabalhistas e nacionalistas do novo governo.

---

<sup>153</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende – 1970 – 1973*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 83.

Assim, Otávio Mangabeira e Juracy Magalhães vão ter posições de destaque na Constituinte, marcando suas posições sobre o anticomunismo e sobre a defesa do liberalismo. Um ponto merece destaque nessa questão. Em sessão plenária da Câmara dos Deputados, Otávio Mangabeira mostra sua oposição ao direito das pessoas de se reunirem sem ser tuteladas. Para o parlamentar, os comunistas tinham que mudar suas táticas e seus métodos, pois, segundo o tribuno baiano, o direito de se reunir em praça pública sem a tutela e a autorização prévia da polícia não é compatível com o regime democrático.<sup>154</sup> Otávio Mangabeira se posicionava como um quadro político do que foi denominado por Pedro Estevam Rocha Pomar de *democracia intolerante*.<sup>155</sup>

Disse isso utilizando do termo da língua inglesa (*meeting*), com o fim de questionar um comício existente no Largo da Carioca em 22 de maio de 1946. Diante dessa questão que envolvia aglomeração e organização de trabalhadores, o parlamentar questionou por que a polícia não intervinha na reunião dos comunistas. O apelo do tribuno baiano, ao que parece, foi atendido. Segundo Moniz Bandeira:

José Pereira Lira, chefe de polícia e advogado da Light & Power, proibiu a realização de comícios em todo o país e suspendeu a comemoração do Dia do Trabalho. Uma concentração, que os comunistas promoveram, no Rio de Janeiro, a 23 de maio de 1946, terminou em rajadas de metralhadoras. Os mortos e feridos, espalhados pelo Largo da Carioca, tomaram uma lição de democracia representativa.<sup>156</sup>

O certo é que a preocupação do ex-exilado político Otávio Mangabeira foi incorporada à Constituição que estava em discussão, cujo artigo 141, parágrafo 11, assegura:

Todos podem reunir-se, sem armas, não intervindo a polícia senão para assegurar a ordem pública. Com esse intuito, poderá a polícia designar o local para a reunião, contanto que, assim procedendo, não a frustre ou impossibilite.<sup>157</sup>

Além disso, é importante esclarecer que a estratégia de conter a organização dos trabalhadores e subalternos foi uma das preocupações de Nelson Rockefeller e seus assessores durante no planejamento da formulação da política externa para a América Latina. Para as diretrizes traçadas por esse multimilionário estadunidense, qualquer organização de trabalhador serviria de caminho para o avanço da propaganda e infiltração dos comunistas.<sup>158</sup> Caminhando neste mesmo rumo estava o tribuno baiano. Assim, reunião sem tutela de polícia,

---

<sup>154</sup> MANGABEIRA, Otávio. *Perfil parlamentares*. Brasília: Câmara dos deputados, 1978. p. 434.

<sup>155</sup> POMAR, Pedro Estevam Rocha. *Democracia Intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão ao partido comunista. (1946 – 1950)*. 2ª edição, São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

<sup>156</sup> BANDEIRA, Moniz Luiz Alberto. *Presença dos Estados Unidos no Brasil...*, p. 430.

<sup>157</sup> CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1946. ARTIGO 141, INCISO 11.

<sup>158</sup> COLBY, Gerard & DENNET, Charlotte. *Seja feita a vossa vontade: Nelson Rockefeller e o evangelismo na idade do petróleo*. São Paulo: Record, 1998. p. 209.

para Otávio Mangabeira, teria o mesmo significado do mencionado pelo empresário dos EUA.

Nesse cenário, o alinhamento aos Estados Unidos foi um dos pontos em comum que permitiu uma coligação ampla entre Juracy Magalhães e seus correligionários visando à eleição de Otávio Mangabeira ao governo do Estado em 1947. O problema é que as diferenças histórias e de perfil político entre as duas alas udenistas da Bahia vai impossibilitar uma aliança duradoura. Outro fator que dificultou a solidez na condução da UDN entre essas lideranças udenistas foram os arranjos locais durante a vigência do governo de Otávio Mangabeira. Como demonstra Belarmino de Jesus Sousa, os setores udenistas e petebistas passaram, no caso de Vitória da Conquista, a apoiar Regis Pacheco para governador do Estado em 1950.<sup>159</sup>

Com cenário incerto, Juracy Magalhães defendeu, para as eleições presidenciais de 1950, uma aproximação com o PSD, partido no qual havia setores que buscavam evitar a volta de Getúlio Vargas à Presidência. Entretanto, foi vencido pela corrente udenista mineira e pela corrente ligada a Carlos Lacerda, na Guanabara. Essa tentativa frustrada era a estratégia defendida pelo político baiano como forma de conter a volta de Getúlio ao poder. Não deu certo. A aliança pretendida da esfera nacional pelo ex-tenente não foi à frente, interrompida pela candidatura própria da UDN, com Eduardo Gomes mais uma vez candidato.

No âmbito nacional, o presidente Eurico Gaspar Dutra, do PSD, acabou apoiando o seu correligionário do mesmo partido, Cristiano Machado. Getúlio Vargas volta à disputa pela coligação PTB e PSP, sigla regional com força em São Paulo, liderada por Ademar de Barros. Com isso, o antivarguismo que unia correntes diferentes da UDN na Bahia, passou a não ser mais um fator determinante para a aliança regional. Dessa forma, setores da UDN baiana (ala autonomista), que tiveram o apoio de Juracy Magalhães e seu grupo político para a eleição vitoriosa em 1947, romperam o acordo e apoiaram Regis Pacheco. Isso foi facilitado pela conjuntura eleitoral nacional.

Em suas memórias, Juracy Magalhães vai atribuir a derrota a um acidente de avião que vitimou, durante a campanha, seu adversário Lauro de Freitas. Esse fato é questionável.<sup>160</sup> O certo é que o governo de união nacional que Juracy e Otávio Mangabeira defendiam como forma de se aproximarem do governo Gaspar Dutra não foi suficiente sequer para unir a UDN

---

<sup>159</sup> SOUSA, Belarmino de Jesus. *Um polis sertaneja, fora do eixo e fora do centro: imprensa e memórias nas disputas políticas em Vitória da Conquista (1962 – 1992)*. Salvador: Tese de Doutorado, UFBA, 2010.

<sup>160</sup> MAGALHÃES, Juracy. *O último tenente...*, p. 262

na Bahia. Parte da ala udenista que comportava a antiga concentração autonomista apoiou Regis Pacheco, condicionando uma possibilidade de derrota ao ex-interventor da década de 1930. Assim, sobre a união nacional, poderia dizer-se que nem entre seus propagadores da Bahia houve coesão no partido: eram duas UDNs baianas.

## CAPÍTULO III

### Juracy Magalhães e a defesa do alinhamento aos EUA na Experiência Democrática

Quando a Segunda Guerra Mundial caminha para seu fim, os EUA começam a definir de forma clara seu plano de ação para o continente latino-americano. A entrada dos norte-americanos na guerra, em dezembro de 1941, fez com que esses buscassem na parte latina do continente uma atuação voltada para a arregimentação de aliados, parcerias bélicas e comerciais, contatos com empresários, intelectuais e políticos e uma sistemática defesa de uma ofensiva cultural, colocando o *American way of life* como modelo a ser seguido pelos vizinhos.

Como já foi mencionado anteriormente, Juracy Magalhães volta aos quartéis no período beligerante e suas atenções estão concentradas na Guerra Fria e na defesa do alinhamento militar com os EUA. Entretanto, o ex-governador da Bahia nunca deixou de manter contato com lideranças políticas civis desde o período do conflito mundial.<sup>161</sup> Aliás, como aborda Nilson Borges, foi ainda durante a Segunda Guerra que os Estados Unidos se apropriaram dos conceitos de guerra total e segurança coletiva, que mais tarde vão ser bastante utilizados como mecanismo geopolítico durante a Guerra Fria.<sup>162</sup> Tal mecanismo de doutrina militar será largamente utilizado, mais tarde, por Juracy Magalhães, mesmo como político civil na União Democrática Nacional, (UDN).

No início de 1945, quando começam a se definir as duas potências que se tornaram as grandes vitoriosas no conflito beligerante, EUA e URSS, os estadunidenses passam a articular mecanismos jurídicos e políticos para ter controle do continente americano. Um destes organismos foi elaborado na Conferência de Chapultepec, que consistia em declaração de solidariedade interamericana firmada na Cidade do México, em 6 de março de 1945. Na verdade, essa conferência tornou-se uma extensão do Tratado de Bretton Woods para contemplar os aliados latino-americanos durante a guerra.<sup>163</sup> A reunião, organizada pelo

---

<sup>161</sup> MAGALHÃES, Juracy. (depoimento, 1977). Rio de Janeiro: CPDOC/FGV – História Oral; 1981. p. 193.

<sup>162</sup> BORGES, Nilson. *A doutrina de segurança nacional e os governos militares*. In: FERREIRA Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. ...*, p. 13 - 41

<sup>163</sup> O Tratado de Bretton Woods foi uma conferência organizada pelos EUA em julho de 1944 para definir as regras do gerenciamento econômico internacional com as normas para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo e vai definir a hegemonia dos EUA no futuro bloco capitalista.

governo mexicano, serviria como marco para a elaboração do Sistema Interamericano, que posteriormente concretizará na Organizações dos Estados Americanos (OEA).

A conferência de Chapultepec foi uma tentativa dos governos latinos, liderados pelo México, para conseguir recursos dos EUA no pós-guerra. Os principais objetivos da conferência eram os seguintes: propor a criação de um sistema de defesa interamericano, independentemente do que viesse a surgir com a criação da ONU; criar um programa de ajuda econômica para o desenvolvimento da América Latina no pós-guerra; e trazer a Argentina para uma posição de cooperação com os Aliados.

Entretanto, o que se configurou foi uma diretriz da interdependência nas Relações Internacionais no Continente, e a diplomacia estadunidense conseguiu avançar com os planos de conter o nacionalismo nos países latinos. O próprio diplomata dos EUA Adolf Berle veio a mencionar que era um obstáculo a situação de Getúlio Vargas, na medida em que, derrotada a ditadura, o político gaúcho poderia se candidatar e ser eleito, fato que dificultaria uma intervenção. Segundo Gerald Colby, a conferência facilitou para que os EUA viabilizassem sua nova forma de atuação. Segundo esse autor, na retórica “liberdade interna” incluía-se o direito de acesso aos recursos econômicos do mundo.

Gerard Colby e Charlotte Dennett, autores do livro *Seja Feita a Vossa Vontade*, afirmam que o capitão do exército e ex-governador da Bahia Juracy Magalhães manteve contatos com o embaixador estadunidense para discutir, entre outros assuntos, a deposição de Getúlio Vargas e a atuação das empresas dos norte-americanos na exploração dos recursos naturais do Brasil.<sup>164</sup> Entretanto, não foi somente com a diplomacia pública estadunidense que Juracy Magalhães se envolveu nas conspirações contra o Estado Novo. Na formação da UDN, o ex-governador da Bahia foi um dos principais quadros nos arranjos da nova agremiação partidária.

O ato político denominado de “Manifesto dos Mineiros”, realizado em 24 de outubro de 1943, durante o aniversário da Revolução de 1930, tornou-se o principal movimento que se organizou como alternativa ao Estado Novo. Mais tarde, esse evento político, em que se reuniram várias personalidades e intelectuais influentes, resultaria em um partido antivarguista, a União Democrática Nacional. Segundo Maria Victória Benevides, além do “Manifesto dos Mineiros”, houve outras efervescências de vários grupos sociais contra o Estado Novo.

---

<sup>164</sup> COLBY, Gerard e DENNETT, Charlotte. *Seja feita a vossa vontade...*, p. 217.

As manifestações estudantis intensificaram-se a partir de 1942, sob a liderança da UNE (União Nacional dos Estudantes), e suas seções estaduais, sobretudo no Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco. Na tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (SP), destacava-se o grupo militante que reunia liberais e esquerdistas – estudantes vinculados à União Democrática Socialista – e publicava, a partir de 1944, o jornal clandestino *Resistência* (descendente da folha dobrada, de 1939). O grupo mineiro também editava um semanário clandestino, a *Liberdade*, o qual chegou a ter vida pública após a queda de Getúlio. O primeiro semestre de 1943 será marcado pelo VI Congresso da UNE e pela Semana Anti-Fascista, fóruns igualmente radicais na denúncia de um regime ditatorial interno, quando o país combatia o fascismo na Europa.<sup>165</sup>

Assim, a UDN surgiu a partir do reagrupamento possível de forças políticas dispersas, muitas delas anteriores ao Estado Novo, e despontando como um movimento de oposição ao regime autoritário que passava a ser contestado por várias organizações e entidades civis.

E nessa empreita competiu a Juracy Magalhães ser um dos articuladores do projeto de destituição de Vargas. Uma das estratégias utilizadas foi minar a composição do governo. Assim, o capitão do exército e ex-governador da Bahia tornava-se estratégico na medida em que o varguismo era uma configuração de ex-aliados na qual o tenente mancebo tinha uma rede de contatos e vínculos pessoais. Diante disso, Juracy Magalhães foi um dos responsáveis pela articulação da fundação da UDN, do lançamento da campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes para a presidência da República e, sobretudo, um dos responsáveis pela cooptação para o projeto udenista de alguns personagens do governo de Getúlio Vargas.

Os membros dos varguismo começam a se desvincular do regime autoritário. Entre esses, estava o então embaixador no México, Carlos Lima Cavalcante, que, no início de 1945, renuncia à embaixada e se junta a Juracy Magalhães e outros udenistas, tornando-se um dos apoiadores do Eduardo Gomes e articulador de sua candidatura à Presidência da República.<sup>166</sup> Era a Conferência de Chapultepec deixando seus resultados. Vale esclarecer que Carlos Lima Cavalcante era o governador eleito pelo Estado de Pernambuco em 1937, quando foi decretado o Estado Novo e foi destituído do cargo, ficando fora da concertação ocorrida nos estados no novo regime varguista, como seu colega baiano que renunciou. Entretanto, a partir de 1939, a convite de Getúlio Vargas, tornou-se titular da embaixada do Brasil na Colômbia, posteriormente em Cuba e México.

Em 1945, com a derrota da ditadura, volta ao jogo eleitoral da política partidária. Juracy Magalhães elege-se pela UDN para a Câmara dos Deputados com a maior votação da

---

<sup>165</sup> BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945 – 1965)*. São Paulo: Paz e Terra, 1981. p. 33

<sup>166</sup> FRANCO, A. Virgílio de Mello. *A campanha da UDN...*, p. 183.

Bahia, obtendo 18.588 votos. É nesse momento que se torna, de forma clara, o líder de um bloco de poder com ligações com o capital associado aos EUA. Assim, uma análise desse seu mandato torna-se fundamental para um entendimento sobre sua atuação na política do pós-guerra, considerando seu reposicionamento no espectro político, com ainda maior alinhamento aos interesses estadunidenses.

O seu primeiro movimento enquanto parlamentar resultou na condução de parte da UDN à base do governo de Gaspar Dutra, depois desse partido ter sido derrotado nas urnas, com chapa encabeçada pelo brigadeiro Eduardo Gomes, atitude que lhe rendeu a indicação de Clemente Mariani, um dos mais fiéis correligionários da Bahia, a um dos mais importantes ministérios, o da Educação e Saúde Pública. É nesse contexto, também, que o referido parlamentar se engaja na condução da política externa brasileira frente às tensões dos EUA com a então União Soviética, questão que o levou a fazer parte de comissões sobre política externa na Câmara dos Deputados.

Na oportunidade, o ex-tenente lidera um bloco de correligionários baianos que pauta em seus discursos e ações a retórica da Guerra Fria. No plano interno, segue a doutrina que aos poucos vai sendo gestada na Escola Superior de Guerra baseada no binômio segurança e desenvolvimento.<sup>167</sup> Na política externa, apoia e reconhece os EUA como liderança no continente e faz parte da montagem de uma estrutura jurídica que possibilitaria isso. Merece destaque sua participação nas discussões que antecederam a fundação da Organização dos Estados Americanos (OEA), bem como a concretização dessa instituição.

Estas duas pautas, que se interligam entre si, foram sustentadas em conceitos que deram norte à atuação parlamentar da referida liderança udenista. A ideia de democracia, de união nacional e de combate ao comunismo internacional vai servir de alicerce para a construção das ações de um mandato atuante em uma época de constituinte.

Em discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em novembro de 1946, Juracy Magalhães faz a defesa da aproximação com o governo de Gaspar Dutra. Segundo ele, era

---

<sup>167</sup> O vasto acervo de Juracy Magalhães no CPDOC/FGV não apresenta nada de documentos de Juracy Magalhães como deputado constituinte. Apenas aponta esta informação no verbete: “Presidente da Sociedade Amigos da América entre 1946 e 1947, Juracy participou ativamente da campanha anticomunista desenvolvida no país. Com a promulgação da nova Carta (18/9/1946), passou a exercer o mandato ordinário de deputado federal, participando das comissões de Segurança, de Finanças e de Diplomacia da Câmara. Em 1948 integrou a delegação do Brasil à III Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Paris, fazendo parte da divisão econômica. Na ocasião leu um discurso contra o Plano Marshall, preparado por Roberto Campos, seu auxiliar.” Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juraci-montenegro-magalhaes>.

necessário que houvesse uma “política de coalização” com objetivos de afastar o País do governo deposto.

No dia 29 de outubro assinalou o fim de um governo autoritário, mas não impediu que a máquina montada, e longamente lubrificada com muita demagogia, definisse a preferência do eleitorado brasileiro, em dois de dezembro, de forma inteiramente contrária aos anseios e esperanças daqueles que acreditavam e ainda acreditam, ser o regime democrático, o único capaz de promover o progresso e o bem-estar do povo brasileiro.<sup>168</sup>

O varguismo, embora deposto, ainda assustava o parlamentar baiano, e os motivos ficavam evidentes. A força eleitoral de Getúlio Vargas persistia. Isso inviabilizaria a retórica democrática e uma saída eleitoral para a UDN. A base política do ex-ditador no Congresso era muito forte. Além disso, ainda contava, em algumas pautas, com o apoio dos comunistas, fator que dificultava as ações do udenista baiano, inclinadas para a defesa de uma desnacionalização da economia e um cerceamento da classe trabalhadora no mundo da política. Moniz Bandeira menciona que a cassação do partido comunista fazia parte dessa estratégia, ou seja, cercear a organização dos trabalhadores e atender as exigências dos conglomerados econômicos americanos.<sup>169</sup>

Como foi dito no início do capítulo, Juracy Magalhães passou a ter uma rede de contatos nos EUA e tornou-se estratégico para a política norte-americana na América Latina, de forma geral, e para o Brasil, de forma particular. O trânsito na esfera civil e o conhecimento do meio militar facilitariam a posição de Juracy Magalhães. Assim que foi eleito deputado constituinte, o ex-governador da Bahia tornou-se um incisivo defensor do projeto para o sul do continente, liderado pelos estadunidenses. Foi diante das pautas dos EUA para o Brasil que Juracy Magalhães passou a ter um dos seus principais embates durante o seu mandato parlamentar. Do outro lado, estava o líder do Partido Comunista, Luiz Carlos Prestes.

Em uma questão divulgada pela imprensa, debatia-se sobre qual atitude tomaria o Partido Comunista caso o Brasil envolvesse em Guerra Contra a União Soviética. A questão repercutiu no meio político ao ponto de que Luiz Carlos Prestes precisou fazer a defesa dessa posição partidária no plenário do Parlamento. E coube a Juracy Magalhães a pergunta mais sinuosa ao senador comunista:

Inquieta a todos nós democratas e patrióticas e, principalmente, a mim, pois, além do mais, sou militar, o seguinte: no caso de uma guerra a que for arrastado o Brasil, por forças de obrigações internacionais, cumprindo o Governo os dispositivos

---

<sup>168</sup> Minha vida pública na Bahia..., p. 176.

<sup>169</sup> BANDEIRA, Moniz Luiz Alberto. *Presença dos Estados Unidos no Brasil...*, p. 432.

constitucionais e legais que regerão a declaração da guerra, e no caso de ser a Rússia, nessa guerra adversária do Brasil, o Senador Carlos Prestes e o Partido Comunista do Brasil lutarão pela sua Pátria ou iniciarão uma guerra civil? Esta é a pergunta em toda a sua simplicidade.<sup>170</sup>

Essa questão levantada por Juracy Magalhães é um episódio conhecido em razão de uma resposta não clara por parte de Luiz Carlos Prestes. O senador comunista deixou margens de entendimento em sua defesa de que o partido comunista poderia ficar ao lado dos russos, questão que se tornou fundamental na peça acusatória que levaria a cassação do registro do Partido Comunista no TSE.

O que é pouco conhecido ou comentado sobre o episódio é que o documento ao qual Luiz Carlos Prestes estava sendo acusado foi assinado, entre outros, por Sérgio Gomes, irmão do candidato derrotado, em 1945, à presidência pela UDN, Eduardo Gomes. Além disso, o que é pouco abordado é a controvérsia jurídica que envolvia no fato de um senador estar sendo interpelado por deputados.

Também é desconhecido o fato de a sessão ser presidida por Otávio Mangabeira, que, nos meses seguintes, vai responder em plenário por um episódio de um beijo na mão de um general estadunidense. Quanto ao episódio em que se envolveu Otávio Mangabeira, Juracy Magalhães vai à tribuna da Câmara defender o seu colega e correligionário udenista baiano, justificando que o fato não passava de um “beijo tolo”.

Juracy Magalhães, a partir do embate com Luiz Carlos Prestes, passou a ser um dos articuladores da cassação dos comunistas, chegando a mencionar o episódio nas suas memórias:<sup>171</sup>

No Congresso eles defenderam ardorosamente suas posições políticas, mas estavam insolados. Não me recordo de qualquer líder importante – fora de seu grupo – que tivesse pedido a palavra para dizer alguma coisa em seu favor; havia naquele tempo uma posição muito definida das nossas Forças Armadas e da burguesia dominante contra o comunismo soviético. Tinham os militares muito presentes na memória as lamentáveis ocorrências da Intentona de 35, comandadas por Prestes. E a igreja trabalhava bem esse antagonismo. Sobre isso posso falar com absoluta intenção porque no passado fui muitas vezes chamado de comunista.<sup>172</sup>

Juracy Magalhães menciona, também em suas memórias, a participação de membros do PTB que foram a favor da cassação dos comunistas. Isso é, de fato, procedente. Setores fisiológicos do Partido Trabalhista viam na cassação do registro dos comunistas a

---

<sup>170</sup> BRAGA, Soares Sérgio. *Luiz Carlos Prestes...*, p. 93.

<sup>171</sup> MAGALHÃES, Juracy. *O último tenente...*, p. 235.

<sup>172</sup> MAGALHÃES Juracy. *O último tenente...*, p 235.

possibilidades de eliminar do jogo eleitoral o partido concorrente aos votos da classe trabalhadora, como aborda Ricardo Maranhão.<sup>173</sup>

Entretanto, é questionável o argumento de Juracy Magalhães de que havia uma posição bem definida das Forças Armadas e da burguesia dominante, bem como que não houve líder político que fosse contra a cassação dos comunistas. Em suas memórias e em discurso proferido à época, José Américo de Almeida, udenista representante das oligarquias da Paraíba e um político de projeção nacional, vai de encontro à tese da cassação dos comunistas. Para ele, no discurso denominado “A cadeira vazia”, a cassação dos deputados do PCB “seria truncar a representação popular no seu funcionamento constitucional”. O mesmo deixa claro que os comunistas não atentavam contra a soberania nacional e nem contra a ordem constitucional, como foi mencionado na peça acusatória que levava à cassação de representantes eleitos do referido partido.<sup>174</sup>

Juracy Magalhães reconhece, sobre a cassação dos comunistas, que a decisão do TSE, que decidiu por 3 votos a favor e 2 contra, tornou-se um resultado bastante apertado.<sup>175</sup> Isso evidencia outra controvérsia nos argumentos do ex-tenente. A votação acirrada demonstra que não era posição unânime no meio jurídico e muito menos consenso no meio político.

### **Juracy Magalhães no Segundo Governo Vargas – Presidente da Petrobrás e da Vale do Rio Doce**

Como abordado anteriormente, a aliança política entre Juracy Magalhães e Otávio Mangabeira não deu certo. Os antagonismos entre os dois políticos e as distintas trajetórias de ambos, que tinham andado em caminhos opostos, foi um dos impedimentos de marcharem juntos por um longo tempo na Bahia. Além disso, as diferenças internas na Bahia entre UDN e PSD fizeram com que Juracy Magalhães, mesmo se aproximando do governo federal, não conseguisse uma forte base de apoio no Estado por conta das rivalidades entre os dois partidos no âmbito estadual. A consequência disso foi uma amarga derrota para um desconhecido Regis Pacheco ao governo da Bahia, em 1950. Com isso, coube ao ex-interventor reposicionar-se na política nacional como forma de sobrevivência eleitoral na Bahia.

---

<sup>173</sup> MARANHÃO Ricardo. *Sindicatos e democratização*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 86.

<sup>174</sup> ALMEIDA, José Américo. *A palavra e o tempo: 1937-1945-1950*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

<sup>175</sup> MAGALHÃES Juracy. *O último tenente...*, p 235.

Em análise sobre Juracy Magalhães e as suas ideias de desenvolvimento do Brasil, Carlos Nássaro faz a seguinte abordagem sobre o percurso do político baiano até o momento do golpe de 1964:

Na trajetória política de Juracy Magalhães, ao longo de mais de trinta anos, foi possível compreender as suas relações com as oligarquias e com as frações comercial, industrial e financeira da burguesia, na Bahia e no Brasil, e em muitas ocasiões se percebeu que ele atuou em defesa dos interesses desses grupos dominantes. Pode-se inferir que a sua longa vida pública pode ser entendida como consequência de sua capacidade para agir e adequar seu discurso e prática conforme as determinações políticas e econômicas que estavam em voga.<sup>176</sup>

De fato, Juracy Magalhães se despontou como *intelectual orgânico* de frações da burguesia baiana, posteriormente ampliando sua atuação na defesa de um projeto nacional para frações da classe dominante, da qual fazia parte.

Otávio Dulci, estudioso da UDN, ao analisar as posições de Juracy Magalhães, o denominou de “chapa branca.”<sup>177</sup> E esse autor tomou como referência, para tal conclusão, os argumentos de um correligionário de Juracy Magalhães, o político udenista mineiro Afonso Arinos de Melo Franco.<sup>178</sup> Até mesmo o importante aliado de Juracy Magalhães Carlos Lacerda chegou a reconhecer as várias tendências da UDN e defendeu a existência “dos chapas brancas”, liderada por Juracy Magalhães.<sup>179</sup>

Da mesma forma, ancorado nas atas do Congresso Nacional, Octaciano Nogueira, num livro que discute a influência de Getúlio Vargas durante a Constituinte de 1946, chega a apontar que houve um racha da bancada baiana na base de sustentação do governo de Gaspar Dutra. Na obra em questão, *A constituinte de 1946. Getúlio, o sujeito oculto*, Octaciano Nogueira aborda a contestação feita por Arthur Negreiros Falcão, do PSD da Bahia, que denuncia na tribuna os líderes udenistas de praticar o fisiologismo político e buscar a nomeação para cargos públicos a todo custo. O deputado chega a acusar Juracy Magalhães de praticar conchavos com o então Ministro da Justiça para conseguir os objetivos fisiológicos.<sup>180</sup>

Os argumentos que colocam Juracy Magalhães como um adepto do fisiologismo e de ser um político “chapa branca” se sustentam em dados concretos: a nomeação do seu correligionário Clemente Mariani para o Ministério da Educação e Saúde no governo de

---

<sup>176</sup> PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo. *De ‘tenente mancebo’ a experiente embaixador: Juracy Magalhães e a construção de suas memórias sobre o desenvolvimento do Brasil (1930 – 1967)*. Tese de doutorado em Memória Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista: UESB, 2018. p. 175.

<sup>177</sup> DULCI, Otávio. *A UDN e o Anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte, Editora da UFMG; 1ª edição; 1986. p. 108.

<sup>178</sup> MELO FRANCO, Afonso Arinos. *Escalada – memórias*. São Paulo: José Olympio, 1965.

<sup>179</sup> LACERDA, Carlos. *Depoimento*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

<sup>180</sup> Nogueira, Octávio. *A constituinte de 1946. Getúlio, o sujeito oculto*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 307.

Gaspar Dutra ilustra esse fato.<sup>181</sup> Entretanto, as evidências arroladas nos levam a concluir que a situação parecia ser bastante mais complexa.

O pragmatismo de Juracy Magalhães fazia parte de uma estratégia mais ampla que ia muito além do fisiologismo político, que consistia em indicar nomeações para cargos públicos. Juracy fez parte, quando não era uma das principais lideranças, de frações da classe dominante baiana que mantinha *relações com as oligarquias e com as frações comercial, industrial e financeira da burguesia, na Bahia e no Brasil*, como afirma Carlos Nássaro.<sup>182</sup> Mais do que isso, Juracy buscava, ainda, meios para que esses setores da classe dominante conseguissem recursos ou parcerias com o capital estrangeiro, em especial estadunidense. A tática política de Juracy Magalhães utilizada na aproximação com o governo de Gaspar Dutra mostra-se coerente com suas posições em toda a experiência democrática, ao menos até a ascensão de João Goulart. Nas suas memórias, o ex-tenente se posiciona sobre a questão em análise:

Eu achava que a UDN deveria procurar conquistar o poder por etapas. Primeiro participando, como de fato participou, do governo Dutra. Depois, em consequência desse passo, formando uma coligação com o PSD e elegendo o vice-presidente. Finalmente, na terceira etapa, lutando para conquistar a presidência. Mas, num país de imediatistas, em que ninguém planeja ao longo ou se quer a médio prazo, minha estratégia de fortalecimento gradativo não encontrava adeptos. Até hoje, o Brasil confunde-se planejamento com fantasia.<sup>183</sup>

O retorno de Getúlio Vargas ao Palácio do Catete sem a ajuda da UDN e com o PSD tendo outro candidato próprio à Presidência, com a consequente chegada ao poder dos opositores do Estado da Bahia, fez com que Juracy Magalhães, agora sem mandato, comesse a reorganizar e redefinir suas ações. É nesse momento que acontece uma reaproximação com o seu padrinho político, unindo uma conveniência recíproca. Para Getúlio, ter Juracy Magalhães na sua equipe de governo consistia em uma estratégia para dividir a ferrenha opositora UDN. Para Juracy, era uma questão de sobrevivência política na medida em que, sem mandato e com a Bahia governada pelos adversários, poderia correr o risco de entrar no ostracismo político irreversível.

A saída encontrada foi vestir uma roupagem de nacionalista e fazer parte do governo de Getúlio Vargas. Por outro lado, a posição pró-Estados Unidos por parte de Juracy

---

<sup>181</sup> No acervo de Clemente Mariani no CPDOC/FGV, é possível encontrar várias solicitações de prefeitos baianos referentes a solicitações de nomeações de correligionários para algum cargo público ou até mesmo a solicitação de construção de escolas. Como exemplo, citamos documentos de solicitação para construção de escola feita pelo prefeito de Catu Bahia, em 14/03/1948. CPDOC/FGV; CMA mes ce 1948.02.23 Série: mes - Ministro da Educação e Saúde.

<sup>182</sup> PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo. *De 'tenente mancebo'...*, p. 175.

<sup>183</sup> MAGALHÃES, Juracy. *O último tenente...*, p. 261-262.

Magalhães e seu leque de contatos nos meios empresariais dos EUA tornava-se importante para que Getúlio pudesse diminuir a resistência que os vizinhos do norte tinham em relação às posições tidas por nacionalistas do governo brasileiro.<sup>184</sup>

E as estratégias em lançar udenistas no governo visando uma aproximação com os EUA não foi descartada por Juracy Magalhães, sendo que esse foi um dos primeiros integrantes da UDN, juntamente João Cleofas, político pernambucano, a ocupar cargos no primeiro escalão logo no início do segundo governo de Getúlio Vargas. E a tática de Juracy Magalhães constituía a mesma praticada no governo anterior, qual seja, buscar a construção de um bloco de apoio dentro do governo, tendo em vista assegurar os interesses de setores internacionalizados da economia, bem como, posteriormente, visar a sucessão presidencial.

Apesar dos aspectos opostos nas diretrizes políticas programáticas existentes entre Getúlio Vargas e Juracy Magalhães no início do ano de 1951, um ponto facilitou a reaproximação entre ambos os personagens, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Montada no final do governo de Gaspar Dutra e tendo vigência até 1953, essa comissão tinha como objetivo o reaparelhamento dos setores de infraestrutura da economia brasileira e fazia parte da inserção no planejamento da assistência técnica norte-americana para a América Latina. Esse planejamento bilateral acabou estabelecendo como prioridades os setores de agricultura, energia e transporte, sem formular, contudo, um projeto específico de financiamento. Não é de se estranhar que João Cleofas foi ministro da agricultura e Juracy Magalhães, nesse período, tornou-se presidente da estatal Vale do Rio Doce, pastas que se vinculavam como prioridade dos planos da comissão mista Brasil-EUA.

Essa estratégia de Getúlio Vargas sofre abalos com as eleições norte-americanas de 1952 e as mudanças feitas na política externa daquele país. O republicano Dwight D. Eisenhower, ex-comandante na Segunda Guerra Mundial, reposiciona, ao ser eleito, a política externa dos EUA para a América Latina, e as cooperações econômicas passam a ser feitas diretamente pelas empresas privadas, desamparando Getúlio Vargas no Brasil, que a cada dia via o esfacelamento do seu governo, com a sua base de sustentação corroendo. Da mesma forma, a política externa estadunidense passa a adotar medidas que favoreciam os adversários do presidente da República brasileira, já que passava a uma burguesia de capital associado aos EUA, abrindo-se a possibilidade de conseguir recursos econômicos. A esse respeito, cabe

---

<sup>184</sup> Além da afirmação já citada de COLBY, Gerard e DENNETT, Charlotte no livro *Seja feita a vossa vontade*. Juracy Magalhães em suas memórias assume de forma indireta o vínculo com os magnatas da empresa Companhia Standard Oi em *O último tenente...*, p. 159.

destacar que essa burguesia era, na grande maioria, aliada ou até mesmo formada, também, por representantes da UDN.

Estando o governo varguista já com as bases políticas dispersas e vivendo constantes crises políticas, Juracy Magalhães volta, em 1954, a ocupar a presidência de uma importante estatal, a Petrobrás. O motivo da escolha do ex-governador da Bahia, por parte de Getúlio Vargas, está relacionado ao fato de o Estado ter uma posição relevante na discussão nacional sobre as novas diretrizes do petróleo no pós-guerra. Porém, vale ressaltar que o udenista baiano Clemente Mariani apresentou um estudo sobre o petróleo na constituinte de 1946, defendendo a participação privada na produção e comercialização do petróleo.<sup>185</sup> Essa tese era defendida pela bancada estadual desse partido, a UDN.

Entretanto, no segundo governo Getúlio Vargas, a UDN baiana passou a defender o controle estatal sobre o petróleo, demonstrando posições contraditórias ou opostas ao que vinha defendendo sobre a temática, embarcando na campanha “o petróleo é nosso”. Esse posicionamento, segundo Moniz Bandeira, deu-se em função de esse partido acreditar no fracasso varguista em suas posições nacionalistas. Para o cientista político, os udenistas apostavam que o presidente iria necessitar se submeter à revisão de suas posições e recorrer ao capital estrangeiro, o que implicaria em uma subordinação à UDN. Moniz Bandeira baseia sua análise em um depoimento de Aliomar Baleeiro, correligionário de Juracy Magalhães.<sup>186</sup>

Do mesmo modo ocorreu no estado da Bahia, em que sugeriram pessoas com posições nacionalistas em relação à exploração desse recurso natural, merecendo destaque para o intelectual Rômulo de Almeida e o político Landulfo Alves. Foi esse contexto que, já no final do governo de Getúlio Vargas, possibilitou a nomeação de Juracy Magalhães para a presidência da Petrobrás.

Depois de ter sido presidente da Vale do Rio do Doce, adido militar nos EUA e posteriormente presidente da Petrobrás, Juracy Magalhães se consolida como um político nacional. Na verdade, essa tentativa no terreno político é longa e pode ser atribuída às suas articulações para evitar o golpe do Estado Novo. E vai pegar corpo como um dos fundadores da UDN e um dos seus líderes no parlamento. Entretanto, os caminhos para sua consolidação como um político baiano-nacional se articulam com sua reaproximação com seu padrinho político, o que rendeu ao ex-tenente a indicação para a presidência de entidades estatais.

---

<sup>185</sup> CMA pi Almeida, R. B. de 1946.05.00.

<sup>186</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil...*, p. 442.

Será, contudo, na presidência das duas empresas estatais que o ex-tenente mancebo vai se deparar efetivamente com uma possibilidade mais intensa de fazer e refazer relações pessoais e políticas, conhecer a estrutura mais ampla da máquina administrativa do Estado brasileiro e, sobretudo, estar à frente da montagem de um projeto político partidário para o País, bem como se posicionar como um intelectual orgânico vinculado a setores específicos das classes dominantes brasileiras, justamente as associadas ao capital internacional. Com isso, Juracy Magalhães, diferentemente da maioria dos udenistas, vai aos poucos se tornando um dos organizadores da sucessão de Getúlio Vargas, agindo por dentro do governo, conjugando interesses políticos com as classes que representava.

Esse ensaio começa com a reorganização ministerial feita por Getúlio, entre 1952 e 1953, em decorrência das crises políticas e como consequência da perda de apoio de parte da base aliada. Na parte interna, pode ser considerada a reaproximação feita por Getúlio Vargas e um amigo de Juracy Magalhães, o político potiguar ex-udenista José Américo de Almeida, que rompera com Getúlio desde o início do Estado Novo. Essa reaproximação rendeu ao ex-governador do Rio Grande do Norte a nomeação para o Ministério da Aviação e de Obras Públicas.

Entretanto, a atuação política de Juracy Magalhães vai, nesse contexto, ser direcionada à reorganização do planejamento econômico e da política externa do governo. É nesse momento que Juracy Magalhães torna-se adido militar nos EUA, tendo como chefe um correligionário, o embaixador nomeado por Getúlio, Walther Moreira Salles. Além disso, a nomeação por Getúlio Vargas de antigo correligionário e amigo de ambos, Oswaldo Aranha, para o ministério da Fazenda possibilitou a Juracy Magalhães tentar articular um novo norte para a sucessão presidencial. Na verdade, Oswaldo Aranha sempre foi o elo entre Juracy Magalhães e Getúlio Vargas, desde antes do rompimento político entre ambos, com a instauração do Estado Novo, como já foi mencionado.

O biógrafo de Oswaldo Aranha, Stanley Hilton, destaca que Juracy Magalhães era um entusiasta e articulador político da possibilidade da candidatura do ex-ministro das relações exteriores à presidente da República. Entretanto, as turbulências e as sucessivas crises políticas vão fazer com que Oswaldo Aranha não aceitasse levar adiante a possibilidade.<sup>187</sup> Mesmo a morte de Vargas e a continuidade de sucessivas crises políticas não impediram que Juracy Magalhães voltasse à tentativa de articular o nome de Oswaldo Aranha para concorrer às eleições presidenciais de 1955. Segundo Stanley Hilton:

---

<sup>187</sup> HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha. Uma Biografia*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1994. p. 475

Surgiu um movimento a favor de Aranha nesse período, liderado por Juraci Magalhães, senador udenista pela Bahia, e vários colegas petebistas, mais Aranha os desestimulou.<sup>188</sup>

Não era nada contraditório o apoio udenista de Juracy Magalhães a Oswaldo Aranha, na época no PTB. Primeiro porque ambos eram notórios defensores de um alinhamento político aos EUA; também pelo fato de que o próprio Oswaldo Aranha, durante um período, já ter feito parte da União Democrática Nacional. Além disso, na Bahia, Juracy Magalhães apoiou o político do PTB, Antônio Balbino, em uma coligação com a UDN ao governo estadual nas eleições de 1954.

Com a tentativa não dando certo e a consequente eleição de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, em 1955, por uma coligação encabeçada pelos partidos PSD/PTB, levando ao Senado o udenista Juracy Magalhães, um aliado chapa branca, cuja eleição foi facilitada por dois fatores: a coligação que conduziu o ex-tenente ao Senado pela Bahia e a política econômica de Juscelino Kubitschek, que se voltava para a defesa do capital estrangeiro como mecanismo de industrialização do Brasil. Segundo Moniz Bandeira, uma corrente entreguista, incrustada no governo de Juscelino Kubitschek, patrocinava os interesses norte-americanos, enquanto outra, ligada a grupos europeus, influenciava diretamente o Presidente da República.<sup>189</sup>

Um dos fatores obscuros dos defensores do capital estadunidense foi o episódio do gás boliviano no caso Roboré. Segundo Moniz Bandeira, o coronel Alexínio Bittencourt, presidente do então Conselho Nacional do Petróleo (CNP), denunciou a gestão de Roberto Campos à frente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) para forçar as empresas brasileiras interessadas na exploração do petróleo boliviano a receber financiamento da *Pan American Land Oil & Royalt* sob condições que implicavam a completa desnacionalização das empresas brasileiras.<sup>190</sup>

O episódio é bem documentado no livro de Olympio Guilherme, *Roboré: a luta pelo petróleo boliviano*.<sup>191</sup> O Brasil e a Bolívia tinham um acordo desde 1938 para construir refinarias de exploração do gás boliviano, o projeto BRASBOL. As discussões desse projeto evoluíram, e a insuficiência brasileira em gás fez com que o BRASBOL se tornasse uma necessidade relevante, o que o levou a fazer parte do plano de desenvolvimento econômico do

---

<sup>188</sup> HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha. Uma Biografia...*, P. 482-3

<sup>189</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª edição, 2007. p. 525.

<sup>190</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil...*, p. 525.

<sup>191</sup> OLYMPIO Guilherme. *Roboré: a luta pelo petróleo boliviano*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S. A., 1959

governo de Juscelino Kubitschek. Entretanto, os acordos se limitavam na parceria entre o capital privado dos dois países. O fato é que a denúncia feita pelo coronel Alexínio Bittencourt levou a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Embora o relatório da investigação parlamentar tenha ficado inconcluso, a CPI não deixou de surtir efeito, já que o projeto foi paralisado, e a repercussão do assunto levou à demissão do presidente do BNDE, Roberto Campos. Em suas memórias, Roberto Campos apresenta sua versão sobre o caso Roboré:

Não se tratava de explorar o solo brasileiro e sim o solo boliviano. Faz pouco sentido econômico, não tendo senão um valor mágico emocional, dizer que o “petróleo é nosso”. Mas isso seria compreensível como uma dessas reações mágicas em que é fértil o nacionalismo, no tocante ao petróleo extraído no território nacional. É absurdo aplicá-los aos hidrocarbonetos situados em um país vizinho, cuja legislação permitia a participação de empresas estrangeiras, porém, não permitia a participação de empresas estatais, cujo interesses poderia em certos momentos identificar-se com o dos governos e tornar-se objeto de pressão diplomática.<sup>192</sup>

As memórias de Roberto Campos, então presidente do BNDE, são silentes, no entanto, especialmente quanto ao fato de que o banco estatal só poderia financiar empréstimo a empresas brasileiras, e que o acordo permitia investimentos da iniciativa privada do Brasil e da Bolívia, vetando os trustes norte-americanos na empreitada, já que se tornava notória a incapacidade das empresas desses dois países de ter o controle da administração da empresa petrolífera binacional, se não houvesse o veto.

O caso Roboré escancarava as estratégias do bloco de poder ligado ao capital associado ao EUA, do qual os baianos Juracy Magalhães e Clemente Mariani faziam parte, chegando ao ponto de Clemente depor na citada CPI. Quanto a Juracy Magalhães, que exercia a função de senador pela Bahia na época, restou a possibilidade de, com o caso, atuar contra setores do governo, o PTB e as posições nacionalistas. Segundo Guilherme Olympio:

Antes que a comissão emitisse seu voto final opinando pela “improcedência” da representação de autoria do presidente do CNP; e antes, mesmo, que os Srs. Janari Nunes e Alexínio Bettencourt fossem convidados a pedir demissão dos seus cargos, instituía-se na Câmara Federal uma Comissão Parlamentar de Inquérito para examinar a matéria, um dos golpes mais hábeis atribuídos ao Sr. Juraci Magalhães para arrebatar ao PTB a bandeira nacionalista e poder desfraldá-la, ao todo pano por conta da UDN, na próxima campanha eleitoral.<sup>193</sup>

Dessa forma, a CPI não conseguiu chegar a uma conclusão favorável aos denunciantes dos supostos negócios obscuros entre BNDE e conglomerados econômicos norte-americanos.

---

<sup>192</sup> CAMPOS Roberto. *A lanterna da poupa. Memórias*. 4ª edição revista e ampliada, Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2004. Volume I. p. 367.

<sup>193</sup> OLYMPIO Guilherme. *Roboré: a luta pelo petróleo boliviano...*, p. 224

Entretanto, além do projeto não ir adiante, cabe ressaltar que a repercussão negativa e as pressões no meio político e no movimento estudantil, com a opinião pública desfavorável, levou à demissão de Roberto Campos da presidência do banco estatal. Mais tarde, coube a Juracy Magalhães e a Roberto Campos fazerem outra tentativa para controlar o gás boliviano no primeiro governo da Ditadura Militar brasileira, fato que será estudado posteriormente.

Essa posição de Juracy Magalhães em defesa de uma burguesia com vínculo com o capital estrangeiro e a sua condição de liderança udenista leva o ex-tenente a sonhar, pela primeira vez de forma concreta e aberta, com a Presidência da República. Entretanto, depois do impedimento dos correligionários em aceitar o apoio do presidente Juscelino Kubitschek, Juracy Magalhães viu seu nome recusado pela convenção da UDN em 1960. Assim, ocorreu a primeira tentativa que o ex-governador da Bahia fez visando chegar, por vias democráticas, à Presidências da República.

E para isso o político baiano se utilizou de uma retórica evocada no seu passado como forma de convencer os seus correligionários a apostar nesta empreitada udenista.<sup>194</sup> Sua capacidade de migrar para distintas correntes políticas, facilitada pela sua trajetória por ser uma pessoa que se iniciou na vida pública com o varguismo e mais tarde se tornou um fundador e líder da UDN, do partido de oposição a Getúlio Vargas, possibilitou-lhe construir e reconstruir relações políticas e pessoais que o levavam a ter a possibilidade de margem de mobilidade em busca de um projeto de poder. Todavia, a decisão da UDN apontou para novos trilhos, aliar-se a uma figura em ascensão, o governador de São Paulo à época, Jânio Quadros, como candidato à Presidência. Foi uma vitória da corrente udenista ligada a Carlos Lacerda sobre Juracy Magalhães e aliados.

### **A Renúncia de Jânio Quadros – Juracy Magalhães participa das conspirações contra o governo de João Goulart**

Mesmo sendo um voto vencido na convenção e mostrando certa resistência ao presidente eleito Jânio Quadros, Juracy Magalhães participa da montagem do governo, tendo emplacado seu filho Juracy Júnior como subchefe da Casa Civil e seu aliado histórico Clemente Mariani como ministro da Fazenda.

Durante o episódio da renúncia de Jânio Quadros, Juracy Magalhães era o governador da Bahia e foi contra as articulações na caserna e na UDN para não permitir a posse do vice-presidente João Goulart. Talvez isso se desse por conta de um ressentimento pessoal, já que o

---

<sup>194</sup> O discurso de Juracy Magalhães na convenção da UDN e os argumentos que evocam o seu passado desde o tenentismo foi publicando parcialmente em MAGALHÃES, Juracy. *O último tenente...*, p 300 – 301.

ex-tenente foi derrotado na convenção udenista, na qual foi pré-candidato à Presidência da República, deixando o caminho vago para a UDN construir uma aliança com Jânio Quadros.

Entretanto, a renúncia de Jânio Quadros e o recuo da tentativa udenista e de parte das Forças Armadas de impedir a chegada de João Goulart à Presidência foram decisivos para o PTB e várias organizações de trabalhadores voltarem a ser atores no grupo dirigente do aparelho do Estado brasileiro. Com isso, frações da classe dominante tiveram que dividir espaço na condução da máquina pública com setores subalternos da sociedade, fato que se tornou estopim para sucessivas crises políticas. Diante disso, Juracy Magalhães repensa suas ações e volta a participar de conspirações. A partir desse momento, como um político traquejado e com estatura nacional, além de ter chegado ao generalato das Forças Armadas.

Assim, no início da década de 1960, Juracy Magalhães se torna um dos mais atuantes personagens no cenário nacional que participou da Revolução de 1930. Afinal, somavam-se três décadas de vida pública com ocupação de cargos importantes no aparelho do Estado brasileiro, em partidos políticos e em missões oficiais no exterior. Isso fez de Juracy Magalhães, apesar de ser de um partido de oposição, após o suicídio de Getúlio Vargas, sempre manter relação com os herdeiros do varguismo. O resultado disso pode ser visto na aproximação com Juscelino Kubitschek. Afinal, eles se projetaram na vida pública através do mesmo padrinho político. Entretanto, a posição do ex-governador da Bahia era inclinada para um vínculo com o PSD, e não com a corrente trabalhista, ligada ao getulismo, que atuava dentro do PTB e tinha como cabeça o novo anfitrião do Palácio do Planalto, João Goulart.

Felipe Ferreira Loureiro analisa como, a partir dos governos estaduais, organismos privados e instituições governamentais, os Estados Unidos se mobilizaram para enfraquecer setores progressistas e da esquerda que apoiavam Jango.<sup>195</sup> Para esse autor, os EUA preocuparam-se em desestabilizar a democracia brasileira no pós-guerra, promovendo mecanismos que possibilitariam ajudas econômicas aos governos estaduais tidos como aliados ou simpatizante dos estadunidenses.<sup>196</sup>

Entre esses governos estaduais, estava o de Juracy Magalhães. Segundo o autor, o governador da Bahia foi um dos contemplados quando esteve no comando do Estado, entre 1959 e 1963, recebendo várias ajudas econômicas de organismos norte-americanos. Felipe Ferreira Loureiro chega a mencionar que os executivos do governo norte-americano tinham

---

<sup>195</sup> LOUREIRO, Felipe Ferreira. *A Aliança para o Progresso e o governo de João Goulart (1961 – 1964). A ajuda norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil do pós- guerra*. São Paulo: Unesp, 202

<sup>196</sup> LOUREIRO, Felipe Ferreira. *A Aliança para o Progresso e o governo de João Goulart (1961 – 1964)...*, p. 75.

uma tabela, caracterizando por posicionamento ideológico os principais políticos brasileiros, denominando-os de “amigos”, “neutros” e “inimigos”.<sup>197</sup>

Dentre as principais entidades que financiavam os estados brasileiros, estavam a USAID e o BID. Ambas emprestaram volumosos recursos para os governadores tidos como aliados. Felipe Ferreira Loureiro apresenta dados sobre a Bahia, em que os governos de Juracy Magalhães e Lomanto Júnior foram contemplados com volumosos recursos dessas entidades. O autor apresenta a Bahia como o Estado que, entre 1962 e 1964, ficou entre os primeiros do País a receber recursos das USAID para as mais variadas áreas, desde saneamento, construção de parque industrial e educação.<sup>198</sup> Felipe Loureiro não menciona o valor destinado a cada tipo de investimento, todavia, em gráfico apresentado, demonstra que a Bahia recebeu cerca de 2 milhões de dólares no período supracitado, ficando em quinto lugar, em volume de recursos, entre os estados contemplados.<sup>199</sup>

Da mesma forma, o BID foi outra entidade de financiamento que viu na Bahia um estado aliado para a desestabilização do governo João Goulart. Nos valores emprestados em dólares para os estados brasileiros, entre 1961 e 1964, a Bahia recebeu 7% do volume dos recursos repassados, considerando que o governo de Carlos Lacerda, da Guanabara, foi o principal beneficiário do BID, nesse período, recebendo 41% dos recursos, embora o governo baiano também tenha sido contemplado com valor significativo.<sup>200</sup>

Carlos Fico aborda que a Revolução Cubana foi um motivo para a mudança de olhar dos EUA sobre a América Latina.<sup>201</sup> A partir da chegada de Fidel Castro ao poder, em Cuba, os Estados Unidos passaram a modificar as diretrizes da política internacional para o continente sul-americano. O desenho dessa mudança de reposicionamento da política externa norte-americana foi concretizado principalmente pela Aliança para o Progresso. Diante disso, os EUA buscavam conter a influência do modelo político cubano no continente. E o Brasil passava a ser um país estratégico, já que é o maior país da América do Sul.

Segundo a abordagem feita por Felipe Ferreira Loureiro, para o caso específico do Brasil, a mudança de posicionamento dos EUA acontece no período em que João Goulart

---

<sup>197</sup> LOUREIRO, Felipe Ferreira. *A Aliança para o Progresso e o governo de João Goulart (1961 – 1964). A ajuda norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil do pós-guerra*. São Paulo: Unesp, 2020. p. 140.

<sup>198</sup> LOUREIRO, Felipe Ferreira. *A Aliança para o Progresso e o governo de João Goulart (1961 – 1964)...*, p. 105.

<sup>199</sup> LOUREIRO, Felipe Ferreira. *A Aliança para o Progresso e o governo de João Goulart (1961 – 1964)...*, p. 104.

<sup>200</sup> LOUREIRO, Felipe Ferreira. *A Aliança para o Progresso e o governo de João Goulart (1961 – 1964)...*, p. 116

<sup>201</sup> FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 41

torna-se presidente. Anteriormente, os EUA tinham mais apreço pelas regras do jogo, não utilizado de forma direta e incisiva a desestabilização da democracia brasileira. Esse autor chega a mencionar o caso de Juracy Magalhães como exemplo, quando chegou ao governo da Bahia em 1959. O experimentado político baiano era uma das lideranças udenistas que tinha uma rede de contatos nos EUA, onde foi adido militar, por ser notório anticomunista e pró-estadunidense.

O autor desse estudo sobre a Aliança para o Progresso e o governo João Goulart menciona que Juracy Magalhães, enquanto governador da Bahia, no início de seu governo, recorreu a pedidos de recursos estadunidenses, através do Departamento de Estado dos EUA. O governador da Bahia, segundo Felipe Ferreira Loureiro, recebeu a negativa, com a justificativa de que pedidos de recursos a Washington não poderiam ser feitos por administração estadual, mais apenas por Brasília.<sup>202</sup> Esse autor torna pública uma carta, datada de 20 de julho de 1960, do chefe da Seção de Assuntos Brasileiros do Departamento de Estado, Alton W. Hemba, endereçada o cônsul norte-americano em Salvador, James M. Flanagan.

Nós assumimos que o governador [Juracy Magalhães] tem conhecimento de que, dentro dos procedimentos diplomáticos regulares, o governo dos Estados Unidos deve conduzir suas atividades [de ajuda econômica] por meios diretos com o governo nacional e, nesse sentido, considera projetos apenas por meios de solicitações do governo do Brasil. Consequentemente, se o governador, realmente, quer que o governo dos Estados Unidos [...] aprecie seus projetos, ele deve submeter suas solicitações por meio do governo nacional.<sup>203</sup>

A tentativa de obter financiamento direto do Departamento de Estado dos EUA, feita por Juracy Magalhães, enquanto governador da Bahia, referia-se a empréstimos para montar um parque industrial na Bahia. O ex-tenente projetava um planejamento econômico dependente e de capital associado aos EUA, no momento que ele tentava, a partir do governo do Estado, dar visibilidade nacional a sua administração. Essa estratégia de associar-se ao imperialismo ianque caminhava para uma possibilidade. Entretanto, como foi abordado, a tentativa, pelo menos no início de seu governo, não deu certo.

Esclarece-se que não foi somente Juracy Magalhães que teve pedidos negados pelo Departamento de Estado dos EUA. Outros governadores também passaram por situação parecida, como foi o caso do governador de Pernambuco, Cid Sampaio. A situação apresentada na carta demonstra que os EUA, através de sua diplomacia pública, em princípio,

---

<sup>202</sup> LOUREIRO, Felipe Ferreira. *A Aliança para o Progresso e o governo de João Goulart (1961 – 1964)...*, p. 105.

<sup>203</sup> Idem...p.164

não estavam dispostos a se envolver em situações que colocaria em risco sua atuação dentro da normalidade com o governo João Goulart.

Entretanto, as crises políticas internas do Brasil e as relações entre os dois países sofrem desgastes a partir de 1962, fazendo com que os EUA reposicionassem e tomassem uma posição assumidamente desestabilizadora do governo constitucional brasileiro. Essa medida, adotada pelos Estados Unidos, beneficiaria Juracy Magalhães e seu aliado e sucessor, Lomanto Junior.

Juracy Magalhães tornou-se governador eleito da Bahia em 1958, mesmo não sendo a primeira opção desejada. Como já foi abordado, a vontade do ex-tenente era de se envolver com a política nacional e tornar-se candidato a presidente, pela UDN. Eleger-se governador do Estado foi sua segunda opção, já que a primeira tentativa fracassou. Entretanto, o traquejado udenista, a frente do maior estado do Nordeste, utilizou-se de duas estratégias, objetivando reunir condições de tornar-se presidenciável pelo seu partido.

A primeira tentativa foi acelerar o planejamento industrial na Bahia, que era a bandeira das mais diversificadas correntes políticas estaduais da década de 1950, dando dinamicidade à economia do Estado. A segunda consistia em unificar frações das classes dominantes que não conseguiam se envolver em um único programa econômico e, principalmente, político-partidário. A primeira tentativa encontrou barreiras, como foi o caso, já mencionado, do Departamento de Estado dos EUA. A segunda tentativa fracassou.

Juracy Magalhães fez um governo que, como ele próprio reconheceu, sequer tinha maioria parlamentar na Assembleia Legislativa da Bahia.<sup>204</sup> Isso decorre das contradições da base política que o elegeu. A questão regional na Bahia não andava no mesmo compasso da política nacional. Juracy Magalhães foi eleito pela UDN, sem coligações. Entretanto, seu vice, Orlando Moscoso, era de outra coligação, que envolvia a principal oposição udenista do Estado, o PSD. Restou a Juracy fazer uma base contraditória para conseguir governabilidade, inclusive cedendo espaço ao PTB, o que desagradava até setores da UDN nacional.

Conseguir a união das frações da classe dominante na Bahia era fundamental para Juracy Magalhães, durante a sua gestão à frente do Estado, para projetar-se como uma expressiva liderança udenista nacional. Entretanto, isso não foi possível. Restava ao ex-tenente outra estratégia: construir em torno de si um projeto, visando a sua sucessão, que levava à pacificação das oligarquias baianas. Ele acreditava que isso era possível, uma vez

---

<sup>204</sup> FRANCO, Tasso. *O círculo do poder na Bahia*. Salvador: Editora FPE, 1990. p. 51

que não estava na órbita da sucessão e deixava em aberto vários nomes como possibilidades de sucedê-lo frente ao governo do Estado. Entretanto, o PSD e outros partidos menores (como, por exemplo, o Partido Libertador - PL) historicamente ligados ao varguismo e a aglomeradores de frações das classes dominantes, principalmente rural, não queriam se envolver em um nenhum acerto com a UDN, nem com os udenistas.

O jornalista Tasso Franco, no livro *O círculo do poder na Bahia*, faz uma abordagem sobre as eleições ao governo do Estado da Bahia, em 1962. Para esse autor, Juracy Magalhães planejou de várias formas construir a sucessão, aglutinando no mesmo campo de disputas grupos rivais. Em 15 de março de 1962, Juracy Magalhães divulga uma carta sobre o planejamento de sucessão:

Venho desde o começo do meu atual governo pregando a união das forças políticas da Bahia. Busquei, de início, a unidade necessária à nossa ação, ao nosso esforço no pleitear direitos ou no lutar pelo atendimento de justas reivindicações. Agora, ao se aproximar do pleito sucessório, procuro uma união em torno de grande figura de nossa terra para a execução de um grande programa que nos permita vencer as tremendas dificuldades do Estado. E sempre sem os sacrifícios do ponto de vista de cada agremiação.<sup>205</sup>

Na contramão da tentativa pacificadora de Juracy Magalhães estava Waldir Pires, uma figura em ascensão dentro do poderoso PSD, que, alheio à tese pacifista, vai colocando a campanha ao governo do Estado na rua e a cada dia construindo adesões a sua candidatura. Outra barreira encontrada pelo udenista governador da Bahia em construir uma candidatura consensual em torno de um suposto projeto de desenvolvimento era o caráter elitista da sua articulação. O PSB foi um dos primeiros partidos políticos a não embarcar na tese de Juracy Magalhães. O presidente estadual desse partido manifestou-se publicamente contra o projeto de pacificação. Eusínio Lavigne, presidente estadual do PSB, torna pública uma carta, no dia 17 de abril de 1962, endereçada ao presidente do PSD, André Negreiros. Na carta, o líder da agremiação socialista ressalta:

Vale dizer que o futuro governante da Bahia deve ser um homem com qualidade de estadista sem compromisso com a impopular situação estadual – sem prejuízo, embora, é claro, das relações pessoais, e que inspire confiança e intelectualidade às massas populares. Nosso povo já está cansado de promessas e de pacificação que, no bojo, têm sido tramas antidemocráticas para o impedimento de livre manifestação do eleitorado.<sup>206</sup>

O certo é que Juracy Magalhães não conseguiu êxito na sua tentativa pacificadora das classes dominantes baianas em um único projeto político para o Estado. As articulações com ligações à burguesia internacionalizada do ex-tenente não foram suficientes para tal

---

<sup>205</sup> FRANCO, Tasso. *O círculo do poder na Bahia...*, p. 43

<sup>206</sup> FRANCO, Tasso. *O círculo do poder na Bahia...*, p. 47

empreitada. O governador da Bahia continuava com a estratégia política de meados da década de 1940, a qual Aruã Lima denominou de “democracia contra o povo”. Isso o impossibilitava de estar à frente de um projeto de maioria.

Diante disso, Juracy Magalhães pede licença do governo do Estado, afastando-se do cargo e embarcando em outra possibilidade, a de fazer parte da discussão da política nacional. Juntamente com seu correligionário Aliomar Baleiro, vai disputar respectivamente o Senado e a Câmara Federal pelo Estado da Guanabara.

Na Bahia, Juracy Magalhães viu sagrar-se vencedor seu aliado, Lomanto Junior, um político populista e prefeito de Jequié, no interior do Estado. Não foi mérito de Juracy Magalhães tal vitória eleitoral. A eleição de Lomanto Júnior se deu devido às duas bandeiras pragmáticas desse político do interior, quais sejam, a defesa do municipalismo e a estratégia populista.

Dessa forma, o municipalismo de Lomanto permitiu que ele conseguisse o apoio de vários prefeitos da Bahia. A característica populista possibilitou ao chefe do executivo de Jequié construir uma aliança que ia muito além das classes dominantes baianas. Assim, Lomanto Júnior, em uma ampla coligação, que envolvia o PST, UDN, PTB e PR, torna-se vitorioso ao governo da Bahia nas eleições de 07 de outubro de 1962, vencendo Waldir Pires, do PSD. Elegeu-se com uma frente pequena de votos, obtendo 241.356 votos, contra 229.050 votos de Waldir Pires.<sup>207</sup> Se Lomanto não deu continuidade à política interna de Juracy Magalhães na administração do Estado da Bahia, o envolvimento com os financiamentos de organismos financeiros norte-americanos teve continuidade, como demonstra Felipe Pereira Loureiro, falando sobre a Aliança para o Progresso.<sup>208</sup>

Quanto ao PSD, amargado com a derrota, mostrou sinais de divisão. Se Waldir Pires caminhou para uma aproximação maior com o governo de João Goulart, o ex-governador Regis Pacheco caminhou no sentido contrário.

Contudo, na Bahia, o PSD era liderado pelo ex-governador Regis Pacheco, opositor de Juracy Magalhães. Ainda assim, ser oposição local não o impediu de marchar junto com o ex-tenente em entidades golpistas. Segundo René A. Dreifuss, um bloco de políticos, entidades civis e religiosas da Bahia faziam parte de organizações como a Aliança Eleitoral da Família (ALEF). Essa entidade era endossada pelo Conselho Nacional dos Bispos do Brasil e ligada ao complexo IPES/IBAD. Tinha como objetivo influenciar nas decisões de eleitores ligados à

---

<sup>207</sup> FRANCO, Tasso. *O círculo do poder na Bahia...*, p. 103.

<sup>208</sup> LOUREIRO, Felipe Ferreira. *A Aliança para o Progresso e o governo de João Goulart (1961 – 1964)...*, p. 104

Igreja Católica. Da mesma forma, René Dreifuss vai mencionar que havia neste Estado uma articulação política dentro da Ação Democrática Popular (ADP), atuando nos movimentos populares e sindicais com objetivos de cooptar eleitores para votarem nos políticos de direita.<sup>209</sup>

Para esse autor, faziam parte dessa elite orgânica parlamentares e figuras proeminentes como Rui Santos, João Mendes da Costa Filho, Heitor Dias e Oscar Cardoso. Todos esses políticos ocupavam cargos eletivos e eram membros da UDN baiana. Acrescenta-se à lista Theódulo Albuquerque, do PR, que também fazia parte de um bloco parlamentar ligado, na Bahia, a Juracy Magalhães. Entretanto, o nome do ex-governador Regis Pacheco, oposição à UDN estadual, também foi incluído nessa lista ligada às conspirações.<sup>210</sup>

Segundo, ainda, Dreifuss, o complexo IPES/IBAD agia para construir nas organizações da classe trabalhadora e nos movimentos organizados pelo clero uma tentativa de criar uma reação da direita. Entretanto, o autor vai atentar para o fato de que não eram somente essas entidades que se mobilizavam para interferir nos resultados eleitorais do Brasil. A CIA também participou dos movimentos conspiratórios, construindo ações favoráveis aos aliados dos Estados Unidos:

Durante parte do ano de 1962, a estação do Rio de Janeiro e suas muitas bases nos consulados distribuídos pelo país, que muito oportunamente haviam sido aumentados em número, encontravam-se comprometidas numa companhia de milhões de dólares para financiar a eleição de candidatos anticomunistas aos disputados cargos federais, estaduais e municipais. A CIA não se achava só nos esforços do governo americano de intervir no processo eleitoral brasileiro. Outras formas de intervenção eram as “ações contextuais” que recebiam significado apoio direto do governo americano e através delas desenvolviam-se projetos sociais de propaganda de grande impacto para impressionar a população.<sup>211</sup>

Segundo a referida obra, vários políticos, na grande maioria da UDN, foram financiados com a participação da AID e diretamente pela embaixada estadunidense. Entre esses, estava o candidato eleito a governador da Bahia, Lomanto Júnior, que também foi beneficiando desse mecanismo de financiamento.<sup>212</sup>

Juracy Magalhães e seu aliado na Bahia, Aliomar Baleeiro, tornam-se, nesse mesmo ano, candidatos respectivamente ao Senado e a Deputado Federal pela UDN do Estado da

---

<sup>209</sup> DREIFUSS, René. 1964: *A Conquista do Estado...*, p. 325.

<sup>210</sup> DREIFUSS, René. 1964: *A Conquista do Estado...*, p. 325.

<sup>211</sup> DREIFUSS, René. 1964: *A Conquista do Estado...*, p. 325.

<sup>212</sup> René Dreifuss chega a cometer um pequeno equívoco nesta afirmação ao mencionar que Lomanto Júnior foi candidato da coligação UDN/PSD. Em 1962, o PSD lançou Waldir Pires, que foi derrotado por uma margem pequena de votos. Lomanto Júnior, segundo os dados do TSE, foi eleito em 1962 por uma ampla coligação entre os partidos PL, PR, UDN, PTB. DREIFUSS, René. 1964: *A Conquista do Estado...*, p. 331.

Guanabara. A luz da obra do autor de 1964: *A Conquista do Estado*, a iniciativa de ambos estava longe de significar candidatura exótica. Por trás da iniciativa, havia as ações do império estadunidense, que queria colocar seus aliados em postos-chaves de todos os espaços políticos, em todo o Brasil, e o Estado da Guanabara era estratégico. Segundo Flávio Tavares, a embaixada dos EUA no Brasil destinou, na campanha eleitoral de 1962, pelo menos 5 milhões de dólares para financiar candidatos confiáveis.<sup>213</sup>

---

<sup>213</sup> TAVARES, Flávio. 1964. *O golpe*. 3ª edição, Rio de Janeiro: LP&M, 2014. p. 140.

## Capítulo IV

### Juracy Magalhães e o golpe de 1964

Há uma vasta literatura hoje que vem demonstrando, com robustas evidências, que João Goulart foi vítima de um golpe. Entretanto, encontramos nesse material informações suficientes que confirmam que nem toda a direita era favorável à ruptura, à concretização de um golpe de Estado ou tinha definida uma fora de atuação e o momento de execução.<sup>214</sup> No entanto, o golpe vinha sendo gestado há anos dentro das Forças Armadas, com o apoio da diplomacia estadunidense e com a participação da UDN, que depois de várias derrotas ou fracassos políticos não via alternativa de chegar ao poder como protagonista, já que foi vitoriosa anteriormente, quando participou da aliança com Jânio Quadros.

Quanto a Juracy Magalhães, ele se posicionou à frente das conspirações nos últimos instantes das articulações golpistas, apesar de não ser um dos principais propagadores da intervenção armada para destituir o governo constitucional de João Goulart. Entretanto, o mencionado político baiano vai se tornar uma das figuras que participou de forma mais incisiva da institucionalização da Ditadura Militar no Brasil nos primeiros anos do regime autoritário.

Juracy Magalhães foi atuante no contexto. Com perfil discreto, contudo, não demonstrava de forma pública ser um entusiasta das intervenções golpistas da década de 1960. Alguns motivos o levavam a esse posicionamento. O primeiro deles refere-se à participação no Segundo Governo Vargas, no qual ocupou os cargos de presidente da Vale do Rio Doce, da Petrobrás e de adido militar nos EUA. Posteriormente, seu vínculo com Juscelino Kubitschek vai limitá-lo de participar mais ativamente das articulações para a conspiração golpista, algo que envolvia diversos quadros da UDN. O ponto que afasta Juracy Magalhães da linha de frente das investidas golpistas do seu partido se explica pelo fato de o governo da Bahia ter na base aliada quadros que, de certa forma, mantinham-se vinculados a João Goulart.

Além disso, como já foi mencionado, Juracy Magalhães sempre teve o objetivo de ser presidente da República e fez duas investidas nesse sentido, ambas abortadas por circunstâncias diversas. Na primeira ocasião, foi derrotado por Jânio Quadros, com quem

---

<sup>214</sup> Sobre a temática ver: FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

concorreu para disputar a presidência na convenção da UDN, em 1959.<sup>215</sup> Na segunda, a tentativa ocorreu quando, visando consolidar-se no debate político nacional, candidatou-se a senador pelo Estado da Guanabara, em 1962, obtendo fraco desempenho eleitoral, o que praticamente inviabilizava suas pretensões a voos maiores. Tendo fracassado em pleitear a possibilidade de concorrer ao executivo nacional, Juracy Magalhães continuou como governador da Bahia até o início de 1963.

Nas suas memórias, para demonstrar que tinha uma posição democrática e independente em relação aos golpistas, Juracy Magalhães chegou a mencionar que estabelecia contatos com Leonel Brizola durante as crises políticas que precederam a destituição do Presidente da República via golpe de Estado.<sup>216</sup> Não era estranho esse contato entre o governador baiano e o líder do *Grupo dos Onze*, pois Juracy Magalhães se posicionou a favor da posse de João Goulart, em 1961.<sup>217</sup> E ambos eram oriundos do varguismo, apesar das posições opostas no espectro político.

Entretanto, na contramão da versão do político baiano, René Armand Dreifuss, em sua pesquisa de fôlego sobre o contexto em que se deu o golpe de 1964, menciona que o referido udenista, mesmo na época em que era governador da Bahia, fazia parte de um grupo de conspiradores ligados ao IPES e era um dos responsáveis pelo levantamento das discussões políticas sobre o Nordeste do Brasil dentro dessa entidade.<sup>218</sup> E as discussões sobre as ligas camponesas e o conflito no campo incomodavam Juracy Magalhães no governo Juscelino. Incomodavam tanto ao ponto de alertar o presidente da República sobre a temática. Segundo Lira Neto, Juracy Magalhães, no último ano à frente do governo da Bahia, chegou a se reunir com Castelo Branco para debater a temática dos camponeses do Nordeste.<sup>219</sup>

Com a saída do governo do Estado em 1963, o ex-tenente mancebo começa a se posicionar de forma pública ao lado das correntes udenistas que não viam, de forma otimista, lograr êxito em chegar ao poder através de eleições. E começam a tornar a uma quase unanimidade nesse partido a alternativa de um golpe de Estado. Vale esclarecer que nem

---

<sup>215</sup> Jânio Quadro, nas eleições de 1960, estava filiado ao PDC e foi candidato em uma coligação feita pelo PTN-PDC-UDN-PR-PL. fonte: [Pesquisas Eleitorais \(tse.jus.br\)](http://Pesquisas Eleitorais (tse.jus.br)). Acesso: 13 de Julho de 2021.

<sup>216</sup> MAGALHÃES, Juracy. *O último tenente...*, p 308.

<sup>217</sup> Os Grupos dos Onze é uma temática pouco estudada pela historiografia sobre o contexto do golpe de 1964. Sobre esse assunto, ver dois estudos de casos: SZATKOSKI, Elenice. *Os grupos dos onze: uma insurreição reprimida*. Passo Fundo: UPF, 2003. Obra que traz em tela um estudo de caso no Rio Grande do Sul na região do Médio Alto Uruguai. Quanto a essa temática no estado da Bahia ver SANTOS, Soanne Cristina de Almeida. *Nacionalismo de esquerda: Frente de Mobilização Popular de Una (1963-1965)*. Santo Antônio de Jesus: dissertação de mestrado, UNEB, 2010.

<sup>218</sup> DREIFUSS, R. Armand. *1964: a conquista do estado...*, p. 247.

<sup>219</sup> NETO Lira. Castelo: *a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 201

todos os udenistas se posicionaram a favor da destituição do presidente da República. O governador de Sergipe, Seixas Dória, por exemplo, chegou a ter o mandato cassado por se posicionar contra o golpe militar.<sup>220</sup>

Em seu livro de memórias *O último tenente*, Juracy Magalhães chega a mencionar a sua participação no golpe de Estado, assumindo que se tornou um conspirador incisivo na derrubada de João Goulart, participando de atos com o intuito de organizar a deposição de Goulart e também operando pelo sigilo e pela segurança de Castelo Branco.

Fui em uma reunião na casa de Ademar de Queiróz onde estava Castelo Branco e muitos outros colegas de farda. Ali apresentei uma lista de onze oficiais da reserva e um da ativa – Ernesto Geisel – que pretendia aderir a conspiração. Castello tendo ao seu lado o general Cordeiro de Farias, levou os nomes e me perguntou se estava autorizado a usá-los para convencer alguns companheiros da ativa que estavam indecisos. Disse-lhe que sim, e a partir daquele momento todos consideramos nosso comandante em chefe. Quando as ordens começaram a ser despachadas, no dia 31 de março de 1964, eu me encontrava no Estado Maior do Exército organizando um grupo de oficiais armados para dar proteção a Castello Branco caso alguém tentasse prendê-lo naquelas horas.<sup>221</sup>

O ex-governador da Bahia afirma, em suas memórias, que, com o golpe consumado, participou da escolha do novo presidente.<sup>222</sup> Entretanto, recusou no início a fazer parte da equipe de gestão do governo.<sup>223</sup> Segundo Juracy Magalhães, após a recusa, apenas foi consultado por Castelo Branco, quando esse já tinha tomado posse, sobre a possibilidade da nomeação de Luís Viana Filho para a chefia da Casa Civil.<sup>224</sup>

Para René A. Dreifuss, contudo, o já então general Juracy Magalhães seria membro de duas entidades golpistas ligadas ao complexo do IPES/IBAD. A Ação Democrática Popular (ADEP) e a Associação dos Diplomados na Escola Superior de Guerra (ADESG). Segundo esse autor, os membros dessas entidades se tornaram os quadros dirigentes que nortearam as primeiras ações do governo golpista.<sup>225</sup>

Assim, o ex-governador da Bahia se desponta como um personagem atuante na composição do governo e nas articulações do regime de exceção desde os seus primeiros instantes. E o que teria impulsionado Juracy Magalhães em direção ao golpe, do ponto de vista interno, foi o avanço de setores progressistas no Governo João Goulart e, do ponto de

---

<sup>220</sup> A versão do udenista, governador de Sergipe, sobre a cassação do seu mandato é detalhado no livro de autoria do próprio político. DORIA, Seixas. *Eu, réu sem crime*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1980.

<sup>221</sup> MAGALHÃES, Juracy. *O último tenente...*, p. 313 – 314.

<sup>222</sup> MAGALHÃES, Juracy. *O último tenente...*, p. 317.

<sup>223</sup> MAGALHÃES, Juracy. *O último tenente...*, p. 323.

<sup>224</sup> MAGALHÃES, Juracy. *O último tenente...*, p. 324

<sup>225</sup> René A. Dreifuss. 1964: *A Conquista do Estado*...p. 437.

vista externo, foi a modificação de rumos na política externa norte-americana em relação ao governo trabalhista no Brasil, como foi abordado no capítulo anterior.

Alguns fatores levaram Juracy Magalhães à posição de destaque na conjuntura da crise política de 1964, no momento do pós-golpe de Estado. Entre eles, a capacidade que esse sujeito teve durante décadas de se despontar como um *intelectual orgânico*, chegando a ocupar a presidência do maior partido político conservador antipopulista, com elos no meio empresarial de uma burguesia internacionalizada.

É diante da defesa de setores do empresariado brasileiro ligados a empresas estrangeiras, fazendo a lógica do capital associado, que Juracy Magalhães vai se despontar no contexto da crise política do Brasil. Logo após o golpe, o político baiano elege uma bandeira de atuação atrelada aos conceitos de segurança nacional, desenvolvimento e interdependência, na qual essas pautas se resumiam em uma só, o anticomunismo.<sup>226</sup>

Se até a destituição de João Goulart o ex-tenente teve uma atuação para uma conspiração relacionada à situação interna do Brasil, com o sucesso dos golpistas na derrubada do presidente constitucional Juracy Magalhães vai ampliar sua forma de atuação, se envolvendo em questões relacionadas à América Latina. O correligionário da Bahia, Luiz Viana Filho, ministro da Casa Civil do primeiro governo golpista, menciona que uma das preocupações de Castelo Branco era com a conjuntura dos países vizinhos, principalmente com o Chile. Esse foi um dos motivos que levou o presidente a nomear Juracy Magalhães embaixador do Brasil nos EUA, já que a condição de Juracy Magalhães, enquanto general das Forças Armadas, levava vantagem entre os outros postulantes ao cargo.<sup>227</sup>

É perceptível que a atuação de Juracy Magalhães em questões relativas ao alinhamento aos EUA com a pauta do anticomunismo na parte latina do continente foi de forma intensa. Na documentação do CPDOC, é possível encontrar evidências de que Juracy Magalhães, durante sua passagem como embaixador do Brasil nos EUA, participou de uma articulação para a formação de um governo cubano no exílio, e que fosse em terras brasileiras.<sup>228</sup>

---

<sup>226</sup> Defendemos uma hipótese de que o anticomunismo, principalmente durante a Guerra Fria, foi a pauta política que Juracy Magalhães, em toda sua longa trajetória política, mostrando-se ainda mais evidente nos anos 1960. Entretanto, pelo fato de que essa temática vai muito além da relação Brasil/EUA, que é o que nos interessa neste trabalho, não abordaremos o assunto com maior profundidade. E Esperamos desenvolver, em outro momento, estudo sobre a relação entre Juracy Magalhães e o anticomunismo.

<sup>227</sup> FILHO VIANA, Luiz. *O governo Castelo Branco*. Tomo II..., p. 430.

<sup>228</sup> JM c emb 1964.06.24/4/Série: c – Correspondência, Subsérie: emb - Embaixada dos Estados Unidos/ Data de produção: 24/06/1964 a 28/12/1964.

Além disso, foi-lhe vantajosa a condição de uma trajetória longa na política, se adaptando, quando necessário, à figura de um líder democrático civil e ou à de general das Forças Armadas, dependendo das circunstâncias. Esse detalhe, de fato, lhe favorecia, já que possibilitaria a ação dos golpistas em preservar uma aparência de legalidade e normalidade no funcionamento das instituições no desdobramento do golpe de Estado.

Aliás, a pretensão de legitimidade foi uma das ações dos novos detentores do poder e uma das preocupações que surgiram, também, na diplomacia norte-americana, que participara da destituição de João Goulart da Presidência. Outra inquietação dos estadunidenses foi com a possibilidade de surgir um vácuo no poder, o que possibilitaria que uma pessoa indesejada se tornasse o presidente da República, coisa que eles não poderiam intervir. No entanto, como menciona Carlos Fico, essa possibilidade na verdade foi descartada nos momentos posteriores ao golpe, quando o general Costa e Silva se intitulou o “comandante supremo da “revolução””.<sup>229</sup>

Inicialmente, havia um cenário de incertezas, com diversos postulantes. Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, que deu todo o apoio logístico e operacional para que o golpe de Estado fosse concretizado, apresentava-se como um pretendente natural ao cargo.<sup>230</sup> Da mesma forma, planejava seu colega do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, ao se apresentar como o histórico e ferrenho opositor ao varguismo e ao trabalhismo, o que lhe garantia ter as credenciais necessárias para se tornar o chefe supremo do país. No meio militar, a figura de Costa e Silva, que logo nos primeiros instantes da destituição do presidente constitucional vai comandar os atos do golpe, tornara-se a referência para setores civis e principalmente para colegas de farda.

A disputa entre os postulantes ao cargo foi definida em 11 de abril de 1964, portanto dez dias após o golpe. Apesar do peso desses três principais pretendentes ao posto de chefe do executivo, o apoio externo pesou de forma desfavorável na escolha do primeiro presidente. Em um regime militar que começava a demonstrar sinais de institucionalização, foi relevante a liderança do general Humberto de Alencar Castelo Branco. E a escolha do general cearense, segundo Lira Neto, teve uma participação fundamental de Juracy Magalhães, que articulou um consenso com vários governadores sobre a candidatura de Castelo Branco para Presidente

---

<sup>229</sup> FICO, Carlos. *O Grande Irmão...*, p. 129.

<sup>230</sup> STORLING, Heloisa Maria Murgel. *Os Senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 267.

da República.<sup>231</sup> Isso teria sido facilitado pelo trânsito que tinha o general cearense, que participou da Segunda Guerra Mundial e tinha contatos nos Estados Unidos.

O primeiro o contato que Castelo Branco estabeleceu no meio militar estadunidense se deu através de sua participação na Segunda Guerra Mundial, chefiando expedições da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Além disso, durante toda a experiência democrática, o general manteve, de forma discreta, intensa participação nas crises políticas, posicionando-se ao lado da UDN nas tentativas golpistas, sem, no entanto, se expor.<sup>232</sup> Soma-se a isso o fato de setores udenistas observarem em Castelo Branco uma certa falta de pretensão ao poder, o que facilitaria na condução de uma eleição em futuro próximo, retirando-se da vida pública.

Esse cenário era o ideal para as pretensões do próprio Juracy Magalhães, e o mais aceitável para Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, já que todos eles viam no golpe, entre outros fatores, a possibilidade de chegarem à Presidência da República. E a sucessão a Castelo Branco poderia ser a estratégia mais viável para tais objetivos. Até mesmo uma ala do PSD via nessa alternativa o caminho mais possível para Juscelino Kubitschek voltar a ser o presidente da República nas eleições previstas para o ano seguinte, 1965. Segundo Lira Neto, essa possibilidade fez com que o ex-presidente Juscelino Kubitschek, de forma pública, viesse a manifestar seu apoio ao general cearense Castelo Branco.<sup>233</sup>

Desse modo, o episódio da eleição indireta do primeiro ditador contou com o apoio de líderes da UDN que não escondiam suas intenções de virem a ocupar o cargo supremo do País, pois esse apoio foi dado pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek e setores majoritários do PSD ao militar cearense em troca das garantias da manutenção da eleição. Essa conjuntura é abordada na obra do brasilianista John W. Dulles, que, apesar da histeria sobre o anticomunismo e da apologia que esse autor faz a Castelo Branco, é um livro relevante para o entendimento do contexto, na medida em que o autor consegue informações privilegiadas e tem acesso a uma documentação restrita sobre a primeira eleição indireta da ditadura.

A escolha de Castelo Branco também facilitaria o reconhecimento externo, tanto que, nos meios políticos dos EUA, a tarefa foi fácil. Em pouco tempo, o embaixador estadunidense conseguiu da Casa Branca telegrama felicitando os acontecimentos no Brasil e reconhecendo a nova configuração do poder em Brasília, como relata Flávio Tavares, de forma minuciosa,

---

<sup>231</sup> NETO, Lira. *Castelo: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 259 – 260.

<sup>232</sup> Sobre o referido posicionamento político de Castelo Branco ver o texto de Lira Neto “*Na boca do lobo*” In: NETO, Lira. *Castelo: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 246 – 258.

<sup>233</sup> NETO, Lira. *Castelo: a marcha para a ditadura...*, p. 263

em seu livro sobre o golpe de 1964.<sup>234</sup> Entretanto, situação um pouco diferente envolvia parte da sociedade estadunidense, que não se interessava em ver seu País interferir na situação interna de nações estrangeiras. Assim, o anticomunismo tornou-se uma das principais bandeiras para a aceitação da sociedade estadunidense, já que essa pauta é popular nos EUA.

Além disso, ficava outra questão a ser resolvida; o reconhecimento internacional em outros países. Aí surge uma contradição: se era uma intervenção democrática, teria que ser prevista dentro da Constituição de 1946. Se fosse assim, não precisava de reconhecimento do novo governo. Para além do esforço do corpo diplomático estadunidense de levar as autoridades do seu País a reconhecer o golpe de Estado, havia outras questões em jogo, tornando de grande relevância o reconhecimento por parte dos países vizinhos latino-americanos e dos países europeus na legitimação da intervenção armada que destituiu do poder um governo constitucional. Carlos Fico denomina esse contexto de *os anos de apoio incondicional* e menciona que:

Consumada a deposição de Goulart, os Estados Unidos passaram imediatamente a agir para que o afastamento do presidente brasileiro não fosse visto pela comunidade internacional como mais um rotineiro golpe militar latino-americano.<sup>235</sup>

É nesse momento que o empresariado, que foi fundamental para destituir João Goulart do poder, vai buscar meios de convencer a opinião pública internacional de que o golpe era democrático e necessária a intervenção nas instituições da República no Brasil. Para isso, contou com o apoio da diplomacia privada e estatal norte-americana, que já havia atuado nos bastidores do golpe, bem como encorajado os golpistas de forma clandestina para o sucesso da empreitada de derrubar o governo constitucional de João Goulart.

### **“O que é bom para os Estado Unidos é bom para o Brasil:” Juracy Magalhães e a retórica de que o golpe de estado era democrático**

A caracterização do golpe de Estado restou evidenciada por diversos fatos, tais como: tanques nas ruas em 31 de março e, principalmente, a partir de abril de 1964; declaração de vacância do cargo feita pelo Congresso Nacional, a despeito de o presidente constitucional João Goulart ainda estar em território brasileiro; cassações de mandatos de opositores sem processo legal; clima imposto de autoritarismo, que levou à prisão várias lideranças sindicais. Contrariando todas essas evidências, Juracy Magalhães foi um dos defensores de que o golpe era democrático, bem como um dos propagadores de tais posições fora do País.

---

<sup>234</sup> TAVARES, Flávio. *1964 o golpe...*, p. 189 – 234.

<sup>235</sup> FICO, Carlos. *O Grande Irmão...*, p. 127.

Foi nesse contexto que, para René Armand Dreifuss, a deposição do presidente João Goulart transformou o poder estatal direto na mais alta expressão do poder econômico da burguesia de capital financeiro-industrial multinacional e associado. Ao mesmo tempo, um grupo de tecnocratas ligados ao IPES passou a ter o controle do aparelho do Estado brasileiro. No pós-golpe de Estado, é criado de imediato o Serviço Nacional de Informação (SNI), ligado às Forças Armadas. Essa entidade, juntamente com o IPES, fará parte da montagem das diretrizes da política nacional e também da política externa do Brasil.

René Dreifuss destaca o modo como uma elite orgânica ligada a entidades golpistas vai ocupar os postos-chaves da administração da máquina pública desde os primeiros momentos de consumação da ruptura democrática. Pertencente a esse grupo, Juracy Magalhães, que, segundo o historiador uruguaio, era um membro ativo de várias entidades ligadas às conspirações golpistas, foi um participante ativo nesse processo. Nesse momento, o ex-governador da Bahia e então general das Forças Armadas tornou-se uma expressão política e um intelectual orgânico desse projeto, algo que havia acontecido com muitos outros que estiveram vinculados ao complexo IPES/IBAD. Como já foi mencionado, o longo posicionamento em defesa do alinhamento político e militar aos EUA terminaria por credenciar o ex-governador da Bahia a ser uma figura importante nas mudanças de rumos da política externa brasileira.

Como menciona Amado Luiz Cervo, a diretriz da política externa de Castelo Branco tinha na essência um posicionamento ideológico, tendo como objetivo colocar o Brasil à frente das articulações dos interesses econômicos e geopolíticos nos organismos multilaterais que envolvessem a América Latina dentro de um conceito de *Segurança Coletiva*.<sup>236</sup> Assim, os “americanistas” do governo Castelo Branco, dentre os quais se incluía Juracy Magalhães, pretendiam, segundo Armando Luiz Cervo, eliminar atritos com as potências econômicas do bloco ocidental para viabilizar a associação de capitais, harmonia e afinidade política a serviço da bipolaridade mediante segurança coletiva e os mesmos vínculos econômicos.<sup>237</sup> Dessa forma:

As iniciativas correspondiam à contribuição do Brasil para o fortalecimento do bloco ocidental, sob a hegemonia norte-americana, e supunham recolher, em contrapartida da parte dos Estados Unidos, grandes incrementos nos fluxos de capitais e tecnologias, aberturas de seu mercado a produtos brasileiros, inclusive

---

<sup>236</sup> CERVO, Armando Luiz. BUENO Clodoaldo. *História da Política exterior do Brasil*. 4ª edição, Brasília: UNB, 014. p. 399.

<sup>237</sup> CERVO, Armando Luiz. BUENO Clodoaldo. *História da Política exterior do Brasil...*, p. 401.

industrializados, e ampliação da “reserva” do mercado latino-americano às filiais brasileiras das empresas estrangeiras.<sup>238</sup>

Com isso, grandes capitalistas, para buscarem uma pretensão de aparente legitimidade no pós-intervenção militar, participaram ativamente da campanha para reconhecimento do golpe de Estado. Assim, parte da burguesia brasileira, que tinha vínculo com o capital associado dos EUA, passa a agir para convencer a opinião pública estadunidense a aceitar o golpe de Estado como forma alternativa dentro da política de contenção que fazia parte da diplomacia norte-americana, tanto a pública quanto a privada.

Dessa forma, logo em momentos posteriores ao golpe de Estado, empresários dos dois países se articularam, formando um aparelho privado do Estado para conseguir a produção de um consenso, buscando a consolidação de um futuro regime que lhes assegurasse seus interesses sem riscos.

Foi nessa perspectiva que Carlos Lacerda foi enviado em missão especial para a Europa e EUA, com objetivos distintos, mas que se interligam: o primeiro, relativo a questões internas. Os golpistas queriam ser moderados na configuração do golpe de Estado e achavam importante afastar o governador da Guanabara, com suas posições mais extremadas, dos primeiros atos do regime. Da mesma forma, Carlos Lacerda poderia ser útil na propagação do novo regime, visando uma melhoria na imagem do governo no exterior. Sobre esse fato, Juracy Magalhães destacou em suas memórias:

Julgando conveniente afastar Carlos Lacerda do país, a fim de evitar que seu temperamento inquieto e suas posições extremadas não criassem problema e ao próprio governo, amigos seus, entre os quais Castelo Branco, conceberam a ideia de incumbi-lo em visitar vários países, com todo o apoio oficial para explicar a revolução e compor uma boa imagem do novo governo.<sup>239</sup>

Entretanto, não foi somente o político carioca que esteve diante de tal incumbência. Segundo Larissa Rosa Correa, uma comissão foi criada para explicar o golpe de Estado aos norte-americanos:

Logo após o golpe de Estado, um grupo de empresários brasileiros, compostos por José Luiz Bulhões Pereira, Paulo Reis de Magalhães, Luiz Villares, João Reginaldo Cotrim, Paulo Aires Filho e Israel Klabim, acompanhados do diretor do IPES, Aroldo Cecil Poland, partiu para os Estados Unidos a fim de contatar investidores e autoridades norte-americanas. Poland e as autoridades brasileiras também se encarregaram em conceder uma série de entrevistas à imprensa norte-americana com o intuito de melhor explicar a “Revolução” e desfazer o que eles interpretavam

---

<sup>238</sup> CERVO, Armando Luiz. BUENO Clodoaldo. *História da Política exterior do Brasil....p. 401.*

<sup>239</sup> Minhas memórias provisórias...,p. 177.

como falsa impressão de que os militares teriam tomado o poder imprudentemente.<sup>240</sup>

Nesse contexto, vale ressaltar o papel desenvolvido pelo histórico correligionário de Juracy Magalhães na Bahia, Clemente Mariani. Esse empresário, intelectual, político e banqueiro tornava-se o perfil mais adequado para tal empreitada. Udenista, aliado do ex-tenente desde os anos trinta, torna-se mais um dos fiéis ao projeto desenvolvido por essa *internacional capitalista* de frações da classe dominante que busca se configurar como hegemônica no contexto histórico da crise institucional na política brasileira.<sup>241</sup> Contudo, Clemente Mariani ainda faz mais, pois, sendo um dos principais defensores da intervenção militar vitoriosa em março/abril de 1964, movimenta-se ao buscar contatos com vários executivos dos EUA, com o intento de fornecer maiores informações sobre o golpe, justificando a intervenção armada como a única saída possível.

Em mensagem enviada para ser publicada no jornal *O Globo*, o banqueiro baiano, que se encontrava em Boston no momento do golpe, comenta o projeto inicial do novo governo. Esclarece sobre a reação à ruptura democrática em alguns centros estadunidenses, mencionando que, em um primeiro momento, a sociedade logo associou o ocorrido no Brasil a mais um golpe militar clássico na América Latina. Segundo Clemente Mariani:

O evento foi acompanhado de grande interesse nos Estados Unidos, no primeiro momento criou uma impressão de golpe na opinião pública menos avisada a impressão de um golpe reacionário, no estilo latino-americano contra um governo que pretendia levar a cabo reformas no sentido democrático.<sup>242</sup>

Entretanto, para o banqueiro baiano, as agências de telégrafos e os comentários locais passaram a configurar o movimento como reação nacional.

Esse também era o espírito dominante nos meios financeiros de Nova York e S. Francisco onde tive a oportunidade de fazer os maiores contatos e se mostraram muitos confiantes na próxima normalização dos negócios e investimentos no Brasil.<sup>243</sup>

Segundo Clemente Mariani, o nome do general Castelo Branco foi muito focalizado ante as circunstâncias de ter servido à guerra europeia, o que, em se tratando de militares, tem para a opinião pública estadunidense grande significado.

---

<sup>240</sup> CORRÊA, Rosa Larissa. *Disseram que voltei americanizado: relações sindicais Brasil-Estados Unidos na Ditadura Militar*. Campinas: Unicamp, 2017. p. 105

<sup>241</sup> O conceito de Internacional Capitalista foi desenvolvido por René A. Dreifuss para construir uma análise sobre as ações dos grandes capitalistas transnacionais. DREIFUSS, A. René. *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918 – 1986*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

<sup>242</sup> CMA pi Mariani, C. 1964.05.13/Série: pi - Produção intelectual/Data de produção: 13/05/1964.

<sup>243</sup> CMA pi Mariani, C. 1964.05.13/Série: pi - Produção intelectual/Data de produção: 13/05/1964.

A afirmação do banqueiro da Bahia é ilustrativa sobre a participação de um grupo de capital associado deste Estado nas ações golpistas. Se Clemente Mariani era um dos agentes desses grandes financistas internacionalizados, Juracy Magalhães tornava-se um *intelectual orgânico* da burguesia para buscar o consentimento da sociedade civil no sentido de considerar que o golpe era uma ação necessária.<sup>244</sup>

Dessa forma, consumado o golpe de Estado, entre as ações revogadas de forma imediata pelo governo deposto encontram-se as diretrizes da política externa. Era necessário mudar os rumos. Os novos ocupantes do poder teriam pela frente uma espécie de gratidão pelo apoio incondicional dos EUA no sucesso da desestabilização do governo João Goulart, o que culminou com o golpe de Estado. Assim, Castelo Branco, em discurso no Ministério das Relações Exteriores em 31 de julho de 1964, traça as diretrizes da diplomacia da ditadura:

Em relação aos Estados Unidos da América a política externa brasileira removeu, antes de tudo, a irreconhecível de nossas posições ambíguas e, ao mesmo tempo postulante. Temos a convicção de que o Brasil e a grande nação latino-americana cruzam seus interesses econômicos e comerciais no plano de uma digna política de amizade recíproca. As características da atual situação atual do Brasil coincidem com os anseios de paz no Continente e, também, com os fundamentos de segurança coletiva, tão de responsabilidade dos Estados Unidos.<sup>245</sup>

Assim, na política externa, esse fato marca o rompimento da Diplomacia com a Política Externa Independente (PEI), tornando-se uma política voltada pela orientação da Escola Superior de Guerra (ESG), na qual os conceitos de Segurança Nacional e Desenvolvimento passam a nortear o escopo teórico da chancelaria do Itamaraty.<sup>246</sup> Juracy Magalhães torna-se, nesse sentido, um personagem estratégico para fazer parte na condução dessa nova diretriz da política externa brasileira. Segundo Luiz Viana Filho, o ex-tenente passou a ser o favorito para ocupar a embaixada do Brasil nos EUA quando Castelo Branco respondeu uma pergunta do jornalista do *Time-Life*. Para o general-presidente, Juracy Magalhães estava em condições de bem interpretar a atual política brasileira, responder quaisquer indagações e bem conduzir as negociações no campo econômico-financeiro.<sup>247</sup>

Entretanto, Caio Prado Júnior, ao fazer, na conjuntura após o golpe de 1964, um balanço crítico sobre posições das esquerdas, principalmente do PCB, chama a atenção para o

---

<sup>244</sup> Sobre o conceito de *intelectual orgânico*, ver: GRAMSCI. Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 2. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 15.

<sup>245</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *A política externa da revolução brasileira*. Brasília: Departamento de imprensa nacional, seção de publicações, 1966.

<sup>246</sup> Segundo Clodoaldo Bueno, a Política Externa Independente (PEI) foi a designação pela qual ficou conhecida a política exterior brasileira de 31 de janeiro de 1961 (posse de Jânio Quadros) a 31 de março de 1964 (advento do regime militar). CERVO, Amado Luiz. BUENO Clodoaldo. *A política exterior do Brasil...*, p. 331.

<sup>247</sup> FILHO, Luiz Viana. *O governo Castelo Branco*. Volume I..., p. 74

papel do imperialismo ianque na América Latina, em especial no Brasil. Esse autor posicionou sua abordagem diferenciando o papel do governo e seu conjunto diplomático do das empresas e corporações financeiras norte-americanas nas ações imperialistas, distinguindo esse conjunto de elementos da sociedade estadunidense, que não necessariamente era a favor das posições desse conglomerado capitalista que interferia em decisões internas de governos estrangeiros.

Preliminarmente, é preciso bem situar a questão. O que está em jogo, note-se bem, não são os Estados Unidos, a nação norte-americana, e sim a situação política neles dominante. O governo e suma. Governo esse que, sem dúvida conta, naquele que respeito ao assunto em foco, um largo e larguíssimo apoio da opinião pública do país. Trata-se, contudo, veja-se bem, de apoio à política de defesa contra uma alegada “agressão comunista.”<sup>248</sup>

Assim, a situação do empresariado ianque era convergente com o interesse do governo do País. Entretanto, parte da opinião pública, motivada por outras razões, não se empolgava com a participação dos EUA em golpes de Estado na América Latina, em especial no Brasil. Dessa forma, a histeria da agressão comunista tornou-se um elo que poderia fazer com que a sociedade estadunidense apoiasse a participação do governo do EUA na ditadura no Brasil.

Foi nesse contexto que Juracy Magalhães, quando passou a ser embaixador em Washington e durante esse período, fez várias palestras para a sociedade estadunidense sobre o golpe de Estado. Numa conferência para os diretores de empresas na Escola de Altos Estudos Internacionais da Universidade Johns Hopkins, o diplomata brasileiro apresentou as diretrizes do governo denominado por ele de Governo Revolucionário. Segundo Juracy Magalhães, em discurso realizado em julho de 1964, o governo Castelo Branco já tinha mostrado os rumos da política internacional. Para o diplomata do Brasil nos EUA, a nova configuração da política internacional:

Deixava de lado a política “a doutrina de política ambígua” cuja distorção ficou conhecida como política exterior independente para atender uma por sua formação cultural, por sua situação geográfica e, sobretudo, pela vocação democrática de seu povo.<sup>249</sup>

Segundo o palestrante, desfeitos dessa forma pelo “Governo Revolucionário” os mal-entendidos que existiam sobre as relações entre os dois países, agora “estava aberto o caminho para uma nova era de cooperação entre os nossos dois países, no nível alto de entendimento,

---

<sup>248</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira; A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 197.

<sup>249</sup> MAGALHÃES, Juracy. *Minha Experiência diplomática...*, p. 131.

aperfeiçoamento pela boa vontade, e da amizade sincera, consolidada pelo respeito recíproco”.<sup>250</sup>

Na palestra, Juracy Magalhães ainda cita os tratados antigos feitos pelos dois países sobre entendimentos diplomáticos. Agradeceu a compreensão do presidente Johnson sobre os acontecimentos de 1964, mencionando sua importância para a História do Brasil. O diplomata assegurou ao empresariado daquele País que o novo governo fez uma reorganização do sistema financeiro, algo que, segundo o diplomata, vinha repercutindo nos centros financeiros mundiais.

Na conferência, o político brasileiro convida o empresariado dos EUA a investir no Brasil, já que, segundo diz, o País precisa de meios para a criação de mais riquezas e mais empregos. Ressalta o diplomata que o Brasil pode oferecer aos norte-americanos uma gama de oportunidades em uma terra nova.

Para convencer os investidores estadunidenses, a questão do reconhecimento do novo governo brasileiro não era a única. Informar sobre o desmonte da atividade sindical e a desarticulação dos trabalhadores era também fundamental para os objetivos de Juracy Magalhães. Ao mencionar o ex-tenente, René Dreifuss informa que Juracy Magalhães fazia parte de articulações políticas dentro da Ação Democrática Popular (ADP), atuando nos movimentos populares e sindicais, com objetivos de cooptar eleitores para votarem nos políticos de direita. Para o historiador uruguaio, ainda antes do golpe de 1964, a ADP era lidada ao complexo IPES/IBAD.

Ao lado desse fato, Dreifuss se refere aos membros dessas entidades golpistas que nortearam o direcionamento da política interna e externa do Brasil após o golpe. Partindo-se do que diz o autor, é possível afirmar que Juracy Magalhães, já como embaixador nos EUA, tentou concretizar esses objetivos, que representam uma iniciativa em face da qual não havia obtido êxito em um governo constitucional e democrático. Sobre o assunto, Dreifuss aponta que o chanceler brasileiro vai participar de articulações com Igrejas para reorganizar o movimento sindical.<sup>251</sup>

---

<sup>250</sup> MAGALHÃES, Juracy. *Minha Experiência Diplomática...*, p. 131.

<sup>251</sup> O Chanceler brasileiro vai participar de articulações com Igrejas para reorganizar o movimento sindical. No acervo do CPDOC, existe vasta correspondência entre Juracy Magalhães e membros do Movimento de Rearmamento Moral, relacionada com diversas atividades empreendidas pela organização nos EUA e na América Latina e infiltrando nas organizações dos trabalhadores, com objetivo de fazer o direcionamento das atividades sindicais a partir de lideranças cooptadas. Correspondências/Embaixada dos Estados Unidos. JM c emb 1964.06.12.

Desta forma, após o desmonte inicial, Juracy Magalhães vai articular a reformulação das organizações sindicais brasileiras, durante a sua estadia nos Estados Unidos como embaixador, e atrelando-as às formas de fazer sindical nos EUA, como já analisado por Larissa Correa. Segundo essa autora, uma das formas encontradas pelos empresários foi o projeto de participação dos empregados nos lucros das empresas. Para Larissa Correa:

Esperava-se que a participação nos lucros fosse criada uma nova mentalidade sobre a relação capital-trabalho, provocando uma maior e melhor atuação dos trabalhadores na vida da empresa. Com isso, os sindicatos teriam condições de lutar pela autonomia sindical e fazer oposição aos dirigentes comunistas.<sup>252</sup>

A ação de Juracy Magalhães, em relação à intervenção na organização dos trabalhadores em sindicatos, é divulgada na imprensa brasileira. O jornal O Estado de São Paulo, em edição de 04 de setembro de 1964, aborda uma reunião entre o embaixador brasileiro e o Instituto Americano para o Sindicalismo Livre.<sup>253</sup> Na reunião, o diplomata apresenta as atitudes tomadas pelo governo golpista para conter os sindicalistas que, segundo ele, queriam desviar os sindicatos dos seus verdadeiros objetivos.<sup>254</sup>

Na Conferência de Assuntos Latino-Americanos da Universidade de Colúmbia, em 11 de maio de 1965, Juracy Magalhães justificou não ter sido fácil explicar o que foi a “Revolução” no Brasil do ano que passou. Porém, acreditava ele ter tido sucesso em grande parte das explicações. Argumentou as condições econômicas, sociais e políticas em que vivia o povo brasileiro na conjuntura do ocorrido em 1964. Segundo o embaixador, “Castelo Branco deixou clara sua intenção de preservar e respeitar as convicções democráticas do povo brasileiro e de promover o bem, assim como a integração nacional”.<sup>255</sup>

A propósito do assunto, a revista norte-americana *Seleções*, que publicou um editorial com os mesmos objetivos da ação de Juracy Magalhães, busca construir um consentimento positivo sobre o golpe de Estado. Segundo Vasco Leitão da Cunha, os responsáveis pelas relações exteriores do Brasil na época chegaram a fazer um livro verde para explicar a

---

<sup>252</sup> CORREA, Larissa. *Disseram que voltei americanizado...*, p 115.

<sup>253</sup> Segundo Marcelo Badaró Mattos, “Assim, tão logo o golpe consolidou-se, o governo militar ordenou a intervenção em 433 entidades sindicais (383 sindicatos, 45 federações e 4 confederações). A cassação de direitos políticos e a instauração de inquéritos policiais militares contra os principais dirigentes sindicais cassados criaram, para os que conseguiam escapar a prisão imediata, a alternativa da clandestinidade ou do exílio.” MATTOS Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicato no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 101

<sup>254</sup> ESTADO DE S. PAULO: PÁGINAS DA EDIÇÃO DE 04 DE SETEMBRO DE 1964 - PAG. 36 [O Estado de S. Paulo - Acervo Estadão \(estadao.com.br\)](http://estadao.com.br) . Acesso em 21/03/2001.

<sup>255</sup> MAGALHÃES, Juracy. *Minha Experiência Diplomática...*, p. 139 - 140

“revolução.”<sup>256</sup> A revista *Reader's Digest*, traduzida para o Brasil com o nome de *Seleções*, publicou parte desses argumentos na edição de novembro de 1964, em um editorial sobre o golpe de Estado no Brasil.

Com o título *A nação que salvou a si mesmo*, o editorial trazia as posições da política castelista. No contexto interno, *Seleções* apresenta a possibilidade de o novo governo combater os radicais de esquerda e a extrema-direita e salvar as instituições. No contexto externo, o governo de Castelo Branco é visto como querendo reivindicar para si uma pretensão de legitimidade e ter o apoio internacional. Entretanto, dois fatores são predominantes na matéria da revista. O anticomunismo e a articulação do empresariado na concretização do golpe.<sup>257</sup>

Essa movimentação já vinha sendo feita por Juracy Magalhães e Clemente Mariani desde momentos posteriores ao golpe. Em resposta a correspondência epistolar datada de 13 de julho de 1964, logo após assumir a embaixada nos EUA, Juracy Magalhães menciona que conseguiu empréstimo no valor U\$\$ 3 milhões em financiamento das nossas exportações de bens de capital com a promessa de estender esse financiamento aos produtos destinados ao mercado interno. Além disso, o novo embaixador destaca os objetivos a conseguir perante a sociedade estadunidense, que, segundo ele, tinha dificuldade em compreender nossos problemas. Reconhece que era trabalho árduo, mas que paga dividendos e o sucesso dependerá das nossas justezas governamentais destinadas ao equilíbrio financeiro, ao desenvolvimento econômico e ao progresso político e social do Brasil.<sup>258</sup>

Na contramão das posições defendidas por Juracy Magalhães e Clemente Mariani, existe uma considerável bibliografia sobre a participação dos EUA no Golpe de 1964 no Brasil. Parte dessa bibliografia evidencia o anacronismo existente na política externa castelista ao reivindicar um alinhamento automático aos EUA como forma de obter benefícios para o Brasil:

O golpe militar de 1964 conclui uma etapa de luta por uma política externa independente, inaugurando a política de interdependência política e de superação de fronteiras físicas em favor das fronteiras ideológicas; a *grosso modo*, um retorno às teses de uma guerra inevitável, que fora o leit-motiv do governo Dutra. O internacionalismo canhestro e de uma face dessa posição torna a subordinar os

---

<sup>256</sup>256 CUNHA, Vasco Leitão. *Diplomacia em alto-mar. Depoimentos ao CPDOC*. 2ª edição, Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 272.

<sup>257</sup> HALI W. Clarence. *A nação que salvou a si mesmo*. In: *Seleções do Reader's Digest*. Novembro, 1964.

<sup>258</sup> Correspondência Geral\CMa cg 1951.07.20.

interesses especificamente brasileiros aos interesses dos EUA., mutilando e deformando o sentimento nacional.<sup>259</sup>

Esse argumento, publicado na década de 1980, é reforçado pelas teses bem mais recentes de Carlos Fico e Amado Luiz Cervo. Para esses autores, a reivindicação de uma participação maior do Brasil no continente foi o que levou parte da classe dominante brasileira a defender um alinhamento político, econômico e ideológico aos EUA durante o período da Guerra Fria, reivindicação essa que teve origem na participação do Brasil com os aliados na Segunda Guerra Mundial. Essa tese, entretanto, deixou de levar em consideração que os EUA tinham mudado sua rota de interesse. A recuperação da Europa devastada pela guerra é que se tornava o motivo principal dos interesses econômicos e políticos do governo estadunidense à época.

Mais tarde, o contexto interno da ditadura mudou os rumos. A possibilidade de associar um possível liberalismo econômico a um liberalismo político estava ficando cada vez mais inviável. As derrotas em alguns Estados nas eleições de 1965 e o crescimento dos “linhas duras” fizeram com que o governo Castelo Branco acentuasse os seus problemas dentro do país. As cassações de mandatos começavam a atingir apoiadores do golpe e da ditadura, como é o caso do ex-presidente Juscelino Kubitschek e de Celso Furtado, um intelectual respeitado nos EUA e na Europa.

Com isso, a política dos generais foi tomando, de forma aberta e clara, sua feição autoritária que tentavam esconder e dessa forma, trazendo constrangimento para algumas figuras que tentavam se posicionar mostrando que estavam atuando do lado do campo democrático e ao mesmo tempo defender o governo golpista.

Entretanto, estava clara a instauração de um regime de exceção, que não conseguia esconder sua face obscura e autoritária. Contraditoriamente, o Congresso Nacional ainda encontra, neste momento, forças para questionar e marcar posições contra ações do Executivo, posicionando-se contra a possibilidade de levar tropas para a Guerra do Vietnã e freando a ação equivocada contra o Paraguai no episódio Sete Quedas. Entretanto, não teve ou não quis intervir na decisão do governo Castelo Branco de apoiar a intervenção na República Dominicana.

---

<sup>259</sup> ODÁLIA, Nilo. *O Brasil nas relações internacionais 1945 a 1964*. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. 19ª edição, Rio de Janeiro: Bertand do Brasil, 1990. p. 367.

## Juracy Magalhães e o Brasil como potência média e liderança regional

Um dos fundamentos da formulação da política externa de Castelo Branco era a reivindicação do Brasil como liderança regional dentro do bloco ocidental. Assim, se por um lado o Brasil tornava-se subordinado aos EUA e a sua política externa, por outro, compensava-se a dependência com uma subliderança continental, em especial junto aos países que faziam fronteiras com o Brasil, além do Chile e do Equador e de toda a América Central.

Dessa forma, para Castelo Branco e sua equipe que comandava as Relações Exteriores nos primeiros anos da ditadura, fugia das formulações dessa política externa participar do conflito bélico longínquo contra os vietnamitas. Além disso, a opinião pública e a provável resistência do meio político não evitou que Castelo Branco fizesse uma tentativa em dar apoio mais incisivo aos EUA na Guerra do Vietnã. Entretanto, como aborda Carlos Fico, era desejo do general-presidente enviar tropas, mas, sem o consentimento do Congresso, terminou por não fazê-lo. Porém, como afirma esse autor, além de ajuda humanitária e envio de medicamentos, “o Brasil acabou enviando um embaixador e seis jornalistas influentes e pró-ocidentais, selecionados por Juracy Magalhães, para fazerem reportagens favoráveis”.<sup>260</sup>

Não foi a mesma posição em relação ao caso da República Dominicana, no qual o Brasil participou ativamente nas ações da intervenção ianque. O líder do governo, o udenista e senador pelo Rio Grande do Sul Daniel Krieger, em suas memórias, menciona o assunto assumindo que as discussões no Congresso foram fervorosas após a tomada de posição da delegação brasileira e da ação dos fuzileiros ianques. Entretanto, o envio de tropas para combater ao lado dos EUA na República Dominicana foi consumado através do Decreto Presidencial nº 38, promulgado em 20 de maio de 1965. Daniel Krieger reconhece que “a ação conjunta dos Estados Americanos evitou o surgimento de uma nova Cuba”.<sup>261</sup>

O historiador estadunidense e brasilianista John W. F. Dulles, ao abordar o assunto, menciona que Juracy Magalhães foi um entusiasta e participou intensivamente para o envio de tropas brasileiras para a República Dominicana:

A presença simultânea em Washington de três ministros brasileiros escreveu Juraci Magalhães para Castelo, em abril de 1965, causou inveja em outros países sul-americanos, mas comprovou o imenso prestígio de nosso governo aqui. Todos os três tiveram completo êxito em seus contatos. O governo dos Estados Unidos aplaude o trabalho construtivo que o senhor realiza.<sup>262</sup>

---

<sup>260</sup> FICO, Carlos. *O grande irmão...*, p. 155.

<sup>261</sup> KRIEGER Daniel. *Desde as missões...saudades, lutas, esperanças*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. p. 194.

<sup>262</sup> DULLES, John W. F. *Castelo Branco. O presidente reformador*. Brasília: UNB, 1983. p. 105.

A versão apresentada por Juracy Magalhães constituía uma mudança de rota das estratégias estadunidenses diante do conflito na República Dominicana. Os EUA inovaram na condução da sua ação imperialista nesse País. Normalmente, a atuação padrão era o envio de ajuda financeira a aliados ou envio de missões encobertas. No entanto, na República Dominicana, a estratégia mudou. A atuação foi de forma direta. Para isso, foi utilizada como tática a ação conjunta com outros países, justificando a legalidade pelo consentimento da OEA, para dar uma roupagem de legitimidade ao envio de tropas ao pequeno país da América Central. Como afirma Bruno Pessoa Villela, em estudo sobre esse conflito:

O episódio da intervenção na República Dominicana, em 1965, representou uma “ruptura” no padrão adotado pelos Estados Unidos, baseado na atuação de operações secretas ou de desestabilização, pois retomou os padrões anteriores de intervenção direta ao enviar cerca de 20.000 soldados à República Dominicana para trazer a ordem a um país dominado pela guerra civil. O que separa a intervenção Dominicana de 1965 das incursões tradicionais norte-americanas foi à opção da administração Johnson de fazer um esforço para dar forma a uma força multilateral de paz. Sob os auspícios da Organização dos Estados Americanos, os Estados Unidos conduziram à Força Interamericana de Paz (FIP).<sup>263</sup>

Dessa forma, a ação bélica, com o envio de tropas de forma pública para o combate, como aconteceu com a República Dominicana, foi um ponto fora da curva da atuação imperialista na América Latina entre as décadas de 1950 a 1960 e constitui, portanto, uma exceção. Principalmente após a Revolução Cubana, a estratégia do império estadunidense ancorava-se em outras formas mais encobertas de atuação. E a intervenção na República Dominicana foi muito além da intervenção bélica. Em *A Internacional Capitalista*, René Dreifuss destaca as táticas e as estratégias de uma diplomacia privada de uma *elite orgânica* do empresariado que, com o apoio do governo norte-americano, desenvolveu vários programas e organismos na América Latina visando o controle financeiro, político e ideológico de todo o Continente. Entre esses organismos, estava o *Council*, uma espécie de conselho privado entre as empresas com fins de organização e propagação ideológica. Para René Dreifuss:

O *Council* aproveitava também os canais de disseminação do governo dos Estados Unidos, tais como a *United States Information Agency* (USIA), que contribuía por sua própria iniciativa, na área de produção de filmes, na orientação de programação de *public affairs* para associação empresariais da América Latina, na cobertura de notícias – destacando a contribuição social do empresariado multinacional na

---

<sup>263</sup> VILLELA, Bruno Pessoa. *O Brasil e a República Dominicana: A participação do Brasil no governo do Marechal Presidente Castello Branco, 1965/ 1966*. Niterói: Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFF, 2007. p. 71 – 72.

América Latina e na criação de espaço no rádio e na televisão, onde os executivos colocavam suas mensagens ao grande público.<sup>264</sup>

E a República Dominicana não ficou de fora dessas ações. Segundo René Dreifuss, nesse país foi estimulada a criação da *Fundación de Desarrollo Dominicana*, com o intuito de construir um esforço conjunto do empresariado local e da *Pan American Development Foundation*,<sup>265</sup> instituição essa congênere do *Council*, entre outras. Tomando as frases de Antônio Pedro Tota, mencionada no primeiro capítulo, “é o anticomunismo como negócio.”

René Dreifuss afirma que outro empreendimento notável do *Council* ocorreu no Brasil no início da década de 1960, mais precisamente em São Paulo, onde cerca de 50 empresas privadas criaram a Fundação de Ação Social para apoiar grupos considerados “democráticos” em entidades como sindicatos e igrejas.<sup>266</sup> O autor ressalta que outra ação do *Council* era:

Distribuir dezenas de milhares de artigos, panfletos, monografias e informes para seus associados nos Estados Unidos, para as Câmaras de Comércio norte-americanas e para suas empresas elites orgânicas congêneres do hemisfério sul. Era uma forma de mantê-las informadas a respeito de eventos e posições, além de normatizar atitudes a serem assumidas e de multiplicá-las com argumentos e informações detalhadas, para que participassem da batalha propagandista em prol da empresa estrangeira e do sistema capitalista.<sup>267</sup>

Assim, Juracy Magalhães, em 26 de junho de 1964, nas vésperas de ser nomeado embaixador do Brasil em Washington, em um almoço oferecido pela Câmara de Comércio norte-americana em São Paulo, quando estava de partida para os EUA, mostrou-se afinado propagador de tais ideais ao proferir a famosa frase para os jornalistas ali presentes: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. Era o *Council* fazendo efeito nas *elites orgânicas* brasileiras.

É evidente que essa *elite orgânica* que ocupou os principais espaços de poder do Estado brasileiro após o golpe de 1964, da qual Juracy Magalhães fazia parte, era defensora de uma subordinação aos EUA e buscava para o Brasil uma posição de subprotagonista na América Latina. Foi nesse clima que os norteadores da nova política externa se envolveram em episódios com outros países vizinhos, utilizando-se dos mesmos mecanismos do imperialismo ianque para defender os interesses econômicos da burguesia brasileira ligada ao capital associado aos EUA.

Um caso que ilustra isso é o retorno à discussão sobre o episódio do gás boliviano. Se em um período de experiência democrática, em 1958, uma CPI consegue barrar as pretensões

---

<sup>264</sup> DREIFUSS René. *A internacional Capitalista...*, p. 173-174.

<sup>265</sup> DREIFUSS René. *A Internacional Capitalista...*, p. 181.

<sup>266</sup> DREIFUSS René. *A Internacional Capitalista...*, p. 181.

<sup>267</sup> DREIFUSS René. *A Internacional Capitalista...*, p. 186.

desses capitalistas, o cenário de uma ditadura era o ideal para retornar ao projeto, afinal o movimento estudantil, os sindicatos, a imprensa e o parlamento, que formavam os vetores da formulação de uma opinião pública que conteve tal projeto, tornaram-se instituições que se encontravam na defensiva, sendo esfaceladas pelo regime autoritário. Diante disso, Juracy Magalhães e Roberto Campos voltam à investida no gás boliviano. Nas suas memórias, Roberto Campos dá sua versão sobre o episódio:

As prospecções sobre o gás da Bolívia teriam que ser mais desenvolvidas para assegurar de suprimento pelo prazo de amortização do gasoduto. Mas as companhias envolvidas, notadamente a Gulf Oil Corporation e Shell, entendiam que sem a aprovação, em princípio, de um projeto que garantisse ao acesso ao mercado brasileiro não havia incentivos para maiores prospecções. A ressurreição do projeto do gás boliviano fazia parte de um grande desenho geopolítico cuja importância Castelo Branco percebeu imediatamente.<sup>268</sup>

Os norteadores desse projeto, entre eles Roberto Campos, argumentavam que o plano abria um mercado cativo para a indústria paulista. E a empreitada consistia em montar um conglomerado multinacional para exploração do gás boliviano. A pedido de Castelo Branco, segundo o autor de *A lanterna da Popa*, foi criado um grupo de trabalho para examinar o assunto. Além disso:

O chanceler Juracy Magalhães chegou a sondar o governo do Paraguai e Uruguai sobre o seu eventual interesse nessa experiência de sua industrialização regional, com reações inicialmente favoráveis.<sup>269</sup>

Entretanto, como reconhece o próprio Roberto Campos, as objeções feitas por Arthur da Costa e Silva, presidente do Conselho de Segurança Nacional, e a preocupação de Ernesto Geisel de que o projeto pudesse comprometer o mecanismo decisório na Petrobras, além das irrupções do nacionalismo boliviano, fizeram com que o projeto da exploração do gás da Bolívia não fosse à frente como queria Castelo Branco e os seus assessores da política externa.

Juracy Magalhães voltou aos assuntos externos do Brasil ainda no governo Castelo Branco, em janeiro de 1966, assumindo o Ministério das Relações Exteriores e fazendo a defesa das mesmas posições sobre a política exterior: alinhamento subordinado e automático aos EUA e a defesa do Brasil como potência média. Nesse caso, reivindicando para si a liderança política entre os vizinhos no plano de ocidentalização do Continente.

Foi nesse momento que o Brasil se envolveu de forma precipitada na demarcação de fronteiras com o Paraguai, no episódio de Sete Quedas. Aquele episódio, fez com que as

---

<sup>268</sup> CAMPOS Roberto. *A lanterna da popa. Memórias*. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 4ª edição revista e ampliada, 2004. Volume II. p. 754.

<sup>269</sup> Idem..., p 754.

pressões, com caráter nacionalista, de vários segmentos da sociedade paraguaia, abalassem o regime de Strossner, levando o ditador a uma situação de enfrentamento com a ditadura brasileira.

O incidente levou a embaixada brasileira a recuar diante das pressões do país platino. Dessa forma, os conceitos de “interdependência”, “potência média” e “defesa do ocidente”, que foram a diretriz do pensamento de Juracy Magalhães quando esteve em frente da política internacional no governo Castelo Branco, vão ser questionados pela própria base do governo no Congresso Nacional.

O problema é que, no que se refere à política externa, o apoio incondicional aos EUA foi se desgastando e provocando descontentamento, inclusive nos meios militares. A alternativa tomada pelo governo foi tentar demonstrar força e liderança diante dos países vizinhos, articulando encontros para tratar de temas voltados para um suposto interesse comum, como ocorreu com as reuniões com os países da Bacia Amazônica e do Prata. Tentou-se, ainda, impor tratados políticos e econômicos de forma unilateral, como ocorreu no episódio de Sete Quedas com o Paraguai.

A estratégia de demonstrar força nas relações bilaterais com os países sul-americanos foi uma saída encontrada para o bloco do poder que estava à frente de uma ditadura que se instaurava e consolidava. Isso ficou evidente na gestão de Juracy Magalhães no Ministério das Relações Exteriores, quando essa pasta se envolveu com a demarcação de fronteiras com o Paraguai. Nesse caso, o governo brasileiro provocou um incidente, colocando soldados das Forças Armadas em território no qual não havia um limite claro de contorno com o país vizinho. Esse caso específico ainda remeteria a uma questão interna: o questionamento de acordos feitos pelo governo João Goulart.

No livro *A herança de Strossner*, Alfredo Meneses menciona que o conflito de Sete Quedas envolvia o planejamento de uma usina hidrelétrica entre os dois países e que naquela região havia um histórico na demarcação das fronteiras, o que possibilitava questionamentos entre ambos os países. Porém, não foi prudente a posição unilateral do Itamaraty de enviar soldados para ocupar a região. Para esse autor, o contexto da época, em que os dois países viviam em regimes ditatoriais, bem como o bom relacionamento que havia entre os agentes da ditadura, fez com que a decisão precipitada da embaixada brasileira fosse amenizada.<sup>270</sup>

---

<sup>270</sup> MENESES, Alfredo da Mota. *A Herança de Stroessner - Brasil Paraguai 1955-1980*. Campinas: Papirus, 1987.

Entretanto, as pressões com caráter nacionalista, de vários segmentos da sociedade paraguaia, abalaram o regime de Stroessner, levando o ditador a uma situação de enfrentamento com a ditadura brasileira. Carlos Lacerda, que de aliado passou a ser desafeto do governo Castelo Branco, posicionou-se em artigos no *Jornal do Comércio* sobre o assunto, sem deixar de criticar o chefe do Itamaraty:

Quem deu, disse Lacerda à sua maneira, ao Chanceler Juracy Magalhães o direito “para declarar guerra ao Paraguai?” Depois do erro de se tem mandado tropas para a República Dominicana, ele vai em frente em seus argumentos, não vá o governo Castelo Branco fazer, em nome do Brasil, “alguma tolice do Paraguai”. e concluía dizendo que Juracy Magalhães tida dito “*right or wrong, my country*” mas a pátria pertence a todos e não somente aos íntimos.<sup>271</sup>

O certo é que a ditadura que se instaurava e se consolidava não foi capaz de conter opinião pública que, majoritariamente, não queria saber de conflito com o país vizinho. O incidente levou a embaixada brasileira a recuar diante das pressões, e Juracy Magalhães teve que dar explicação à imprensa e ao Congresso Nacional sobre o ocorrido.

No livro *Minha experiência diplomática*, Juracy Magalhães elegeu o episódio de Sete Quedas como posição de destaque sobre sua passagem pelas Relações Internacionais brasileiras. Primeiro, porque o incidente trouxe transtornos para os dois países, que tinham excelentes relações diplomáticas, ao ponto de ser necessário o embaixador ter que se explicar sobre o ocorrido no Congresso Nacional. Segundo, o livro foi publicado em 1971, momento em que o projeto da usina já estava se concretizando, e o político baiano reivindicava sua participação naquele grande projeto binacional.

### **“Um passo fora da cadência”: Juracy Magalhães e o alinhamento automático do Brasil aos EUA no Governo Castelo Branco<sup>272</sup>**

Como afirma Florestan Fernandes, o golpe de 1964, no plano interno, veio para interromper as reformas de bases do governo João Goulart e “a possibilidade de transição de uma democracia restrita para uma democracia com participação ampliada”.<sup>273</sup> Outra ruptura que teve consequência a partir do golpe de Estado foi o redirecionamento da política externa, o que na verdade tornou-se um rompimento de uma tradição nas relações internacionais brasileiras.

---

<sup>271</sup> *Jornal do Comércio*, 12 de janeiro de 1966. Citado em MENESES, Alfredo da Mota. *A Herança de Stroessner...*, p. 83.

<sup>272</sup> O termo “um passo fora da cadência” foi utilizado por CERVO, Luiz Armando e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: UNB, 4ª edição, 2014. p. 394.

<sup>273</sup> FERNANDES, Florestan. *Revolução ou contrarrevolução*. In: FERNANDES, Florestan. *Brasil: em compasso de espera, pequenos escritos políticos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1ª edição, 2011. p. 157.

A política externa do governo Castelo Branco deixou tamanha marca na subordinação aos EUA que virou motivo de piada entre os funcionários do Departamento de Estado dos EUA. Segundo Carlos Fico, “nos Estados Unidos boa vontade de mais atrapalha”.<sup>274</sup> E foi nesse clima que, segundo esse autor, Roberto Campos e Juracy Magalhães viraram motivos de piada. O próprio presidente Johnson, ao responder ao Departamento de Estado sobre a substituição de Lincoln Gordon, embaixador no Brasil, disse que não precisava: “Já tinha dois, Juracy Magalhães e Roberto Campos”.<sup>275</sup>

É evidente, inclusive nas memórias de Juracy Magalhães, que a participação dele no governo de Castelo Branco foi o apogeu da trajetória na vida pública do político baiano, que teve posição de destaque no mais alto escalão do primeiro governo golpista.

Em 1971, quando foi lançado *Minha Experiência Diplomática*, livro de memórias de Juracy Magalhães, vê-se, através do discurso da história, as contradições, os ocultamentos e, principalmente, os momentos em que o exercício do poder engendrou a produção das memórias. Percebe-se que Juracy Magalhães tentou não somente propagar sua imagem como homem público. Está em *Minha Experiência diplomática* a defesa das posições castelistas para a política interna e externa. A ideia de uma intervenção preventiva para salvar as instituições democráticas e o povo brasileiro do comunismo.

O momento da publicação desse livro é marcado pelo contexto no qual os mais fiéis correligionários de Castelo Branco e suas ideias entraram em ostracismo diante dos novos rumos tomados pela ditadura. Isso porque Castelo Branco havia morrido e Juracy Magalhães, um dos seus mais leais correligionários, via sua importância se desidratar. Assim, *Minha experiência diplomática* é uma tentativa do ex-chanceler de se reivindicar como um dos construtores do regime militar que, em 1971, tinha certa aprovação devido ao milagre econômico, a repressão aos adversários, a censura e a eficiente propaganda política.

Entretanto, estar fora do poder decisório do governo federal não foi a única derrocada política que marcou Juracy Magalhães durante o regime militar. Entre outros descaminhos, estão a perda de espaço de mando para Antônio Carlos Magalhães na Bahia e a célebre frase “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”, utilizada por várias vertentes e por orientações políticas diversificadas como um símbolo do “entreguismo”. Quanto às desavenças na Bahia, o que mais marcou a trajetória do ex-tenente foi a perda de espaço de mando, a partir de 1970, para o seu afilhado político Antônio Carlos Magalhães. Isso pode ser

---

<sup>274</sup> FICO, Carlos. *O grande irmão...*, p. 151.

<sup>275</sup> FICO Carlos. *O grande irmão...*, p. 151.

percebido em uma análise feita a partir das correspondências pessoais de Juracy Magalhães no CPDOC/FGV, durante o primeiro governo de ACM, entre 1970 a 1974.

As missivas entre Juracy Magalhães e seus aliados na Bahia apresentam um homem ressentido, que lamenta a todo momento a escolha errada que fez para suceder a Luiz Viana para o governo do Estado, um fato que ultrapassou a arena política e adentrou em questões familiares, já que seu filho Juthaí Magalhães manifestou vontade de participar da disputa sucessória e foi impedido pelo próprio pai, deixando o caminho aberto para Antônio Carlos Magalhães. Chama a atenção nesse fato uma carta enviada para o deputado baiano Rogério Rego, na qual o velho líder político, ao referir-se a ACM, lamenta “aquele ex-amigo, em que você tanto falou já não me preocupa. Já o enterrei no cemitério dos afetos perdidos”.<sup>276</sup>

Atitude parecida, referindo-se ao governador da Bahia daquela época, teve Juracy Magalhães ao enviar uma correspondência para o deputado estadual Stoessel Dourado:

Sinto-me como um indivíduo que foi mordido por um cão danado, mas passou no Instituto Pasteur e tomou a vacina adequada. Não sei se ainda vou responder Antônio Carlos Primeiro e único, também madrasta de Branca de Neve. O debate político já não me atrai, e confesso que passei a ter nojo do meu atual contendor.<sup>277</sup>

Para além dos desentendimentos entre o ex-tenente e o seu afilhado político Antônio Carlos Magalhães, outros fatores levaram a figura de Juracy Magalhães a entrar em declínio no cenário político brasileiro. Segundo José Alves Dias:

A derrota do grupo castelista, o desentendimento com o filho Juthaí e o rompimento com Antônio Carlos Magalhães insolaram Juracy Magalhães tanto na política nacional quanto local. Restaram-lhe a solidariedade de amigos e o consolo de sua vasta biografia política.<sup>278</sup>

O certo é que o desentendimento de Juracy Magalhães com o seu afilhado político Antônio Carlos Magalhães ia muito além dos interesses políticos relacionados ao comando na Bahia. Havia também interesses econômicos. Os objetivos de Juracy Magalhães na instalação, no Centro Industrial de Aratu, de empresas da qual tinha vínculos foram contrariados pelo então governador em 1971. As divergências entre os dois arenistas tiveram repercussão nacional. Em depoimento ao jornal *O Estado de São Paulo*, o então governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães chega a mencionar que Juracy Magalhães tinha múltiplos patrões e

---

<sup>276</sup> JM CPDOC/FGV/ n. J.1971.00.00/1

<sup>277</sup> Arquivo JM/FGV/1971e. Citado em DIAS, José Alves. *Rumo ao Palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a Ditadura Militar. (1966 – 1982). Vitória da Conquista: UESB, 2016. p. 189.*

<sup>278</sup> DIAS, José Alves. *Rumo ao palácio...*, p. 190.

acrescentou que o lema de Juracy “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil” não pode ser seguido como ele deseja.<sup>279</sup>

Assim, essa frase foi outro fator que levou o ex-embaixador de Castelo Branco a se deparar com posições que lhe causavam ressentimentos. Como já foi dito, a famosa frase foi proferida por Juracy Magalhães em São Paulo, em uma entrevista para um jornalista depois de uma reunião na associação comercial norte-americana, quando ele estava nos preparativos para assumir a embaixada do Brasil nos EUA. Talvez seja uma das colocações mais exploradas no meio da política e da mídia no Brasil. Isso justifica as explicações intransigentes do autor ao tentar demonstrar o contexto, deixando transparecer o ressentimento com quem a cita. Nos livros de memória de Juracy Magalhães publicados no pós-1964, dos três, dois trazem explicações sobre o termo e a utilização da frase. Nem o Embaixador dos EUA ficou livre de respostas ao mencionar o assunto.

A questão foi abordada em uma série de reportagens sobre o golpe de 1964, publicada em dezembro de 1976 pelo Jornal do Brasil, que, no ano seguinte, tornou-se o livro *1964 visto e comentado pela Casa Branca*, de autoria do jornalista Marcos Sá Correa.<sup>280</sup> Sobre o assunto, cabe observar as ressalvas sobre Lincoln Gordon feitas pelo historiador estadunidense James N. Green no artigo “Reinventado a história: Lincoln Gordon e suas múltiplas versões sobre o golpe de 1964”.<sup>281</sup> No citado artigo, Green menciona que o embaixador dos EUA, infelizmente, não reavaliou sua visão míope do golpe ao longo de sua carreira e sempre que podia modificava sua versão, principalmente quando as evidências históricas o obrigavam, devido ao falta de alguma documentação sobre o golpe e a ditadura militar brasileira tornar-se pública.

Entretanto, Marcos Sá Correa apresenta evidências de que Lincoln Gordon se posicionou de forma pública criticando o golpe ao conceder uma entrevista à revista Manchete em 1977, ao mencionar o fato dando sua versão sobre a participação dos EUA na intervenção armada. Segundo o embaixador, Castelo Branco era demasiadamente defensor de posições norte-americanas sobre a política externa. Quanto a Juracy Magalhães, Lincoln Gordon teria feito o seguinte comentário:

Eu penso que uma certa independência em política externa é muito útil. Juracy

---

<sup>279</sup> O Estado de São Paulo. Página da edição de 12 de agosto de 1971. p. 04. [O Estado de S. Paulo - Acervo Estadão \(estadao.com.br\)](http://www.estadao.com.br). Acesso em 23/02/2021.

<sup>280</sup> CORREA, Sá Marco. *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Rio de Janeiro: L&PM, 1977.

<sup>281</sup> GREEN, N. James. *Reinventando a História: Lincoln Gordon e suas múltiplas versões 10 sobre o golpe de 1964*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v29n57/a03v2957.pdf>. Acesso em 12/03/2020.

Magalhães, por quem tenho muito respeito, disse uma vez que “o que era bom para os Estados Unidos era bom para o Brasil”. Considero infeliz essa declaração.<sup>282</sup>

Como observou Rubens Ricupero, ao prefaciar o livro de Fernando Mello Barreto, *Os sucessores do Barão*, Juracy Magalhães passou a vida inteira justificando a muito citada frase.<sup>283</sup> Quanto à resposta direcionada a Lincoln Gordon, Juracy Magalhães a publicou no livro *Minhas memórias provisórias*, no qual o biografado relata o contexto e defende a política externa de Castelo Branco, atacada pelo embaixador norte-americano na entrevista. Magalhães, em carta de resposta ao ex-embaixador dos EUA no Brasil, em 25 de janeiro de 1977, concorda que a frase foi infeliz e que havia outra forma de demonstrar o sentimento de solidariedade do Brasil pelos Estados Unidos, justificando que a citação foi utilizada contra ele de forma caluniosa, apesar de excluir o embaixador do EUA desse objetivo.

Na missiva, o chanceler brasileiro sai na defesa da política externa de Castelo Branco afirmando que “jamais recebemos ordens de qualquer governo, por mais amigo e poderoso que fosse”.<sup>284</sup> Menciona a recusa do governo brasileiro de enviar tropas para o Vietnã e o diálogo áspero que teve com o senador Robert Kennedy, do qual Lincoln foi testemunha. Nas suas memórias supracitadas, volta a afirmar o ex-tenente que a obra é um depoimento em defesa da história, no caso dele, de Castelo Branco e do Brasil.

Por último, é inquestionável que Juracy Magalhães tornou-se um dos personagens com maior longevidade da política baiana e, a partir da década de 1950, influente no cenário da política nacional, principalmente quando o Brasil passava por turbulência política. Foi assim na Revolução de 1930, quando esse foi o escolhido por Getúlio Vargas, depois de outras tentativas fracassadas, para atuar como Interventor na Bahia, mesmo sendo de outro Estado (Ceará) e com pouca idade. Voltou a atenção da política nacional ao renunciar sua participação na ditadura do Estado Novo, chefiada pelo seu padrinho político. Esses, entre outras, são fatores que levaram Juracy Magalhães a estar em evidência na arena da República por mais de 50 anos.

As memórias de Juracy Magalhães e outras fontes consultadas demonstram a figura de um homem com ressentimento sobre o período da ditadura, da qual foi um dos norteadores da política externa no seu primeiro governo. E os ressentimentos ficaram claros quando o ex-embaixador sempre se mostrou incomodado com o uso da frase “o que é bom para os Estados

---

<sup>282</sup> FERNANDES, Efigênia. Lincoln Gordon, por que menti sobre 1964. Revista Manchete n° 1.292, Rio de Janeiro; 1977. p. 24.

<sup>283</sup> RICUPERO, Rubens. Uma Mina de muitos veios. IN: BARRETO, Fernando de Mello. *Os sucessores do Barão 1964 – 1985: Relações Exteriores do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. Volume 2.

<sup>284</sup> MAGALHÃES, Juracy. *Minhas memórias provisórias...*, p. 306.

Unidos é bom para o Brasil”. Isso evidencia que a política de Castelo Branco e seus assessores mais próximos, com o golpe de Estado em 1964, ao defender um alinhamento automático aos EUA como forma de mudanças de rumos, buscando um reposicionamento das relações exteriores do Brasil na conjuntura internacional da Guerra Fria, parece ser, no mínimo, um equívoco. Ou então, nas palavras de Luiz Armando Cervo, “foi um passo fora da cadência”.

## Considerações finais

O estudo sobre o Brasil inserido no contexto do capitalismo dependente durante o Século XX nos possibilita vários objetivos e diversas formas de abordagens.<sup>285</sup> Juracy Magalhães foi um dos personagens que fez parte de uma fração da classe dominante que articulou um lugar para o Brasil, em especial para a Bahia, no contexto do capitalismo internacional. A atuação longa, que perdurou por aproximadamente quatro décadas do século passado, fez com que o posicionamento do ex-tenente sofresse modificações ou reposicionamentos. Entretanto, é correto afirmar que Juracy Magalhães foi um incondicional aliado dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria.

É possível compreender Juracy Magalhães como um simpatizante pró-estadunidense na estratégia de pensar o Brasil durante as incertezas políticas da década de 1930, principalmente quando houve um crescimento da organização integralista na Bahia. Entretanto, cabe ressaltar que a conexão direta e incisiva com os EUA por parte de Juracy Magalhães só vai se estabelecer após a decretação do Estado Novo, quando ele deixa o governo do Estado e volta à vida de militar, momento em que parte para fazer uma qualificação nos Estados Unidos. Também é possível analisar Juracy Magalhães com posições parecidas com Oswaldo Aranha durante a conjuntura da ascensão fascista no Brasil, a partir da segunda metade da década de 1930, embora o político baiano fosse bem menos importante no tabuleiro do poder decisório da base do governo de Getúlio Vargas durante o período em questão. Em *O Último Tenente*, Juracy Magalhães menciona a sua aproximação com Oswaldo Aranha. O elo entre esses dois personagens pode ser confirmado na documentação do CPDOC, no acervo do diplomata gaúcho.

É fato que o governo de Getúlio Vargas, na conjuntura das crises políticas que antecede a Segunda Guerra Mundial, não era um simpatizante do modelo norte-americano. Getúlio se inclinava, a partir do seu perfil político, para a afeição com os fascistas europeus. Entretanto, isso não o impediu de comportar em seu governo pessoas que nutriam simpatia pelos Estados Unidos. A figura defensora do império estadunidense de maior destaque, que influenciava Getúlio Vargas na política internacional, era o também gaúcho e revolucionário

---

<sup>285</sup> O conceito de *capitalismo dependente* foi utilizado por Florestan Fernandes em: FLORESTAN Fernandes. *Capitalismo dependente e Classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.

de 1930 Oswaldo Aranha. Juracy Magalhães caminhava no mesmo sentido, porém era quadro bem menos expressivo dentro do varguismo.

O Ex-tenente vai tomar rumo próprio na defesa do alinhamento com os estadunidenses durante o pós-guerra, quando retorna ao mundo da política partidária, na UDN. No governo de Eurico Gaspar Dutra, quando já era um quadro expressivo da bancada udenista, foi um defensor dos interesses dos EUA no Brasil do pós-guerra. Nesse sentido, Juracy Magalhães manifestava a defesa de um alinhamento político e ideológico aos EUA, defendendo a bandeira do anticomunismo. Entretanto, era uma tática mais voltada para as estratégias de desarticulação da classe trabalhadora e suas organizações e favorecer os trustes norte-americanos em terras brasileiras, conforme foi tratado no último capítulo deste trabalho.

O retorno de Getúlio Vargas à Presidência da República em 1950 levou Juracy Magalhães a repensar sua atuação. A bandeira do alinhamento com o governo norte-americano persiste. Porém, o anticomunismo do político baiano não vai ser a principal pauta de atuação. Juracy Magalhães passa a década de 1950 dedicando sua atuação para um planejamento do modelo econômico que uma elite liberal burguesa projetava para o Brasil de forma geral e para a Bahia de maneira particular.

A partir da década de 1960, nova mutação é observada em Juracy Magalhães, a qual pode ser percebida e analisada a partir de dois aspectos: a volta a uma bandeira de um anticomunismo como negócio e o anticomunismo para forjar a democracia. Essa nova fase acontece no momento que Juracy Magalhães passa a ser um dos principais assessores do governo golpista de Castelo Branco.

Esse aspecto que envolve a trajetória pública de Juracy Magalhães em relação ao anticomunismo é um tema ainda sem um estudo específico. As mutações do posicionamento de Juracy Magalhães quanto ao combate ao espectro do comunismo são relevantes para um entendimento não somente da defesa do alinhamento Brasil/EUA, como defendia o ex-tenente, mas também para toda a conjuntura do Brasil, e em especial da Bahia, que fazia com que Juracy Magalhães mudasse suas posições em relação aos comunistas.

Se na década de 1930 o ex-tenente se mostra um sujeito tolerante com os simpatizantes dos comunistas, chegando a manter diálogos na Bahia com essa organização política, ele passa a ter um posicionamento bem diferente no pós-segunda guerra.

Durante a Constituinte de 1946, torna-se um ferrenho anticomunista. No início da década de 1950, mostra-se mais aberto ao diálogo democrático, como demonstrou Nelson de Sousa Sampaio.<sup>286</sup> Entretanto, na década de 1960, Juracy Magalhães se tornará uma das lideranças políticas que encabeçam o anticomunismo como bandeira programática no Brasil.

No livro *O Último Tenente*, Juracy Magalhães destaca o projeto e a construção de uma fundação e de uma biblioteca na Ilha de Itaparica.<sup>287</sup> De fato, a biblioteca, com um volumoso acervo, foi montada e levaria o nome de seu filho, Juracy Magalhães Júnior, morto em 1962.<sup>288</sup> Pelo que se sabe, a documentação sobre o assunto encontra-se no Arquivo Nacional dos Estados Unidos (NARA II), em College Park, Maryland. USIA (306) - divisão de publicações, nos EUA, a qual evidencia que Juracy Magalhães buscou financiamento para o projeto da Biblioteca naquele País.<sup>289</sup>

O planejamento foi concretizado durante a ditadura militar e tinha o objetivo de ir muito além da homenagem ao filho falecido. À frente da intenção do político baiano, estava a propagação e a defesa do modelo político norte-americano e a disseminação do anticomunismo na Bahia. Dessa forma, a ação política de Juracy Magalhães estava voltada para montar uma possibilidade de construir uma atmosfera ideológica anticomunista entre o povo baiano e, de forma particular, entre os soteropolitanos, através da construção de acervos de obras ligadas ao anticomunismo.

A documentação existente no arquivo do CPDOC/FGV também permite uma abordagem do anticomunismo como negócio na trajetória política de Juracy Magalhães. Esse acervo abre caminhos que possibilita analisar, a partir do indivíduo Juracy Magalhães, como o anticomunismo foi o mecanismo utilizado por frações da classe dominante brasileira para construir crises políticas que evitassem o avanço de qualquer projeto progressista para o Brasil em meados do século XX, conforme foi abordado no capítulo III, quando Juracy Magalhães participou na investida da cassação do registro do Partido Comunista.

---

<sup>286</sup> SAMPAIO Nelson de Sousa. *O diálogo democrático na Bahia*. Belo Horizonte: Revista brasileira de estudos políticos, 1960.

<sup>287</sup> MAGALHÃES Juracy. *O Último Tenente...*, p. 158.

<sup>288</sup> Juracy Magalhães Junior foi subchefe da Casa Civil do governo de Jânio Quadros. Eleito deputado estadual pela União Democrática Nacional - UDN, 1959-1963, renunciou em 13/11/1962. Eleito e diplomado deputado estadual pela UDN, 1963-1967, faleceu em 04/04/1963, sem ser empossado. Fonte: Assembleia Legislativa da Bahia. Disponível em: Assembleia Legislativa da Bahia. Acesso: 14 de Julho de 2021.

<sup>289</sup> Arquivo Nacional dos Estados Unidos (NARA II), em College Park, Maryland. USIA (306) - divisão de publicações.

Por último, para finalizarmos, compre-nos reafirmar que a frase que se tornou título desse trabalho, “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”, proferida por Juracy Magalhães no contexto da institucionalização da ditadura militar no Brasil, pode ser interpretada para muito além de uma postura de subordinação de um grupo político e econômico em um contexto de ruptura institucional ocorrido em 1964. Conduta política como a que ocorreu com Juracy Magalhães persiste. Daí a importância deste estudo.

## **LISTA DE FONTES**

Memórias de Juracy Magalhães

MAGALHÃES, Juraci. *Minha vida pública na Bahia*. 2ª edição, Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2008.

\_\_\_\_\_. *Minhas Memórias Provisórias: depoimento prestado ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

\_\_\_\_\_. *Minha Experiência Diplomática: coletânea organizada e anotada por Cláudio Garcia de Sousa*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1971.

\_\_\_\_\_. *O último tenente: depoimentos a J. A. Gueiros*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Record, 1996.

BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de. (org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930- 1983*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984, v.3.

### **Jornais e Revistas**

Revista Manchete (1977)

Jornal o Estado de São Paulo (1964 – 1965)

Revista Seleções (1942, 1947, 1964).

### **Discursos e Conferências**

Discurso pronunciado em Salvador, em 21 de novembro de 1936, quando da inauguração do Instituto do Cacau.

### **Arquivo do CPDOC/FGV**

Acervo de Clemente Mariani.

Acervo de Juracy Magalhães

Acervo de Oswaldo Aranha

## Bibliografia

ALMEIDA, José Américo. *A palavra e o tempo: 1937-1945-1950*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

ALVES NETA, Amélia Saback. *Os verdes às portas do sertão: doutrina a ação política dos integralistas na Bahia (1932-1945)*. Salvador: Saga Editora, 2018.

ANDERSON, Perry. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

----- *O 'Milagre a alemão' e o desenvolvimento do Brasil. (1949 – 2011)*. 2ª edição revista e ampliada, São Paulo: Unesp, 2011.

----- *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende – 1970 – 1973*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BATISTA, Eliana Evangelista. *A Bahia para os baianos: acomodação e reação política ao governo de Getúlio Vargas (1930 – 1937)*. Tese de Doutorado em História, Salvador: UFBA, 2018.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Edipro, 2017.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

BORGES, Nilson. *A doutrina de segurança nacional e os governos militares*. In: FERREIRA Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes/ AMADO, Janaina. *Usos e abusos da História Oral*. 8ª edição, Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRAGA, Paulo Romeu. *Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas*. <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n2/a03v45n2.pdf>. Acesso em 20/07/2020.

BRAGA, Sérgio Soares. *Luiz Carlos Prestes; o Constituinte, o Senador*. (1946-1948). Brasília: Senado Federal, 2003.

- CANCELLI, Elizabeth. *O Brasil e a Guerra Fria Cultural: o pós-guerra em releitura*. São Paulo: Intermeios, 2017.
- CARONE, Edgard. *O Tenentismo: acontecimentos – personagens – programas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1975.
- CARVAHO, Patrícia Carneiro Santos Moreira. *Juracy Magalhães e a construção do Juracismo: um perfil da política baiana*. Dissertação de mestrado em História, Salvador: UFBA, 2005.
- CAMPOS Roberto. *A lanterna da poupa*. 4ª edição revista e ampliada, Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2004. 2 Volumes.
- CERVO, Armando Luiz. BUENO Clodoaldo. *História da Política exterior do Brasil*. 4ª edição, Brasília: UNB, 2014.
- COLBY, Gerard & DENNET, Charlotte. *Seja feita a vossa vontade: Nelson Rockefeller e o evangelismo na idade do petróleo*. São Paulo: Record, 1998.
- CORRÊA, Rosa Larissa. *Disseram que voltei americanizado: relações sindicais Brasil-Estados Unidos na Ditadura Militar*. Campinas: Unicamp, 2017.
- CORREA, Sá Marco. *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Rio de Janeiro: L&PM, 1977.
- CUNHA, Vasco Leitão. *Diplomacia em alto-mar*. Depoimentos ao CPDOC. 2ª edição, Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Tradição, Autocracia e Carisma: A Política de Antônio Carlos Magalhães*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.
- DIAS, José Alves. *Rumo ao Palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a Ditadura Militar. (1966 – 1982)*. Vitória da Conquista: UESB, 2016.
- DELGADO, Lucília Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- DREIFUSS, A. René. *A internacional capitalista: estratégia e táticas do empresariado transnacional 1918-1986*. São Paulo: Espaço em Tempo, 1986.
- \_\_\_\_\_. *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Vozes: Petrópolis, 1981.

DULCI, Otávio. *A UDN e o Anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1986.

DULLES, W. John. *Castelo Branco: o caminho para a presidência*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1979.

----- Castelo Branco. *O presidente reformador*. Brasília: UNB, 1983.

DORIA, Seixas. *Eu, réu sem crime*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1980.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FERREIRA, Lais Mônica Reis. *Integralismo na Bahia: gênero, educação e assistência social no O Imparcial (1933 – 1937)*. Salvador: Edufba, 2009.

FERREIRA, Monalisa Valente. *Entre a 'Prata de Casa' e o Espelho Estrangeiro: o modernismo tradicionalista dinâmico de Eugênio Gomes*. Tese apresentada ao Curso de Teoria e História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas: Unicamp, 2009.

FERREIRA, Jorge. NEVES, Lucília de Almeida Neves Delgado. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da redemocratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERNANDES, Florestan. *Revolução ou contrarrevolução*. In: FERNANDES, Florestan. *Brasil: em compasso de espera, pequenos escritos políticos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

----- *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4ª edição revista, São Paulo: Global, 2009.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

----- *O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FRANCO, Tasso. *O círculo do poder na Bahia*. Salvador: Editora FPE, 1990.

FRANCO, Virgílio de Mello. *A campanha da U. D. N. (1944 – 1945)*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Zélio Valverde S. A., 1946.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*, vol. 5. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GREEN, N. James. *Reinventando a História: Lincoln Gordon e suas múltiplas versões 10 sobre o golpe de 1964*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v29n57/a03v2957.pdf> . Acesso em 12/03/2020.

HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha. Uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

HOBBSAWM, Eric e TERENCE, Ranger. *A invenção das tradições*. 6ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

\_\_\_\_\_. *A Era dos Extremos: um breve século XX de 1914 - 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JUNQUEIRA, Mary A. *Representações políticas do território latino-americano na Revista Seleções*. Revista Brasileira de História, vol. 21, nº 42, São Paulo: Revista Brasileira de História, 2001.

KRIEGER Daniel. *Desde as missões...saudades, lutas, esperanças*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

LAUN, Rodolpho. *Democracia: ensaio sociológico, jurídico e de filosofia política*. São Paulo: Companhia Nacional, 1936.

LIMA, Aruã da Silva. *Uma democracia contra o povo: Juracy Magalhães, Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927 a 1946)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana: UEFS, 2009.

LOUREIRO, Felipe Ferreira. *A Aliança para o Progresso e o governo de João Goulart (1961 – 1964). A ajuda norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil do pós guerra*. São Paulo: Unesp, 2020.

MARANHÃO Ricardo. *Sindicatos e democratização*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MANGABEIRA, Otávio. *Perfil parlamentares*. Brasília: Câmara dos deputados, 1978.

MENESES, Alfredo da Mota. *A Herança de Stroessner - Brasil Paraguai 1955-1980*. Campinas: Papirus, 1987.

2006. Volume 2.

MELO FRANCO, Afonso Arinos. *Escalada – memórias*. São Paulo: José Olympio, 1965.

MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930 – 1961)*. Niterói: UFF, 2010.

MOURA, G. *Autonomia da dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

NETO, Lira. *Castelo: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.

NOGUEIRA, Octaciano. *A constituinte de 1946. Getúlio, o sujeito oculto*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

NORA, Pierre. *Entre história e memória: a problemática dos lugares*. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

ODÁLIA, Nilo. *O Brasil nas relações internacionais 1945 a 1964*. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. 19ª edição, Rio de Janeiro: Bertand do Brasil, 1990.

OLIVEIRA, Lúcia Luppi, (org.). *Elite Intelectual e Debate Político nos Anos 30*. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

OLYMPPIO Guilherme. *Roboré: a luta pelo petróleo boliviano*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S. A., 1959.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 13 – 38.

PANG. E. S. *Coronelismo e oligarquias, 1889-1934: a Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo. *De ‘Tenente mancebo’ a experiente embaixador: Juracy Magalhães e a construção de suas memórias sobre o desenvolvimento econômico do Brasil*. Tese de Doutorado em Memória Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista: UESB, 2018.

PARMAR, Inderjeet. *Foundations of the American Century – The Ford, Carnegie, and Rockefeller Foundations in the Rise of American Power*. Columbia: University Press, Reprint, 2015.

POMAR, Pedro Estevam Rocha. *Democracia Intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão ao partido comunista. (1946 – 1950)*. 2ª edição, São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

\_\_\_\_\_. *Fascismo e Ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PINHO, Ana Luiza Caribé de Araújo. *De forasteiro a unanimidade: a interventoria de Juracy Magalhães na Bahia (1931-1934)*. Dissertação de Mestrado em História Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro: FGV, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira; A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RICUPERO, Rubens. *Uma Mina de muitos veios*. IN: BARRETO, Fernando de Mello. *Os sucessores do Barão 1964 – 1985: Relações Exteriores do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

RODRIGUES, José dos Santos. *O moderno príncipe industrial: o projeto pedagógico da Confederação da Indústria*. São Paulo: Autores Associados, 1998.

SAMPAIO, Teodoro. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.

SANTOS, Soanne Cristina de Almeida. *Nacionalismo de esquerda: Frente de Mobilização Popular de Una (1963-1965)*. Santo Antônio de Jesus: dissertação de mestrado em História Regional e Local, UNEB, 2010.

SANTOS, Mario Augusto. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República: um grupo de pressão*. Salvador: Associação Comercial da Bahia, 1991.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 10ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

SCHOULTZ, Larz. *Estados Unidos: poder e submissão, uma história da política externa norte-americana em relação a América Latina*. São Paulo: EDUSC, 2000.

SENA JUNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil. 1936 – 1948*. São Paulo: Anablume, 2009.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Raquel Oliveira. *A imprensa baiana e o americanismo na guerra contra o EIXO (1942 – 1945)*. Tese de Doutorado em História, Salvador: UFBA, 2018.

SOUSA, Belarmino de Jesus. *Um polis sertaneja, fora do eixo e fora do centro: imprensa e memórias nas disputas políticas em Vitória da Conquista (1962 – 1992)*. Tese de Doutorado em História, Salvador: UFBA, 2010.

- STORLING, Heloisa Maria Murgel. *Os Senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986
- SZATKOSKI, Elenice. *Os grupos dos onze: uma insurreição reprimida*. Passo Fundo: UPF, 2003.
- TAVARES, Flávio. 1964. *O golpe*. 3ª edição, Rio de Janeiro: LP&M, 2014.
- TOTTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O amigo americano: Nelson Rockefeller e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- TOCQUEVILLE, Alexis. *A Democracia na América*. Várias edições, São Paulo: Itatiaia.
- VIANA FILHO, Luiz. *Sabinada (A república baiana de 1837)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- \_\_\_\_\_. *A vida de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Companhia Nacional, 1941.
- \_\_\_\_\_. *O governo Castelo Branco*. 2ª edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. 2 volumes.
- \_\_\_\_\_. [carta] 05 dez. 1942, Nova York, [para] Otávio Mangabeira. 4p. In: MANGABEIRA, Otávio. *Cartas do 2º exílio (1938-1945)*. Organização Paulo Santos Silva. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2017.
- VIANNA, Marly Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonhos e realidade*. 2º edição, São Paulo: Expressão popular, 2011.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução Passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- VILLELA, Pessoa Bruno. *O Brasil e a República Dominicana: A participação do Brasil no governo do Marechal Presidente Castello Branco, 1965/ 1966*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Niterói: UFF, 2007.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 5ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.